



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**FREDERICO DO NASCIMENTO RODRIGUES**

**TURISMO E MEIO AMBIENTE: DA INSERÇÃO DOS RESORTS À (IN)  
SUSTENTÁVEL GESTÃO AMBIENTAL NO PORTO DAS DUNAS, AQUIRAZ/CE.**

**FORTALEZA**

**2016**

**FREDERICO DO NASCIMENTO RODRIGUES**

**TURISMO E MEIO AMBIENTE: DA INSERÇÃO DOS RESORTS À (IN)  
SUSTENTÁVEL GESTÃO AMBIENTAL NO PORTO DAS DUNAS, AQUIRAZ/CE.**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental.**

**Orientador: Prof. Dr. Eustógio W. C. Dantas.**

**FORTALEZA**

**2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- R613t Rodrigues, Frederico do Nascimento.  
Turismo e Meio Ambiente : da inserção dos resorts à (in) sustentável gestão ambiental no Porto das Dunas, Aquiraz/CE / Frederico do Nascimento Rodrigues. – 2016.  
168 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2016.  
Orientação: Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas.
1. Espaço. 2. turismo. 3. litoral. 4. eco-sustentável. I. Título.

CDD 910

---

**FREDERICO DO NASCIMENTO RODRIGUES**

**TURISMO E MEIO AMBIENTE: DA INSERÇÃO DOS RESORTS À (IN)  
SUSTENTÁVEL GESTÃO AMBIENTAL NO PORTO DAS DUNAS, AQUIRAZ/CE.**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental.**

**Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Eustógio W. C. Dantas (Orientador)**  
**Universidade Federal do Ceará (UFC)**

---

**Prof. Dr. Alexandre Queiroz Pereira**  
**Universidade Federal do Ceará (UFC)**

---

**Prof. Dr<sup>a</sup>. Larissa Alves Ferreira**  
**Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)**

*A minha querida flor, Patrícia (morena).*

## AGRADECIMENTOS

Nessa parte do trabalho procurarei ser fiel a todos aqueles que contribuíram de alguma forma, direta ou indiretamente para construção dessa dissertação ao longo desses dois anos de pós-graduação na Universidade Federal do Ceará – UFC.

Agradeço em primeiro lugar a Deus que rege todas as forças do universo e me proporcionou sabedoria, conhecimento, força, saúde, paciência e dedicação para realização desse trabalho.

Aos meus pais, que sempre me incentivaram nos estudos mostrando-me que esse era o caminho, ensinando-me princípios e valores para que eu me tornasse um verdadeiro cidadão do mundo.

A minha esposa Patrícia (morena), que soube lidar com minha ausência em determinados momentos por conta das leituras e escrita da dissertação. Agradeço-lhe todo o apoio que me foi dado, à ajuda nos campos, os conselhos, ideias, o amor, a dedicação e sensibilidade fornecida, que me inspirou nas páginas que se seguem. Pelo momento difícil vivenciado no início do mestrado sem bolsa, fazendo com que exercesse a função de professor e aluno ao mesmo tempo, mostrou-me que precisava ser firme e esperasse o momento certo que iria chegar, sempre pedindo para fazer tudo bem feito e que não deixasse o cansaço interferir no meu rendimento.

Ao professor Eustógio que acreditou no meu potencial desde o início. Para muitos pegar um aluno que passou em último lugar numa seleção seria “atirar no próprio pé”, mas mostrou-me outro olhar acreditou que dali poderia se construir um bom trabalho. Sempre solícito e acessível, apesar de sua demanda de trabalho, ajudou-me nos momentos mais importantes e difíceis, abriu-me uma porta dando-me a possibilidade de me tornar mestre em Geografia e pelo apoio, compreensão e conselhos na reta final, em decorrência de problemas pessoais. Além da contribuição dada na disciplina de Geografia do Litoral, proporcionando profundas reflexões para à construção do trabalho.

A Professora Luzia Neide, que infelizmente por motivos pessoais não pôde participar da banca examinadora. Agradeço-lhe por todos os ensinamentos, as horas dedicadas, a preocupação mostrando-se muitas vezes como uma verdadeira mãe para seus orientandos da UECE, recebendo-nos em sua casa e deixando-nos livres para pesquisar, pensar e construir cientificamente. Obrigado por ter me encorajado a tentar seleção de mestrado na UFC, quando portas se fecharam na UECE, um momento extremamente delicado em minha vida acadêmica, deu-me apoio incondicional na construção do projeto que mais

tarde seria aprovado na seleção de mestrado da UFC. Mesmo não podendo fazer parte desse momento singular, sei que contribuiu enormemente para a realização desse feito.

A todos os colegas do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – Lapur, pelo acolhimento, pelos ensinamentos, grupos de estudos sobre metropolização turística e minicursos de cartografia digital, que me ajudou bastante para meu crescimento enquanto indivíduo pensante e crítico, em especial aos amigos Nayrison, Alexandre, Cláudio, Regina, Caio, Tiago, Fátima, Paulo, Marco Antônio e Luana.

Ao meu colega Wellington Romão, por ser o porta voz da boa nova, o primeiro a dar a notícia da aprovação no mestrado e conseqüentemente os parabéns.

A professora Larissa Alves, por ter aceitado o convite para compor a banca examinadora, dando sensíveis e importantes contribuições para se aprimorar o trabalho.

Ao professor Alexandre Queiroz, que deu importantes contribuições na minha qualificação, fazendo críticas construtivas, dando ideias e apresentando propostas, agradeço-lhe também por fazer parte da banca de defesa.

A professora Clélia Lustosa, sempre tornando o espaço do Lapur mais agradável do que já é mostrando-se sempre alegre e distribuindo sua felicidade pelos quatro cantos do Departamento de Geografia, além dos ensinamentos proporcionados em seus colóquios que eu participava algumas vezes como “penetra” no Lapur.

Ao professor Bozarcchiello pelas enormes contribuições dadas na disciplina espaço, território, paisagem e região. Proporcionou momentos ricos e muito agradáveis em sala de aula, tirando dúvidas, aprimorando nossos conhecimentos, firmando nossa base teórica e dando sensíveis contribuições às pesquisas individuais de cada aluno.

Ao professor Christian por sua atenção e dedicação ao Programa de Pós-graduação, sempre solícito e atencioso com os alunos.

Ao Yuri Mamede e a Lígia, membros da Associação Porto das Dunas, pela importante contribuição dada na realização da pesquisa, dados fornecidos, atenção, entrevistas, conexão com os resorts e associados.

Ao Matheus Técnico em Meio Ambiente do Beach Park pela total atenção e dedicação nas inúmeras idas e vindas ao empreendimento, para coleta de dados, entrevistas e melhor compreensão do fenômeno que se consolida na praia.

Ao Eptácio Pessoa por ter me recebido de forma gentil no Aquaville Resorts e me passado importantes informações, dados que contribuíram significativamente na pesquisa.

Ao Waldyr Sombra, por ter concedido seu tempo para entrevista fazendo-me compreender como surgiu a Associação Porto das Dunas.

A Amanda geógrafa da Secretaria de Meio Ambiente que me recebeu e passou importantes informações e dados sobre a construção do plano de manejo da APA do Rio Pacoti.

A equipe de técnicos ambientais da SEMACE, que contribuiu enormemente com informações e dados sobre EIA-RIMAs e Licenciamentos Ambientais no Ceará.

A FUNCAP por ter concedido a bolsa, dando a possibilidade de dedicar-me integralmente à pesquisa.

Por fim e não menos importante ao Erandi da coordenação da pós-graduação, que sempre foi muito solícito em todas às vezes que eu precisei lhe procurar para tirar alguma dúvida ou resolver algum problema, agradeço a todos que contribuíram de forma direta ou indireta na construção desse trabalho.



“É no ambiente que ocorrem às relações sociedade e natureza. A relação do homem com a natureza implica as complexas relações entre os homens e destes com a natureza. Esses fenômenos estão submetidos a leis e forças diferenciadas: as leis naturais e sociais. São os interesses da sociedade capitalista que determinam o uso e o consumo da natureza em sua relação social de produção. Portanto, não é uma simples relação do homem com a natureza, mas relação sociedade e natureza; enfim, é a sociedade que determina as formas de uso da natureza, de produção e consumo”.

*Luzia Neide*

## RESUMO

Esta pesquisa faz análise do turismo litorâneo que incide em uma das praias do Nordeste do Brasil, Porto das Dunas situada no estado do Ceará, em Aquiraz, município que integra a Região Metropolitana da capital Fortaleza desde sua institucionalização em 1973. Entende-se que a atividade turística encontra-se em uma linha tênue com o meio ambiente, dessa forma observou-se que a década de 1990 foi pedra angular nesse processo em decorrência da Eco-92 realizada no Rio de Janeiro, quando se discutiu a importância do desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, a pesquisa teve por objetivo principal compreender a inserção dos resorts na praia supracitada e as ações de sustentabilidade desenvolvidas pelos empreendimentos em parceria com Associação de Moradores do Porto das Dunas. Para se alcançar os objetivos propostos, realiza-se um estudo diacrônico do espaço, levantamento bibliográfico, atividades de campo, entrevistas, mapeamentos, pesquisa hemerográfica, visitas técnicas aos resorts e órgãos do estado. Aqui definimos as ações de sustentabilidade de ações eco-sustentáveis, pois se constatou em campo que elas iniciam-se não por uma tomada de consciência ambiental, mas por uma racionalidade econômica, seguida de uma sensibilidade ambiental. Percebeu-se que em primeira instância os empreendimentos buscaram amenizar os gastos em três campos específicos, manejo de resíduos sólidos, energia e consumo de água. Ao desenvolverem um Sistema de Gestão Ambiental – SGA essas empresas perceberam o quanto poderiam economizar por meio da implantação de uma gestão ambiental. Dessa forma, inicia-se também uma sensibilidade ambiental ao espaço onde estão inseridos, o litoral. Esses empreendimentos adotam o discurso verde como ideologia, diminuem o consumo de água, energia e por meio do manejo de resíduos sólidos, realizam descartes de forma adequada assim a destinação final não é mais o aterro sanitário, pois agora todo o lixo é reaproveitado, restos de boias aquáticas transformadas em sandálias pela empresa Melissa, garrafas PET transformam-se em materiais hidráulicos, restos de alimentos viram adubo orgânico, efluentes são tratados e reutilizados para jardinagem nos empreendimentos. Nota-se um discurso sustentável que constrói imagem positiva dos resorts, apresentando-se como o marketing turístico do século XXI, entretanto, percebeu-se que o meio ambiente também é beneficiado, pois se notou que os impactos estão sendo amenizados, as empresas passam por fase de transmutação deixam de ser potenciais poluidoras e tornam-se amigas do verde.

**Palavras-chave:** espaço; turismo; litoral; eco-sustentável.

## ABSTRACT

This research is analysis of coastal tourism that focuses on one of Brazil's northeastern beaches, located in the state of Ceará, Porto das Dunas in Aquiraz municipality that integrates the Metropolitan Region of Fortaleza capital since its crystallization in 1973. It is understood that the tourism is in a fine line with the environment, thus it was observed that the 1990s was the cornerstone in this process due to the Eco-92 held in Rio de Janeiro, where he discussed the importance of sustainable development. In this context, the research had the main objective to understand the insertion of the resorts in the aforementioned beach and sustainability initiatives developed by enterprises in partnership with the Porto das Dunas Residents Association. To achieve the proposed objectives, we carried out a diachronic study of space, bibliographic research, field work, interviews, mapping, journal research, technical visits to resorts and state agencies. Here we define the actions of sustainability eco-sustainable actions because it was found in the field that they begin if not for an environmental awareness taken, but by an economic rationality, followed by an environmental sensitivity. It was noticed that in the first instance the projects sought to ease spending in three specific fields, solid waste management, energy and water consumption. In developing an Environmental Management System - EMS these companies realized how much they could save by implementing an environmental management. Thus, also starts up an environmental sensitivity of the area where they live, the coast. These enterprises adopt green discourse as ideology, thus decreasing the energy and water consumption; through the management of solid waste is carried out now discharges properly where the final destination is not the landfills, for now all waste is reused, water buoys remains turned into sandals by Melissa company, PET bottles transformam- in plumbing materials, food scraps saw organic fertilizer, wastewater is treated and reused for gardening in the projects. Note to sustainable discourse that builds positive image of the resorts, presenting itself as the tourism marketing of the twenty-first century, however, it was realized that the environment also benefits, because it was noted that the impacts are being mitigated, companies undergo transmutation phase no longer polluting potential and become friendly green.

**Keywords:** space; tourism; coast; eco-sustainable.

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Valor de imóveis no Nordeste .....	36
QUADRO 2 – Resorts no Brasil (1972-2001) .....	71
QUADRO 3 – Relação de associados.....	118

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Praia do Meireles .....	33
Figura 2 – Praia de Iracema.....	34
Figura 3 – Casarão da Família Porto (Vila Morena) .....	35
Figura 4 – Mapa investimentos do PRODETUR I e II.....	45
Figura 5 – Mapa municípios litorâneos cearenses.....	47
Figura 6 – Mapa maiores emissores de turistas para o Ceará .....	50
Figura 7 – Mapa localização da metrópole Fortaleza .....	55
Figura 8 – Mapa da Região Metropolitana de Fortaleza.....	57
Figura 9 – Mapa dos eixos de metropolização turística do Ceará.....	62
Figura 10 – Cartograma das estradas duplicadas e em duplicação.....	63
Figura 11 – Mapa oferta de resort no Brasil por regiões 2000-2014.....	73
Figura 12 – Mapa praia do município de Aquiraz .....	81
Figura 13 – Beverly Hills Residence (fase de construção) .....	86
Figura 14 – Beverly Hills Residence (concluído).....	86
Figura 15 – Entrada do Aquaville Resort.....	97
Figura 16 – Rio artificial do Aquaville Resort .....	97
Figura 17 – Aquaville Resorts, restaurante artesanal (visão externa).....	97
Figura 18 – Aquavill Resort, restaurante artesanal (visão interna) .....	97
Figura 19 - Imagem aérea do Beach Park .....	100
Figura 20 – Piscina do Beach Park .....	100
Figura 21 – Parque aquático do Beach Park.....	100
Figura 22 – Jangada em frente ao Oceani .....	102
Figura 23 – Oceani frente voltada para o mar .....	102
Figura 24 – Oceani suíte Standart.....	102
Figura 25 – Piscina do Beach Park Suítes Resort.....	103
Figura 26 – Suíte modelo Júnior.....	103
Figura 27 – Entrada do Beach Park Suítes Resort.....	103
Figura 28 – Piscina no Wellness Resort.....	105
Figura 29 – Restaurante do Wellness Resort.....	105

Figura 30 – Visão Panorâmica do Wellness Resort.....	105
Figura 31 – Mapa Apa do Rio Pacoti .....	122
Figura 32 – ETE – Estação de Tratamento de Efluentes do Beach Park .....	130
Figura 33 – ETE – Estação de Tratamento de Efluentes do Beach Park .....	130
Figura 34 – ETE – Estação de Tratamento de Efluentes do Beach Park .....	130
Figura 35 – ETE – Estação de Tratamento de Efluentes do Beach Park .....	130
Figura 36 – Área de mapeamento de resíduos .....	134
Figura 37 – Lixeiras para separação de materiais .....	134
Figura 38 – Máquina trituradora de resíduos orgânicos .....	134
Figura 39 – Esteira para separação de resíduos .....	134
Figura 40 – Ação praia limpa .....	135
Figura 41 – Ação praia limpa .....	135
Figura 42 – Ação praia limpa .....	135
Figura 43 – Instalações do Aquaville Resort .....	139
Figura 44 – Instalações do Aquaville Resort .....	139
Figura 45 – Rio Artificial do Aquaville Resort .....	140

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Motivos que levam os turistas aos resorts .....	68
Gráfico 2 – Evolução do número de resorts por região .....	72
Gráfico 3 – Oferta de resorts por região 2000-2014 .....	73
Gráfico 4 – Número de funcionários por temporada .....	78
Gráfico 5 – Variação do preço do m <sup>2</sup> (Aquiraz) .....	92
Gráfico 6 – Produto interno Bruto .....	95

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ABR – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RESORTS

APA – ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

BNB - BANCO DO NORDESTE

BID - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

BNDES – BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO

CMMAD - COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

CONAMA – CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

COGERH – COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

CAGECE – COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ

EMBRATUR - INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO

EIA – ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL

ETE – ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES

ETA – ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA

FUNGETUR – FUNDO GERAL DO TURISMO DO MEIO AMBIENTE

FUNDEMA – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO MEIO AMBIENTE

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS  
NATURAIS

IPECE – INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA DO CEARÁ

LAPUR - LABORATÓRIO DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

MTUR - MINISTÉRIO DO TURISMO

ONG - ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL

OMT - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO

PAC - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

PNUMA - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE

PRODETURIS - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM ÁREAS  
PRIORITÁRIAS DO LITORAL CEARÁ

PRODETUR - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE

PROINFUTUR - PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA TURÍSTICA  
DO LITORAL OESTE

PLANTUR – PLANO NACIONAL DE TURISMO

PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO



RMF – REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA

RESEX – RESERVA EXTRATIVISTA

RIDES – REGIÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

RIMA – RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL

SETUR - SECRETARIA DE TURISMO DO CEARÁ

SEMA - SECRETARIA ESPECIAL DE MEIO AMBIENTE

SEMACE – SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

SUDENE - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

SINIMA – SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES NACIONAIS

UFC - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>2. A RELAÇÃO ESPAÇO, TURISMO E MEIO AMBIENTE.....</b>	<b>23</b>
2.1 Valorização e ocupação do espaço litorâneo cearense .....	31
2.2 O segmento sol e praia e as políticas de turismo no Ceará .....	38
2.3 Fortaleza: capital litorânea-marítima no contexto da metropolização turística .....	55
<b>3. RESORTS: NOVO CONCEITO NO CAMPO HOTELEIRO .....</b>	<b>65</b>
3.1 De simples loteamento à implantação de resorts: a consolidação do espaço turístico Porto das Dunas .....	81
3.2 Resorts do Porto das Dunas, Aquiraz/Ce .....	95
3.3 EIA-RIMAs e Licenciamentos Ambientais como veículos de legitimação na construção dos resorts no Porto das Dunas .....	107
<b>4. ASSOCIAÇÃO PORTO DAS DUNAS E A IDEIA DE SUSTENTABILIDADE .....</b>	<b>115</b>
4.1 Complexo turístico Beach Park: gestão ambiental e sustentabilidade.....	126
4.2 Aquaville Resort: ações de (in) sustentabilidade? .....	137
4.3 Resorts e o discurso empresarial verde: racionalidade econômica ou sensibilidade ambiental.....	143
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>150</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>153</b>
<b>7. ANEXOS .....</b>	<b>163</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Muitos podem se colocar indiferentes ao trabalho aqui apresentado, deixa-se claro que em muitos momentos sentiu-se como se estivesse remando contra a correnteza, mas se sentiu conforto em continuar a se trabalhar a temática, tendo em vista, que observou-se em algumas leituras que não somos os únicos na condução do barco que navega em sentido contrário as águas correntes, pois autores como (GONÇALVES, 2006), (BOFF, 1996), (LEFF, 2003), (MORAES, 1997), só para citar alguns trabalham nessa perspectiva o que fortaleceu a base teórica do trabalho. Dessa forma, notou-se nesse percurso geográfico que há vários pesquisadores que se debruçam na temática ambiental e em trabalhos interdisciplinares, queremos aqui não propor um novo método, longe disso, mas dar uma singela contribuição à ciência geográfica.

Nesse contexto, busca-se mostrar que é possível trabalhar urbano, metropolização, meio ambiente, turismo e litoral em uma dissertação que objetiva ser interdisciplinar. Busca-se então dialogar com a Geografia Física e outras ciências, tendo como objetivo exercer o papel social de compreensão da produção socioespacial, para que se possa intervir e lançar propostas sustentáveis aos espaços litorâneos. Para se pensar assim, o espaço apresenta-se como categoria indispensável, pois deve se ter em mente que a problemática ambiental é também um debate político e a Geografia tem muito a contribuir nesse diálogo, por ser uma ciência que trabalha em conjunto com duas importantes categorias de análise: natureza e sociedade.

Os debates para construção desse trabalho iniciam-se no Laboratório de Planejamento Urbano e Regional - LAPUR localizado no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, nele trabalham-se várias temáticas como urbano, litoral, metrópole, cidade, veraneio, lazer, turismo, indústria, vulnerabilidade socioambiental. Sendo membro do laboratório comecei a fazer algumas indagações: Como propor um planejamento urbano, quiçá regional se não pensar o meio ambiente? Como combater o urbanismo predatório destacado por (CARLOS, 2001) e (SILVA, 2015) que se apresenta de forma destrutiva e dispendiosa?

Os geógrafos ainda realizam forte dicotomia dentro da ciência geográfica, dicotomia essa que torna vulneráveis ao se tratar temas que envolvem turismo, urbanização, resorts e impactos ambientais. Como geógrafos precisa-se pensar a atividade turística, mitigando os impactos negativos e que se busque a justiça social, com uma urbanização

litorânea que atenda a inserção de empreendimentos de lazer e turismo, que dialogue com o meio ambiente, exercitando a relação sociedade/natureza, de forma que se construa uma sensibilidade ambiental.

Nesse contexto, lança-se um novo olhar geográfico à praia Porto das Dunas, objeto de estudo desta pesquisa, que compõe o cenário litorâneo e turístico do município de Aquiraz/CE e integra Região Metropolitana de Fortaleza desde sua institucionalização em 1973, o que faz Aquiraz ser partícipe da lógica de metropolização turística que acomete os municípios litorâneos cearenses. Aquiraz localiza-se a 30 km da metrópole Fortaleza e nutre intensa relação principalmente por meio de atividades de lazer e turismo, tendo como praia seleta Porto das Dunas. Essa realidade deve-se a instalação de empreendimentos turísticos diversos em especial dos resorts, que se instalam na praia no início da década de 1990, período também que se observa políticas e investimentos voltados para a atividade turística como o PRODETUR/CE. Com a saturação das atividades de lazer e veraneio nas praias de Fortaleza, imprime-se uma corrida para os municípios litorâneos próximos a capital, em primeira instância observa-se o fenômeno em direção ao litoral à oeste de Fortaleza (Icaraí), depois no sentido leste (Iguape, Prainha) fazendo com que esses espaços insiram-se num processo denominado por Dantas (2013) de metropolização turística.

Observa-se no litoral cearense e nordestino diversos empreendimentos que possuem infraestrutura que atendem turistas e visitantes dos mais diversos gostos e exigências que veem em busca de lazer, descanso e entretenimento. Ao se fixarem nos espaços litorâneos, os resorts ocasionam série de impactos ao meio ambiente litorâneo, o que deu possibilidade de reflexão, para construir os objetivos da pesquisa. Nesse contexto, tem-se como objetivo central da pesquisa compreender como se deu o processo de inserção dos resorts na praia Porto das Dunas e entender as ações de sustentabilidade na praia que vêm sendo difundida por empreendimentos turísticos em parceria com a Associação Porto das Dunas. E para entender esse processo de inserção dos resorts na praia e de ações de sustentabilidade, construíram-se alguns objetivos específicos: 1. Discutir o processo de valorização do litoral cearense; 2. Definir como se deu a inserção dos resorts no Porto das Dunas; 3. Analisar o desenvolvimento da atividade turística na praia 4. Discutir o papel dos EIA-RIMAs e licenciamentos ambientais; 5. Apontar as ações de sustentabilidade desenvolvidas no Porto das Dunas e por último 6. Descrever as ações eco-sustentáveis realizadas pelos resorts no Porto das Dunas.

Para alcançar os objetivos propostos, fez-se um estudo diacrônico do espaço, seguido de levantamento bibliográfico em livros, teses, dissertações, artigos que subsidiaram

a construção teórica do trabalho. Pesquisa hemerográfica, levantamento de dados primários junto aos empreendimentos analisados Complexo Beach Park, Aquaville Resorts e Associação Porto das Dunas; e dados secundários em órgãos como SEMACE, SEMA, SETUR, IPECE, IBGE, tendo em vista que essa pesquisa aborda à atividade turística, impactos ambientais, meio ambiente, especulação imobiliária; mapeamentos, visitas técnicas em dois empreendimentos Beach Park e Aquaville Resorts; assim como trabalhos de campo, fotografias. Foi esse percurso metodológico que deu subsídios para se alcançar os objetivos propostos e entender a dinâmica em que se encontra o Porto das Dunas.

Observa-se que a inserção de inúmeros empreendimentos que ocasiona um adensamento urbano-litorâneo, por isso tenta-se manter mínima organização para não atenuar os problemas existentes como construção em áreas impróprias, problemas no abastecimento de água e de drenagem superficial, poluição da zona costeira. Nesse contexto, os empreendedores, articulam-se para fundar a Associação Porto das Dunas. Dá-se início a nova forma de pensar e agir sobre a natureza, agora os resorts apropriam-se do discurso verde. Dessa forma, a imagem de potenciais poluidores para a de “amigos do verde”. Nota-se que as empresas passam a se preocupar com o ambiente onde estão inseridas, passa-se a apresentar qualidade não apenas nos serviços, mas também em ações ambientais com objetivo de amenizar impactos, mas terá isso motivado por uma consciência ambiental? Ou pela racionalidade econômica?

Partindo desse questionamento, analisa-se quando se inicia a difusão dessas ações, que denominamos de ações eco-sustentáveis, que veem sendo realizadas pelos empreendimentos em parceria com a associação? Quem se beneficia? Empresários ou meio ambiente? Pode-se afirmar que é uma tomada de consciência ambiental, ou apenas mais uma estratégia do marketing turístico para lucrar e obter selos de qualidade ambiental? Pode-se dizer que é uma proposta de sustentabilidade, articulada entre associação e empreendimentos turísticos. Essa é a realidade que pretende investigar e para entendê-la urge a necessidade de se trabalhar de forma interdisciplinar, aglutinando conhecimentos geográficos e de ciências afins que deem conta de entender essa realidade dinâmica que se apresenta em uma das praias mais visitadas do estado do Ceará.

No tópico 2. *A relação espaço turismo e meio ambiente*, tratou-se de um dos eventos mais importantes ocorridos no Brasil na década de 1990 chamado de Eco-92, onde se discutiu o desenvolvimento sustentável, ampliou-se e consolidou-se dessa forma o debate ambiental, assim como se fortalece projetos na atividade turística do país; 2.1 *Valorização e ocupação do espaço litorâneo cearense* nesse tópico, discute-se o processo de ocupação e

valorização do litoral cearense, apresentando o desenvolvimentos das práticas marítimas modernas como lazer, veraneio, seguidos do turismo litorâneo; 2.2 *O segmento sol e praia e as políticas de turismo no Ceará* apresenta-se o segmento consolidado no Nordeste, o turismo litorâneo e como esse incide nos espaços litorâneos nordestinos tendo apoio em políticas públicas e privadas que cosolidam à atividade na região. 2.3 *Fortaleza: capital litorânea-marítima no contexto da metropolização turística* aqui aborda-se-á o processo de metropolização turística que acomete as metrópoles, sobretudo, as nordestinas. Na capital do Ceará, Fortaleza, o processo dar-se-á em direção à leste e oeste da capital, em especial para os municípios litorâneos; 3. *Resorts: um novo conceito no campo hoteleiro* conceitua-se a tipologia supracitada, apresentando-se a evolução dos resorts por região no Brasil e a origem dos investimentos que se direcionam para esses fixos turísticos; 3.1 *De simples loteamento à implantação de resorts: a consolidação do espaço turístico Porto das Dunas* nesse tópico realizou-se estudo diacrônico do espaço, para entender como se deu o processo de transmutação da praia de simples loteamento à inserção de resorts; 3.2 *Resorts no Porto das Dunas, Aquiraz/CE* aqui descreveu-se os empreendimentos investigados Complexo Beach Park e Aquaville Resort; 3.3 *EIA-RIMAs e Licenciamentos Ambientais como veículo de legitimação na construção de resorts* discute-se aqui o verdadeiro papel dos licenciamentos e EIA-RIMAs no processo de liberação e legalização dos resorts no litoral cearense; 4. *Associação Porto das Dunas e a ideia de sustentabilidade* nesse tópico apresenta-se como surge à associação e o discurso sustentável, apresentando qual o papel dela no cenário turístico do Porto das Dunas; 4.1 *Complexo turístico Beach Park: gestão ambiental e sustentabilidade* analisa-se a gestão ambiental do complexo turístico que realiza ações eco-sustentáveis no entorno da praia com apoio da Associação Porto das Dunas; 4.2 *Aquaville Resort: ações de (in)sustentabilidade?* Nesse tópico denota-se que as ações do Aquaville ainda são incipientes, se comparadas as do Beach Park, levando-nos a questionar se o empreendimento realmente desenvolve os princípios de sustentabilidade, por último no 4.3 *Resorts e o discurso empresarial verde: racionalidade econômica ou sensibilidade ambiental?* Nesse tópico, construiu-se debate sobre a racionalidade econômica dos empreendimentos que sempre está em primeira instância, seguidas de uma sensibilidade ambiental, o qu nos leva a crer que as duas caminham de mãos dadas no discurso empresarial verde.

## 2. A RELAÇÃO ESPAÇO, TURISMO E MEIO AMBIENTE

Na década de 1990 ocorre no Brasil importante reunião com intuito de debater as questões ambientais em escala mundial, que foi à Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Eco-92<sup>1</sup>, um convite para elaborar-se estratégias e medidas que amenizem e revertam a degradação ambiental e promovam o desenvolvimento sustentável. A década de 1990 é permeada pelo discurso de sustentabilidade nos planos de turismo, não só neles mais em todos aquelas políticas públicas de impactos territoriais. Os planos de turismo são promovidos desde a década de 1970 e fortemente na de 1980, numa articulação entre governos estaduais e União. Nesse contexto, enfatizam-se algumas políticas que se voltam para a atividade turística no Brasil.

Acredita-se que seja importante abordar a Eco-92, pois nesse evento debateram-se questões relacionadas aos impactos ocasionados por atividades humanas ao meio ambiente e pode-se destacar que o turismo encontra-se como uma das atividades econômicas que impactam a natureza. A conferência teve como ponto culminante o debate sobre as alterações climáticas, objetivou-se estabelecer normas para proteção da atmosfera e assim conter a emissão de gases poluentes. Na Eco-92 153 países assinaram a Convenção da Biodiversidade, os Estados Unidos tiveram posição contrária, assim como posicionaram-se de forma negativa ao Protocolo de Kyoto (1997), mesmo sabendo que é um dos maiores poluentes e principal causador do efeito estufa (CUNHA; GUERRA, 2009). Para Moraes (1997, p.33), a Rio-92 foi bastante educativa, desenrolaram-se posturas e proposições de fácil entendimento, trouxe abordagens econômicas e geopolíticas, mas deixou-se claro que os temas ambientais subordinavam-se a outras lógicas que definiram as decisões.

Na Eco-92 eclode o debate sobre desenvolvimento sustentável, conceito de difícil interpretação, mas que está conectado diretamente com o turismo em especial, ao ecoturismo.

---

<sup>1</sup> Queremos aqui enfatizar que antes da Eco-92 desenvolveu-se em 1972, Estocolmo - Suécia a primeira Conferência da Organização das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente. Tendo como resultado declaração que aborda os principais problemas relacionados ao meio ambiente: industrialização, explosão demográfica e crescimento urbano. Proclama-se por meio dessa conferência o “direito dos seres humanos a um meio ambiente sadio, o dever de protegê-lo e melhorá-lo para as futuras gerações. Não se abordou nesse trabalho esse acontecimento, optou-se por ser mais sintético não contemplando assim o evento, no entanto, recomenda-se para aprofundamento do assunto a leitura dos trabalhos de Guilherme Folladori e Humberto Tommasino (2000) – *El concepto de desarrollo sustentable treinta años después*. E o trabalho de Lemuel Dourado Guerra (2007) – *Ecología política de la construcción de la crise ambiental y el modelo de desarrollo sostenibel*.

A atividade turística apresenta-se como consumidora e degradadora de paisagens, quando não pensada de forma sustentável. Para Carvalho (2000, p.107), quando se fala em desenvolvimento, especialmente em desenvolvimento sustentável, remete-se à atividade turística. Nesse contexto, percebe-se que os problemas ambientais que assolam a humanidade ganham espaço, agora se exige postura crítica, estabelecimento de políticas e normas internacionais que protejam o meio ambiente. Na Eco-92, estabeleceu-se dentro da Política Nacional de Turismo, algumas diretrizes relacionadas as questões ambientais, até então pouco abordadas pelos empreendimentos turísticos.

A realização da Eco-92 enriqueceu o debate ambiental, atingiu-se diversas esferas em âmbito governamental, não governamental, empresarial, acadêmica e científica, entretanto, pode-se dizer que não houve alterações nas formas de apropriação e produção do espaço e apesar de se levantar o discurso do desenvolvimento sustentável, este ainda não se efetivou (OLIVEIRA, 2012). O conceito de desenvolvimento sustentável consolida-se após a Eco-92, tendo em vista o importante mecanismo de ação de diversos sujeitos sociais, estados, empresas, ativistas, ONGs, associação de moradores, sindicatos, universidades, escolas.

Cabe aqui se posicionar ao que se acredita ser desenvolvimento sustentável<sup>2</sup>, pois o conceito vai além do que se apontou na Eco-92 como “um processo que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras”. Nesse contexto, busca-se apoio em Leff (2002, p.82), pois na Eco-92 as verdadeiras pretensões eram de “capitalizar a natureza e ecologizar a ordem econômica”, não se trata de tirar a importância do evento, mas chamar atenção, pois para trazer à tona o debate de sustentabilidade ambiental requer um processo de socialização da natureza e manejo de forma comunitária dos recursos, apropriando-se dos princípios básicos de diversidade ecológica e cultural (LEFF, 2002).

Por esses motivos, afirma-se que o debate ambiental apresenta-se de forma pertinente ao turismo, pois se observa que com o crescimento da atividade, aumenta-se a demanda, fluxos e fixos a exemplo de resorts, hotéis, pousadas que se concentram em sua maioria no litoral, em decorrência dos amplos investimentos e do segmento sol e praia consolidado no país, aumentando dessa os impactos nos ambientes costeiros. A atividade turística desenvolve-se em ambientes frágeis, como o litorâneo e provoca impactos no espaço geográfico.

---

<sup>2</sup> Segundo Cordeiro, Bento e Britto (2011, p.358), a origem do termo “Desenvolvimento Sustentável” surge com a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Comissão Brundtland), criada pela Organização das Nações Unidas em 1983, e que teve como produto final o Relatório Nosso Futuro Comum (*Our Common Future*), divulgado em 1987.



Para Moraes (2007, p.31), o litoral pode ser definido como “zona de usos múltiplos” devido sua grande extensão, pode-se encontrar diversificadas formas de ocupação do solo, manifestações culturais e atividades humanas. Para o autor, na zona costeira brasileira pode-se encontrar desde tribos coletoras até plantas industriais de última geração; assim como comunidades tradicionais até metrópoles modernas, acometidas na contemporaneidade pelo processo que Dantas (2013, p.67) define como “Metropolização Turística”. Ou seja, o litoral é um espaço em constante metamorfose, encontra-se nele diversidade de atividades e conflitos de interesse pelo uso do solo, fazendo com que o planejamento urbano apresente-se como ferramenta indispensável. É nesse contexto que se insere a atividade turística fazendo repensá-la sob prisma sustentável, retomando-se assim o debate ambiental ocorrido na Eco-92.

No contexto cearense, na Eco-92 elaborou-se dois planos de governo que tiveram objetivo de incorporar conteúdos baseando-se nos princípios da sustentabilidade. Destaque para o Plano de Desenvolvimento Sustentável (1995 – 1998), aliado aos princípios de planejamento estratégico empresarial. Valoriza-se dessa forma a parceria público-privado, agrega-se marketing político e participação popular, confere-se imagem de modernidade e democracia. O plano adota três vetores estratégicos para o desenvolvimento: indústria, turismo e agricultura irrigada; o objetivo central era melhoria da qualidade de vida dos cearenses, por meio de sete diretrizes básicas: proteção do meio ambiente, reordenamento do espaço, capacitação da população, crescimento da economia, redução das desigualdades, desenvolvimento cultural, científico e tecnológico; melhoria da gestão pública (MONTENEGRO, 2012).

No quesito turismo, Almeida e Abranja (2006, p.23) destacam que é a partir da Eco 92 que este ganha notoriedade como atividade capaz de gerar benefícios econômicos e contribuir para o desenvolvimento sustentável. Segundo os autores, o legado do evento foi a Agenda 21, onde cada país tornou-se responsável em delinear prioridades e parcerias entre sociedade e governo. Nessa agenda, vislumbram-se objetivos e fundamentos baseados nos princípios de sustentabilidade, extraiu-se a sustentabilidade como ideologia e prática seletiva, entretanto, colocou-se em prática apenas o que gera mais interesse, lucros, melhor propaganda; pensando dessa forma avançou-se em passos largos. No entanto, a agenda foi uma das ferramentas de orientação para o desenvolvimento turístico do país, “tornando-o ecologicamente correto, economicamente viável e socialmente justo”, isso é fruto das pressões estabelecidas por ambientalistas que se fortaleceram com a Eco-92, promulgam-se novas regulamentações para a política de turismo, redesenhando-se prioridades anteriores.

Becker (2001, p.4), enfatiza que na agenda 21 deu-se ênfase aos oceanos e zonas costeiras, mas isso não foi mero acaso, deu-se em decorrência da valorização desse espaço que possui múltiplas dimensões e significado geopolítico. Na agenda 21 a dimensão social que abrange as populações nativas litorâneas, aparece como mero tópico, o principal interesse recai sobre os aspectos físicos não só da zona costeira, mas de outros ambientes num movimento denominado pela autora de “socialização da natureza”, que foca as atenções em demarcar áreas de interesse, reservas de valor e na zona costeira revoga-se o direito ao território marinho.

Mesmo assim, apesar das críticas e observações pode-se dizer que a Eco-92 apresentou-se como marco da internacionalização definitiva à proteção ambiental e do desenvolvimento, observa-se aqui linha tênue entre turismo e meio ambiente. Essa relação que envolve turismo e meio ambiente, de fato é indiscutível, pode-se percebê-la em todo o processo turístico que inclui os motivos de viagem, lugar escolhido para se conhecer condições climáticas, atrativos turísticos e originalidade nos serviços, apropriação das paisagens, até mesmo as metamorfoses do núcleo receptor (TULIK, 2008).

Ao falar em turismo Coriolano e Bandeira (2005, p.156) destacam que “é um lazer transformado em mercadoria. É um lazer sofisticado que exige viagem, portanto uma invenção da sociedade de consumo, respondendo necessidades, não do homem, mas do capital”. Cruz (2001, p.5), entende que o turismo nada mais é do que uma prática social, que envolve deslocamento de pessoas pelo território, e tem o espaço geográfico como principal objeto de consumo.

Dessa forma, o turismo apresenta-se como a marca do século XX, por meio dele realiza-se o desejo de conhecer novas paisagens, lugares, ambientes, culturas, pessoas, mostram-se como atividade híbrida, pois por um lado apresenta enorme potencial de desenvolvimento e por outro se vislumbra grande teor de degradação ambiental e social, em especial na zona costeira brasileira onde é difundido com maior veracidade (BECKER, 2001).

Segundo Becker (2001, p.4), no Brasil o turismo apresenta-se como atividade de destaque na economia, mesmo com desenvolvimento desordenado e modesto desempenho, se comparado a outros países. A geógrafa destaca que em 1990, o país representava apenas 0,24% do fluxo total do turismo mundial, participando com 0,57% da receita mundial do turismo, segundo ela esse foi o “fundo do poço” haja vista a crise que acometia o Brasil. Observava-se nesse período perda da competitividade, deterioração da imagem em decorrência de questões de segurança no Rio de Janeiro, uma das portas de entrada de turistas. Apesar de toda essa problemática, o turismo apresentou-se como um dos dez produtos mais

importantes na exportação brasileira de bens e serviços correspondendo a 4,7% do total entre 1987 e 1990 como afirma a pesquisadora. De acordo com o Ministério do Turismo MTUR o fluxo de turistas internacional para o Brasil em 1990 era de 438 milhões, em 2000 foi 682 milhões, fazendo-nos constatar as informações apontadas. De acordo com Schussel (2012, p. 107) pode-se destacar alguns fatores que contribuem para o incremento do turismo no Brasil são eles: aumento da renda da população, crescimento das companhias aéreas, ampliação da infraestrutura viária e de serviços ligados ao turismo, além é claro das políticas públicas que promoveram e consolidaram o turismo.

Entende-se dessa forma o que a geógrafa (Becker, 2001) coloca ao mostrar alguns dados referentes ao turismo no Brasil na década de 1990, pois só a partir de 1994, com o fim do processo inflacionário do país e início de novo ciclo econômico é que se inicia a expansão hoteleira no Brasil. Percebe-se que na década de 1990 o país ainda carece de fixos para atender a demanda turística nacional, quiçá internacional. Com o aumento da renda familiar e dos investimentos oriundos de empresas nacionais e internacionais, notadamente para infraestrutura, ocasiona-se impacto direto no número de viagens domésticas, assim como crescimento no número de entrada de turistas internacionais. Nesse período, vislumbra-se momento de reorganização e diversificação do setor hoteleiro, surgem novos empreendimentos, complexos turísticos como o da Costa do Sauipe na Bahia, resorts como o do Cabo de Santo Agostinho em Pernambuco e vários outros empreendimentos que se transformam em verdadeiros “pontos luminosos”<sup>3</sup> (SANTOS, 1996) ao longo da zona costeira brasileira. Nesse contexto, observa-se o papel preponderante do Banco do Brasil (Previ), Caixa Econômica Federal (Funcef) e Petrobrás (Petros), no campo hoteleiro, em suma pode-se dizer que o período entre os 1990 e o ano de 2001 fica marcado pela expansão hoteleira no país (GORINI; MENDES, 2005).

É na década de 1990 que se observa Decreto-lei 55/66 que se estende até 1991 por meio da lei 8.181, de 28 de março de 1991, editada ainda no governo Collor também responsável por reestruturar a EMBRATUR<sup>4</sup> agora denominada Instituto Brasileiro de Turismo. Também é nesse período que se iniciam os grandes programas de desenvolvimento turístico no Nordeste brasileiro como PRODETUR/NE, assim como políticas que se voltam

---

<sup>3</sup> Segundo Milton Santo, os espaços luminosos são aqueles bem servidos pelas redes informacionais – telecomunicações, transportes, infraestrutura urbana e onde agentes hegemônicos representados pela população mais rica e organizada ditam as regras.

<sup>4</sup> Em 1950 foi criada a Companhia Brasileira de Turismo, substituída posteriormente pela EMBRATUR em 1966, autarquia vinculada ao Ministério do Turismo (MTB), que tem como objetivo implementar a Política Nacional do Turismo - PNT.

para megaprojetos, esse diz respeito aos grandes projetos estruturantes realizados pelos governos estaduais de forma autônoma em seus territórios com auxílios financeiros da união, eles datam da década de 1960 à 1980, variando de estado para estado. Na década de 1990 destaque para o PRODETUR/NE como política pública nacional de turismo. Oliveira (2008, p.186), aponta que o PRODETUR/NE e a política de megaprojetos turísticos estão em sintonia com projeto hegemônico de desenvolvimento turístico do país, para ele,

A principal característica das políticas de megaprojetos é a intensa intervenção pública estadual na tentativa de criação de grandes centros turísticos. Tendo como modelo o desenvolvimento de destinações como Cancun, que consiste na urbanização turística concentrada de áreas da costa pouco urbanizadas, a política de megaprojetos nordestinas envolveu quatro grandes empreendimentos, o Projeto Parque das Dunas – Via Costeira, em Natal – RN, projeto Cabo Branco – PB, projeto Costa Dourada PE e AL e o projeto Linha Verde - BA. Em todos eles, os respectivos governos estaduais atuaram como protagonista e patrocinaram, através de incentivos financeiros e fiscais, o setor privado, na ampliação da infraestrutura hoteleira local.

Corroborar-se assim para expansão do turismo no Brasil, incidindo diretamente no setor hoteleiro. Considera-se que nessa fase dá-se início as políticas públicas de turismo no país, estabelece-se um Plano Nacional de Turismo – PLANTUR criado em 2003 pelo governo. Definiu-se um conjunto de normas e diretrizes que se voltam para o planejamento e desenvolvimento da atividade turística, tendo-a como fonte de renda nacional, estabeleceu-se algumas diretrizes: 1) prática do turismo como forma de valorização e preservação do patrimônio natural e cultural do país; 2) valorização do homem como destinatário final do desenvolvimento turístico (CARVALHO, 2000)<sup>5</sup>.

Entretanto cabe lembrar, de acordo com Carvalho (2000, p.102), que em 1996 no governo de Fernando Henrique Cardoso, o país conta com uma Política Nacional de Turismo. Entre 1996-1999, traçam-se alguns parâmetros: 1) ordenação do setor público, orientando o esforço do Estado e utilização de recursos públicos para o bem-estar social; 2) definição de parâmetros para o planejamento e execução das ações dos governos estaduais e municipais; 3) orientação referencial para o setor privado. Nesse período, o BNDES apresenta-se como o grande financiador de recursos públicos para o turismo, substituindo o anterior Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR. Os empréstimos também se destinaram aos investimentos de grande porte, fazendo com que o banco empossasse limites nas operações diretas. Para as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste o limite de R\$ 1 milhão e de 3 milhões para as regiões Sudeste e Sul. De forma prioritária o BNDES atendeu o ramo hoteleiro, mas aqui não mostra

---

<sup>5</sup> Vale destacar de acordo com Carvalho (2000, p.101), que a constituição de 1988 é a primeira a contemplar o turismo em seu artigo 180, capítulo I, do título VII, que trata da Ordem Econômica. Recomenda-se aqui a leitura do artigo *Políticas Públicas em Turismo no Brasil* de Alan Francisco de Carvalho.

articulação com a EMBRATUR, observa-se dessa forma a pouca eficácia dos investimentos para o período, vislumbrando-se significativo declínio em 1997 da atividade turística (OLIVEIRA, 2008).

Nesse contexto, podemos destacar mais dois planos o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil e o Plano Aquarela. O primeiro foi criado pelo MTUR em 2004, tendo como objetivo principal a desconcentração da oferta turística, propiciando inclusão de novos destinos aos roteiros comercializados tanto no mercado interno como externo. Cabe destacar que o programa também proporcionou a cristalização de novas estratégias, que direcionou as necessidades específicas de cada região do Brasil o que facilitou a obtenção de investimentos por meio do PRODETUR. O MTUR, por meio do Programa de Regionalização realizou mapeamento dos principais destinos turísticos, onde se apresentou 65 destinos que fazem parte de 78 roteiros, o que perpassa 105 regiões turísticas inseridas nos estados brasileiros. Esses destinos foram trabalhados até 2010, para servir como destino indutor no desenvolvimento turístico regional. Dessa forma definiu-se que por meio do programa, os destinos indutores deveriam ser aqueles que agregam infraestrutura básica e turística; atrativos qualificados; caracterizando-os como núcleos receptores ou distribuidores (BSH, 2009).

No Plano Aquarela, desenvolvido em 2003 é estruturado em três fases: 1) diagnóstico do mercado brasileiro; 2) formulação de estratégia de marketing e 3) plano operacional para concretizar as estratégias das fases anteriores. Na fase de diagnóstico, serviu para levantar informações sobre atrativos turísticos (naturais e culturais), para depois se criar o conceito dos produtos turísticos potenciais brasileiros a serem ofertados no mercado. Com a criação do conceito definiu-se os principais segmentos do mercado turístico: sol e praia, ecoturismo, cultural, esportivo, negócios e eventos. O plano ainda enfatiza a criação e fortalecimento da marca Brasil e seus destinos, as principais metas alcançadas nesse plano foram: construção da imagem global do turismo do Brasil no mundo; estabelecimento de uma posição diante dos principais destinos líderes do turismo mundial; informações estratégicas sobre mercados, oferta e demanda.

Dessa forma, diante de tantos planos que se voltam para a atividade, o turismo gradativamente torna-se importante vetor de ocupação e produção de espaços em especial no litoral do Brasil, país que possui cerca de oito mil quilômetros de litoral, duas mil praias e área emersa de 480.000 km<sup>2</sup>. Espaço que abriga praticamente ¼ da população brasileira produz-se e multiplicam-se os complexos imobiliário-turísticos, constituindo-se dessa forma numa inovação nos meios de hospedagem, por meio da inserção dos resorts no país. Em sua

maioria esses complexos turísticos concentram-se no Nordeste e demandam vultosos investimentos, esses espaços se caracterizam, primordialmente, pela diversidade de serviços que oferecem no próprio empreendimento, além de exigirem pagamento antecipado; muitos se situam afastados dos centros urbanos tendo alto grau de isolamento entre visitantes e comunidades locais onde se fixam os complexos.

Os resorts apresentam-se como símbolo marcante da evolução hoteleira no Brasil, esses empreendimentos oferecem diversificadas opções de lazer e como mencionado situam-se distantes dos centros urbanos, em locais de interesse turístico, tendo como “pano de fundo” a natureza como atrativo. Busca-se suprir todas as necessidades dos hóspedes dentro do resort, estimulando-se assim maior tempo de permanência dentro do empreendimento. O ano de 1970 é emblemático no que diz respeito a inserção desses empreendimentos, no entanto, destaca-se o ano de 1989 quando acontece a inauguração do Transamérica da Ilha da Comandatuba – BA, Club Med de Mangaritiba – RJ e Salinas de Maragogi – AL.

No tópico 3. *Resorts: novo conceito no campo hoteleiro* dar-se-á maior ênfase aos resorts, descrevendo-os detalhadamente, abrindo-se assim espaço para discussão da modernização no campo hoteleiro brasileiro, mas antes se torna necessário entender como se deu o processo de valorização, apropriação das zonas de praia e como esses empreendimentos inserem-se no litoral brasileiro, assunto abordado no próximo tópico.

## 2.1 Valorização e ocupação do espaço litorâneo cearense

O Ceará, estado que compõe a Região Nordeste do Brasil possui área total de 148.825,6 km<sup>2</sup> o que representa 9,57% do Nordeste e 1,74% da área do Brasil, apresentando-se com a 4<sup>o</sup> maior extensão territorial da região na 17<sup>o</sup> posição entre os estados brasileiros. O estado carrega consigo peculiaridades do processo histórico de formação de seu espaço, caracterizado por uma urbanização concentrada que elevou a capital Fortaleza da condição de cidade à metrópole. De acordo com Costa e Amora (2015, p.32) podem-se caracterizar três momentos distintos para a produção do espaço cearense. Até 1960 predomínio da economia agroexportadora, período da colonização; Década de 1960 até meados dos anos 1980, período marcado pela integração junto ao mercado nacional, atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (política de industrialização); Meados da década de 1980, fim da SUDENE, maior autonomia dos estados, emergência da guerra fiscal entre unidades da federação, num contexto denominado de reestruturação produtiva; articulação do campo político, econômico e social em escala nacional e internacional. Seguindo essa lógica Araújo (2012, p.22) também enumera três fases para o Ceará até os anos 1940, fase da agricultura; entre 1940 e 1950 desenvolvimento da indústria; e nas três últimas décadas, o turismo.

Nesse sentido, confirma-se a teoria de Bernal (2004, p.150) de que no Ceará, assim como em todo o nordeste, o urbano resultou do peso da agricultura e da pecuária, que conduziu o processo de organização do espaço, diferenciando-se do que ocorreu no sul e sudeste do Brasil, onde o grande responsável pela urbanização foi o processo de industrialização. Segundo a autora, o algodão e a inserção desse produto no mercado internacional projeta Fortaleza como importante centro urbano se comparada às demais cidades do estado.

Na análise de Dantas (2009, p.9), a capital Fortaleza de fato torna-se importante a partir do momento que o comércio marítimo ganha notoriedade e desenvolve-se, motivado pela Guerra de Secessão, que fragiliza o fornecimento de algodão americano ao mercado internacional, fazendo com que a cidade entre no cenário econômico, por meio do processo de produção e exportação algodoeiro. Ressalta-se que no período colonial, a economia cearense apoia-se no binômio gado-algodão. A primeira atividade ocupa e povoa o sertão cearense, é o

algodão transforma Fortaleza no maior centro coletor da produção algodoeira, consolidando-a como principal núcleo urbano do Ceará na segunda metade do século XIX.

Observa-se ao fim do século XX, que o interesse pelo mar apresenta-se com tônica verdadeira, pode-se dizer que essa mudança dar-se-á entre os séculos XVI-XVIII período onde os europeus aventuram-se pelos mares tendo como força motriz o comércio, destacando-se a bússola e o astrolábio como instrumentos facilitadores na navegação (DANTAS, 2009). Medo, temeridade e quadro repulsivo relacionado ao mar ganha outra conotação.

É no final do século XVIII, que o desejo das elites europeias e americanas direciona-se ao mar, o litoral denominado de “Território do Vazio” por Corbin (1989) agora chama atenção pelas cores, pela calma proporcionada no ir e vir das ondas, nos ventos permeados de iodo que beneficiam o bem respirar. É nesse ambiente que se tratam as doenças respiratórias como a tuberculose, os banhos de mar favorecem a circulação sanguínea e a musculatura fortalece-se por meio do nado. Com tantos benefícios é nos fins do século XIX que crianças, mulheres e homens da aristocracia buscam as praias para renovarem as energias. Os hábitos de banho de sol, com exposição da pele chegam ao Rio de Janeiro e disseminam-se rapidamente pelas praias do Brasil e Fortaleza não é exceção nesse processo de ocidentalização, que vale ressaltar não se deu tal qual como no ocidente como enfatiza Linhares (1991).

Nesse contexto, discutem-se as práticas marítimas relacionadas ao tratamento terapêutico: banhos de mar, passeio de barco e estadas em ilhas. A corrida incessante dos enfermos aos balneários dá-se em decorrência de prescrições médicas com fins curativos, inicialmente os doentes apresentavam quadros de melancolia, depressão e angústias. Em Fortaleza de acordo com Dantas (2009, p.32), os banhos de mar são responsáveis pelo surgimento das primeiras casas de descanso especializadas nessas práticas terapêuticas, estas acolhem os enfermos que buscam as qualidades curativas do mar, valoriza-se o bem respirar. Inicia-se assim incorporação das zonas de praia no cotidiano citadino, inicialmente tem-se a praia do Meireles retratada na Figura 1.



FIGURA 1 – PRAIA DO MEIRELES



Fonte: Fortaleza Nobre.

Os anos 1920-1930 são marcantes, pois nesse momento, como se observa na foto, a população fortalezense descobre as práticas marítimas. À medida que estas eclodem substanciais mudanças podem ser notadas na paisagem litorânea de Fortaleza. Percebem-se dois movimentos característicos no processo de valorização das zonas de praia da capital: o primeiro nos anos 1920-1930 quando se observa a incorporação das zonas de praia como espaço de lazer e veraneio; o segundo ocorre após a década de 1970, com ampliação das práticas marítimas modernas para além do tecido urbano da capital, destaque para o veraneio (DANTAS, 2011). Na figura 2, observa-se o lazer e os banhos de mar realizados na praia de Iracema por volta dos anos 1940.

**FIGURA 2 – PRAIA DE IRACEMA**

Fonte: Arquivo Nirez

Vale lembrar que anteriormente, o litoral apresentava-se como espaço de habitação das classes de menor poder aquisitivo, mas transforma-se em espaço de construção das primeiras casas de segunda residência<sup>6</sup> que desterritorializa pescadores dos antigos vilarejos situados nas praias de Iracema e Meireles. Essas comunidades de pescadores podem ser vistas na totalidade do território cearense, por meio delas percebe-se outra forma de ocupação do espaço litorâneo baseado essencialmente na pesca.

Nesse momento, observa-se formas diversificadas de apropriação do espaço litorâneo, por um lado nota-se uma elite que se modela e amplia-se na capital em busca de lazer, de outro se reivindica por zonas de trabalho (pescadores) e de habitação (retirantes da seca<sup>7</sup>). Observa-se movimento das classes abastadas que se direcionam para sul e oeste da cidade, mais precisamente para os bairros Benfica e Jacarecanga. Outro movimento direciona-

---

<sup>6</sup> De acordo com Seabra (1979, p.1), entende-se por segunda residência a habitação cujo uso é eventual, a qual portanto, não se constitui em suporte da vida cotidiana.

<sup>7</sup> Lê-se emigrantes pobres do sertão, as dificuldades impostas em morar na cidade que se apresenta para as classes menos abastadas fazem com que essa população ocupe terrenos de marinha, área anteriormente ocupada por pescadores, observa-se assim crescimento demográfico marcado por quadro de saturação e no final do século XIX eclodem em aglomerados urbanos, as favelas.

se para leste e norte da capital, neste busca-se lugares para veraneio e lazer; constroem-se assim as primeiras chácaras no Meireles e segundas residências na praia de Iracema. Segundo Dantas (2011, p.48), o veraneio em Fortaleza instala-se por meio da construção de casarões, como exemplo tem-se a do Coronel Porto, que data de 1926 onde hoje se localiza o Estoril, interessante se observa o desprezo que se tinha pelo litoral, ao notar que a arquitetura da cidade dá as costas para o mar. A Figura 3 retrata o ano de 1943; observa-se que a frente do casarão denominado Vila Morena, está voltada para a Rua dos Tabajaras, prova latente que na época de construção se ignorava o mar.

**FIGURA 3 – CASARÃO DA FAMÍLIA PORTO (VILA MORENA)**



Fonte: Arquivo Nirez.

Nesse contexto, edifica-se a capital do sertão, que apresenta simbiose entre sertão/litoral que nutre e alimenta-se por meio de abertura cultural de uma sociedade que descobre as zonas de praia, mas não perde a essência interiorana. As elites que aqui se instalam, são seduzidas pelas características vindas do ocidente, os espaços litorâneos são valorizados, primeiramente, por meio dos tratamentos terapêuticos, banhos de mar, caminhadas na praia seguidos do veraneio. Vislumbra-se intenso relacionamento da sociedade

local com a natureza e é justamente isso que ocasiona quadro conflitual, que segundo Dantas (2009, p.119) apenas atenua com a inserção do turismo litorâneo.

Para Pereira (2014, p.11) até o século XX, as aglomerações urbanas litorâneas no Brasil, eram tidas como áreas sem utilidade para o mercado fundiário e imobiliário, mas com a inserção das segundas residências tem-se a valorização do solo urbano das áreas onde antes se concentravam simples moradias de pescadores, num primeiro momento esse fenômeno concretiza-se apenas nas cidades-sede nordestinas, num segundo momento o fenômeno incorpora municípios vizinhos. Para Seabra (1979, p.5),

Esse processo de valorização imprimiu a esse espaço um novo valor de troca como resultante do novo uso que se lhe propunha quando tiveram início essas produções. Jogaram com esse valor de troca os proprietários de terra, as empresas de construção civil e também os proprietários das habitações produzidas.

Para a pesquisadora, a segunda residência além de ser estada temporária para o dono, pode ser alugada, portanto surge sempre como alternativa certa de investimento, tendo os preços reajustados conforme mercado. Atribui-se a terra preço que vai de acordo com a possível função que pode lhe ser dada, acumulam-se assim exorbitantes taxas de capitalização. Dessa forma, observa-se não apenas em Fortaleza, mas em escala regional a dinamização do mercado de terras como em Ponta Negra, Natal/RN; Boa Viagem, Recife/PE; Praia Vermelha, Salvador/BA; em Fortaleza observa-se esse processo concretizando-se no bairro Meireles (DANTAS, 2015), essas nuances apresentam-se como movimento inicial para o morar permanente na praia. No quadro 1, podem-se observar valores de casas nos locais supracitados.

**QUADRO 1 – VALOR DE IMÓVEIS**

<b>CIDADE</b>	<b>VALOR</b>	<b>M<sup>2</sup></b>	<b>ESPECIFICAÇÕES</b>	<b>VALOR POR M<sup>2</sup></b>
Natal - RN (Ponta Negra)	800.000 – 2.600.000	400 - 500	3 ou 5 quartos 1 ou 4 suítes 3 vagas	2.000 5.200
Recife - PE (Boa Viagem)	1.100.000 – 1.800.000	209 - 360	4 ou 6 quartos 0 suítes 0 ou 2 vagas	5.263 5000
Salvador – BA (Praia Vermelha)	850.000 – 1.200.000	288 - 380	5 quartos 1 ou 2 suítes 4 ou 6 vagas	2.951 4.959
Fortaleza - CE (Meireles)	1.200.000 – 990.000	201- 378	4 ou 3 quartos 1 ou 2 suítes 4 ou 2 vagas	5.970 2.619
Aquiraz - CE	1.200.000 –	387- 400	4 quartos	3.101

(Porto das Dunas)	600.000		3 ou 2 suítes 8 ou 20 vagas	1.500
-------------------	---------	--	--------------------------------	-------

Fonte: Zap Imóveis – 2015; adaptado por RODRIGUES, F.N.

Com o advento das práticas marítimas modernas, observa-se tímido, mas latente processo de urbanização nas áreas litorâneas de Fortaleza, movimento que ocorre nos anos 1920-1930 conforme citado. Inicialmente incidiu na praia de Iracema e gradualmente ampliou-se. Nos anos 1970 urbaniza-se a praia do Meireles e incorpora-se gradualmente não só na capital, mas nos municípios vizinhos a prática do veraneio. Nota-se que nos anos 1970, ocupa-se a totalidade da orla marítima de Fortaleza. Percebe-se do lado leste da metrópole, na praia do Mucuripe e a oeste na Barra do Ceará, transformações substanciais das zonas de praia, que se tornam espaço privilegiado do veraneio, lazer, trabalho e habitação. Aproveitam-se as condições físico-ambientais que o litoral proporciona para nele desenvolver-se hábitos, valores, costumes e práticas diversificadas. Segundo Dantas (2011, p.56), instala-se quadro bem definido nos bairros de Fortaleza, ocupado por diversos grupos sociais e por atividades marítimas. As praias de Iracema e Meireles são ocupadas pelas classes abastadas e voltam-se para habitação e lazer. As praias do Mucuripe e Pirambú são ocupadas pelos pobres, pescadores, retirantes e apresentam-se como espaço de moradia e trabalho. E por fim, as praias Formosa e do Mucuripe concentram atividades industriais e portuárias.

Dessa forma, apoia-se no dizeres de Pereira (2014, p.10), quando esse constata que “a urbanização vai à praia”, o geógrafo aponta que o processo de urbanização paralela à costa inicia-se de fato com a valorização do litoral, tendo as bases fundantes na inserção das funções de lazer atreladas ao mar e ao marítimo que passam a fazer parte do cotidiano da sociedade urbana, não só nordestina, mas brasileira. A corrida incessante aos ambientes marítimos satura essas áreas que passam a ter elevados preços, fazendo com que a terra seja parcelada em lotes. Inicia-se também a busca por outros espaços litorâneos e a população tem a necessidade de realizar deslocamentos para além da metrópole Fortaleza, para que dessa forma turistifiquem o espaço litorâneo por meio das políticas de turismo difundidas pelo governo cearense, assunto abordado no próximo tópico.

## 2.2 O segmento sol e praia e as políticas de turismo no Ceará

Quando se fala que turismo e meio ambiente apresentam-se com estreita relação, pontua-se que são indissociáveis, ponto de vista que pode ser explicado pelas novas concepções filosóficas sobre natureza, nos quais o homem é considerado como ser integrante e indissociável do meio natural (RODRIGUES, 1996). O homem ao se apropriar do turismo, faz com que essa relação se concretize.

No turismo existem diversos segmentos, que atendem demandas e exigências crescentes de diversificados turistas que desejam vivenciar experiências em contato com a natureza ou não. A demanda turística possui característica marcante que é a heterogeneidade, as motivações que impulsionam as pessoas a viajarem não são idênticas, justificando-se, dessa forma, a necessidade de segmentar o turismo, agrupam-se pessoas que possuem desejos diversificados (ABREU, 2002). Alguns segmentos turísticos nutrem intensa relação com a natureza como ocorre com o turismo de sol e praia, de aventura, náutico, ecoturismo, rural, como bem denota Coriolano (2012, p.147), ao afirmar que cada segmento do turismo realiza-se em ambientes especiais com focos diferenciados, no entanto, muitos possuem linha tênue entre si, contato com a natureza, mas cabe lembrar que há novos segmentos que não se vinculam com o meio ambiente, como o turismo de eventos que se apresenta em franca expansão.

Os produtores de turismo desenvolvem ideologia que justifique a necessidade de se buscar novos ambientes, onde as pessoas sejam capazes de repor energias físicas e psíquicas, para tal feito o meio ambiente tornou-se o principal recurso turístico que vem sendo explorado pelo capitalismo, mais precisamente desde a segunda metade do século XX (ALMEIDA, 1996). A natureza é consumida e impactada, torna-se mercadoria, apresenta-se como capaz de devolver ao homem paz, tranquilidade, harmonia e felicidade roubadas pelo cotidiano estressante das metrópoles, sendo assim, a viagem passa a ser “receitada” como remédio indicado ao paciente pelo médico, diz-se que é a solução para aliviar o estresse emocional e físico dos indivíduos fazendo com que o turismo deixe de ser atividade supérflua e ganhe outra conotação, a de necessidade básica. Mas é necessário que se busque formas de planejá-lo com maior cuidado, rigor, atenção e respeito não só à natureza, mas à vida humana e isso envolve empresários, trabalhadores, residentes e turistas. O turismo que se concretiza origina-se de um movimento de cima para baixo, no qual nem todos saem beneficiados apesar da atividade atingir várias camadas sociais, observa-se que a preocupação recai

principalmente no lucro e geração de divisas, mas deve-se ter em mente que o turismo é de fato atividade contraditória, assim como a indústria, agricultura que também impactam sociedade e natureza, então como pensá-lo de outra forma se estamos inseridos numa sociedade capitalista de consumo?

O turismo pode gerar e distribuir renda, amenizar as desigualdades sociais, dinamizar a economia e, sobretudo, criar consciência ambiental aos praticantes, só assim pode-se diminuir a contradição na produção social do espaço e nas formas de apropriação da natureza. Dessa forma, deve-se pensar no turismo e meio ambiente sustentável, de maneira que as benesses que essa atividade proporciona sejam otimizadas, gerando-se não só conscientização ambiental, mas também social e turística; deve-se partilhar do cotidiano do lugar visitado e dos atrativos turísticos existentes no espaço, respeitando-os, preservando-os não impactando de forma negativa como vem sendo realizado no litoral e demais espaços que o turismo se insere, busca-se assim diretrizes básicas para sustentabilidade.

O turismo destaca-se na economia mundial, infiltrando-se em diversos territórios de maneira contraditória, por isso necessita-se planejá-lo e repensá-lo sob prisma sustentável. Para se ter ideia da dinâmica mundial que o turismo gera, de acordo com a Organização Mundial de Turismo – OMT, entre os anos de 2005 e 2013 as viagens internacionais em âmbito mundial cresceram numa média de 3,8% ao ano, com número que chegou a 1.087 milhões de turistas em 2013, comparando-se com o ano de 2012 tem-se aumento de 5%. No caso do Brasil, o país apresenta-se em 45º no ranking de fluxos internacionais com 5,8 milhões de turistas<sup>8</sup> e é o segundo país em recepção na América do Sul destacando-se por receber 20% do total de turistas.

No Brasil, para o desenvolvimento do turismo apresentam-se segmentos diversificados que despertam interesse nos turistas em conhecer o território nacional. De acordo com o Ministério do Turismo - MTUR (2010) pode-se destacar no país os seguintes segmentos: Turismo de Negócios e Eventos, Ecoturismo, Turismo Cultural, Turismo Náutico, Turismo Rural, Turismo de Sol e Praia e em menor proporção o Turismo Industrial, mais difundido na Europa e trabalhado no Brasil de forma distinta. Não aponta-se aqui que só existem esses segmentos, mas pontuam-se os que vêm sendo destacado em pesquisas e análises publicadas pelo Ministério do Turismo. Nesse contexto, enfatiza-se o turismo de sol e praia, segmento consolidado no país, em especial na região Nordeste.

---

<sup>8</sup> Dados do Ministério do Turismo – MTUR referentes ao ano de 2013.

O território brasileiro destaca-se, mundialmente, pelas dimensões continentais 8.511.965 km<sup>2</sup> diversidade de ecossistemas; florestas (Amazônica e Mata Atlântica), formações arbustivas (cerrado e caatinga), extensas áreas rasteiras (campos do sul), formações complexas (Pantanal), além é claro dos quase 8 mil quilômetros de litoral, onde se encontram mangues, dunas e restingas (CRUZ, 2001). Observa-se que cerca de duas mil praias que anualmente são capazes de atrair 1,7 milhões de visitantes estrangeiros e 27 milhões de brasileiros anualmente. Em escala nacional os destinos que se destacam são Fortaleza (23,6%), Rio de Janeiro (16,6%), Natal (11,5%), Maceió (10,9%) e Salvador (9,9%). O crescimento apontado em 2014 pelo Ministério do Turismo atribui-se a dois fatores: a chegada do verão e as férias escolares. Vislumbra-se que esse segmento consolida-se no Brasil não apenas em decorrência da extensão litorânea e pelas altas temperaturas, mas também pelas inovações tecnológicas, melhoria na qualidade de serviços, infraestruturas presentes nos destinos e principalmente investimentos realizados.

Para Coriolano (2002, p.10), não é de agora que o governo luta para melhor posicionar o turismo brasileiro, diante do mercado mundial e o Nordeste brasileiro destaca-se e tenta consolidar-se como importante polo turístico em escala nacional e internacional. Segundo a pesquisadora, as atividades turísticas para banho de mar iniciam-se no Rio de Janeiro e passam longo tempo restritas a esse lugar. Dessa forma, o Rio de Janeiro tem papel primaz de porta de entrada para o turismo internacional no país, em seguida o fenômeno turístico direciona-se para os demais estados das regiões Sul e Sudeste em seguida atinge o restante do Brasil. Nesse contexto, percebe-se em escala mundial que o litoral apresenta-se como a área onde se observa as maiores concentrações turísticas, tendo como atrativo turístico principal a natureza. Os núcleos urbanos apresentam-se como “facilitadores” dando apoio e suporte, e esse fenômeno é decorrente de uma sociedade que passa a valorizar o sol e mar, fortalecendo dessa forma o turismo litorâneo. Devemos ter em mente de que não há uma naturalização da atividade turística, pois à atividade foi construída a partir de fortes investimentos, por meio de políticas públicas, planejamento e capital investido; os espaços não são turísticos, tornam-se de acordo com a quantidade de capital neles investidos.

Partindo dessa premissa analisa-se o turismo de sol e praia difundido no Ceará, estado que representa 16% do litoral nordestino e 7% da zona costeira do Brasil, dar-se-á ênfase aos resorts que se instalam no litoral cearense. Pode-se dizer que não é de hoje que as terras litorâneas cearenses são exploradas, basicamente, pode-se dividir em determinados momentos, nos quais se desenvolve atividades específicas e distintas no período de colonização do país, como o pastoreio, atividade algodoeira, comércio portuário, extrativismo,



atividades que mantêm de alguma forma contato com o litoral. Com o redirecionamento econômico as atenções voltam-se para as práticas de lazer e turismo.

No nordeste brasileiro, o turismo litorâneo incidiu-se e consolidou-se, o elemento definidor dessa tipologia turística é o ambiente natural aqui encontrado. Todos os estados da região são banhados pelo litoral, tendo as capitais ligações direta com o mar, exceto Teresina no Piauí. Somando-se a extensão litorânea de cada estado nordestino tem-se aproximadamente 3.300 km, número que representa quase 50% da porção litorânea do Brasil. Percebe-se que turismo e natureza estão intimamente ligados e os atrativos naturais apresentam-se como um dos principais definidores dos fluxos turísticos.

No Ceará não poderia ser diferente, já que a história não proporcionou rico e farto patrimônio cultural, lugares históricos se comparados aos estados de Minas Gerais e Bahia, dessa forma o turismo volta-se integralmente para a natureza. Coriolano (2002, p.87) aponta que é nítido o predomínio do uso do espaço natural no Nordeste brasileiro como objeto da demanda turística, no Ceará nota-se que a preferência turística recai, primeiramente, sobre o litoral, seguido das serras e por fim sertão. Na análise de Dantas (2006, p.23) vislumbra-se a importância dada ao turismo no Nordeste, apresentando-se como tábua de salvação para a economia regional, de um lado atende-se uma demanda econômica e de outro, política; o autor pontua que,

O litoral nordestino, com adoção de políticas de desenvolvimento, se converte em zona turística, evidenciada na importância econômica atribuída a esta atividade, principalmente nos Estados do Ceará, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte. O turismo se transforma, neste sentido, num poderoso instrumento de poder argumentativo a serviço da Região, notadamente na produção de um fator econômico capaz de salvar a economia regional.

Segundo o autor, no Ceará construiu-se uma imagem turística, obscureceu-se as secas cíclicas, a ideia de “região problema”, escassez hídrica. O sol torna-se fator benéfico para a região, apresentando-se como reserva infinita para se desenvolver turismo o ano todo, pois o estado apresenta-se próximo à linha do Equador área que incide maior luminosidade, além de encontrarem-se aqui características geoambientais específicas do Polígono das Secas, onde está inserida quase a totalidade do território. Apresenta-se a rigidez do semiárido com poucas alterações nas estações, baixa incidência de chuvas e elevadas temperaturas que variam de 28° a 33°C amenizadas pelos ventos alísios. O sol antes associado ao martírio da seca e da pobreza, ganha por meio do marketing turístico nova conotação e passa a ser visto

por outro prisma. Trabalha-se assim nova identidade, a partir da revalorização da cidade fazendo com que o sertão abra-se para o mar.

De acordo com Dantas (2006, p.270) pode-se destacar dois momentos específicos e complementares para o Ceará: processo de construção da “Capital do Sertão” que se inicia com a ocupação do espaço cearense até fins dos anos 1970; e o segundo momento que se vislumbra a construção da “Cidade do Sol” início dos anos 1970 até agora. Transmuta-se de uma cidade litorânea com alma de sertão (litorânea-interiorana), para cidade litorânea que se torna marítima (litorânea-marítima). Nesse contexto, criam-se opiniões internas marcadas pela consciência turística que tem por objetivo convencer os habitantes da vocação do estado, e, sobretudo da capital Fortaleza; e uma externa marcada pelo fortalecimento da imagem turística da metrópole, apresentada como paraíso para os turistas que optam pelo sol e praia.

Diante da premissa, podem-se destacar dois quadros simbólicos para o Ceará, o mais antigo fortalece imagens negativas relacionadas ao semiárido nordestino, beneficiando, dessa forma, a oligarquia algodoeira-pecuarista. O segundo que é recente, destaca-se por colocar em prática novo discurso, apresentando-se o semiárido por outro prisma, relacionando-o a uma virtualidade, constrói-se imagem positiva que dessa vez relaciona-se aos interesses dos empresários inseridos no agronegócio e no turismo (DANTAS, 2002). Produz-se a ideia de que o turismo pode alavancar a economia cearense, a política centraliza-se perante reforma constitucional, melhoram-se os serviços técnicos do Estado, contribuindo para que o governo construa imagem positiva do estado não só em escala nacional, mas internacional.

O Ceará passa a investir em políticas inovadoras voltadas para a atividade turística, destaca-se o Programa de Desenvolvimento do Turismo em Zona Prioritária do Litoral do Ceará (PRODETURIS) – de 1989, que se apresenta como pioneiro, cobrindo todo o litoral cearense. O programa é completamente financiado pela esfera estadual, torna-se guia para investidores e indicador para consolidação de programas oficiais de planejamento turístico.

Coriolano (2002, p.68-69) estudiosa das políticas de turismo no Ceará, aponta que o PRODETURIS fragmenta o litoral em quatro regiões turísticas<sup>9</sup>, busca-se fomentar condições para aprimorar infraestrutura, acessibilidade, preservação ambiental, instrumentalização dos meios de regulamentação, controle de uso e ocupação do solo; além

---

<sup>9</sup> De acordo com a autora as regiões turísticas I e III do supracitado programa configuram e representam a extensão litorânea que se estende de Caucaia a Icapuí, litoral leste, já as regiões II e IV se estendem de Caucaia a Barroquinha, antigo distrito de Camocim, no litoral oeste.

do mapeamento e ordenação físico-territorial de todo litoral cearense, orienta-se assim a implantação de empreendimentos turísticos.

A valorização e os olhares recaem sobre as zonas de praia, que se transformam em mercadoria turística antes mesmo do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR - NE) de 1992. Esse programa apresenta-se como a primeira política pública de turismo que incide sob os territórios na década de 1990, inspirou-se nos padrões e modelos de turismo internacional, tendo como objetivo promover a estrutura espacial da atividade no Nordeste (BARBOSA; CORIOLANO, 2016). Cruz (1996, p.266) destaca que o primeiro megaprojeto gerado dentro dessa política no Nordeste foi o Parque das Dunas, via costeira em Natal (RN) no início dos anos 1980; em seguida surge o projeto Costa Dourada que engloba os litorais de Pernambuco e Alagoas; depois vem o PRODETURIS no Ceará e por último, o Projeto Linha Verde no litoral norte da Bahia, todos eles idealizados pelos respectivos governos.

Tanto o PRODETURIS como o PRODETUR são políticas realizadas no período do “Governo das Mudanças” fins dos anos 1980 para 1990, assim pode-se afirmar que o turismo é introduzido no estado do Ceará gradativamente, nos anos citados, a partir dos planos de mudanças instituídos por Tasso Jereissati. Nesse momento passa-se a considerar o turismo como eixo propulsor da economia, antes disso observa-se atividade de pouca relevância, com ações desarticuladas com único objetivo de trazer turistas ao estado sem nutrir preocupação com a macroeconomia estadual. Dessa forma, remete-se as três fases destacadas por Novaes (2012, p.69), a 1ª fase como sendo do turismo espontâneo, 2ª fase turismo descontínuo e por último 3ª fase do turismo planejado<sup>10</sup>. Segundo a autora na fase do turismo espontâneo, mostram-se políticas nacionais, leis e decretos desconexos e restritos ao que tange os aspectos parciais da atividade turística. A fase do turismo descontínuo cognominado por Anya Ribeiro<sup>11</sup>, inicia-se em 1970 e estende-se até 1980 quando se inicia maior atuação do Estado, com implantação dos primeiros projetos de infraestrutura e de equipamentos turísticos; na terceira e última fase denominada de turismo planejado, apresenta-se como novo marco na política federal que se volta para o turismo, iniciado com a instituição da Lei n. 8181, de 29 de março de 1991.

O PRODETUR inicia-se com projeto público federal, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e tendo o Banco do Nordeste como órgão

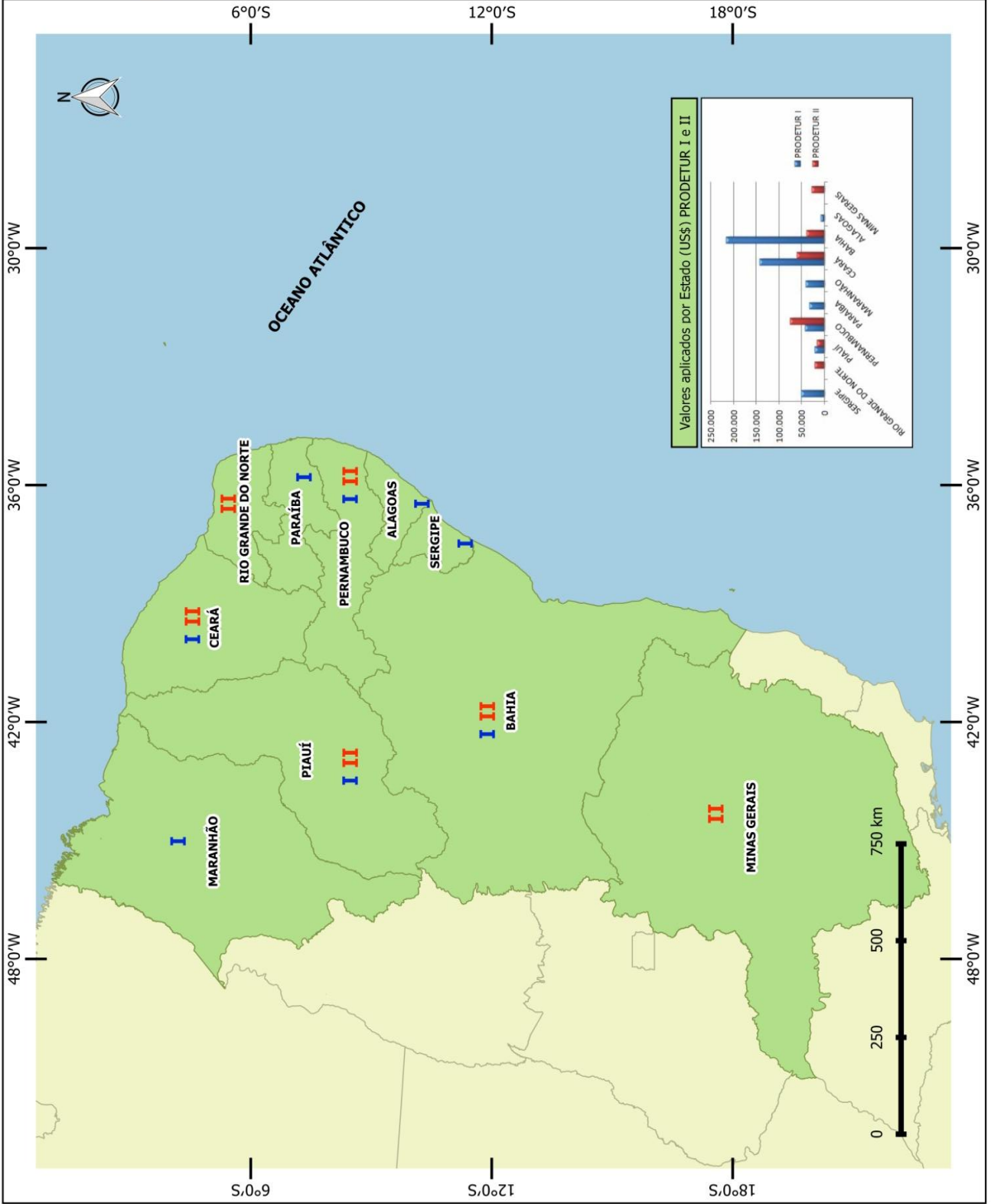
<sup>10</sup> Recomenda-se a leitura da Tese de Lucila N. S. Novaes, (2012) – *Turismo de Sol e mar, Empreendimentos Turísticos Imobiliários e o Desenvolvimento Urbano e Socioeconômico no Litoral do Ceará – O caso de Beberibe*.

<sup>11</sup> Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal do Ceará, especialista em turismo, planejamento e marketing.

executor. Foi instituído em 1991 por meio da Portaria nº 1 de 29/11/91, em ação conjunta entre a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR tendo como principal objetivo estabelecer diretrizes para se desenvolver o turismo em escala regional. Segundo Dantas (2006, p.24), o programa volta-se para melhoria da infraestrutura turística (saneamento, transportes, urbanização); implantação de projetos de proteção ambiental e do patrimônio histórico/cultural; capacitação de profissionais; fortalecimento da administração dos estados e municípios da região.

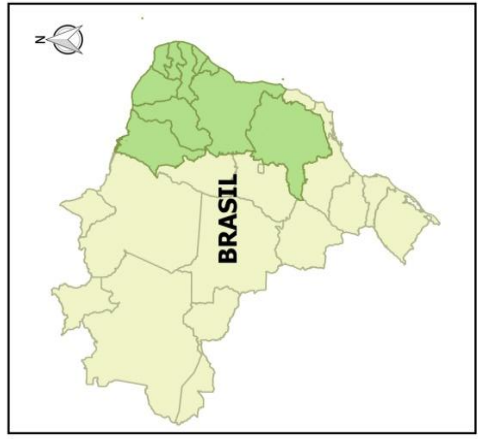
De acordo com o autor na primeira fase entre os anos de 1995 e 2003 direcionaram-se investimentos de 900 milhões de reais para o nordeste, disseminados diferencialmente entre os estados, o maior contemplado foi a Bahia com soma de 300 milhões de reais e o Ceará 160 milhões, totalizando-se um volume de 51% total de recursos. Na figura 4 observa-se mapa com a espacialização dos investimentos do PRODETUR I E II.

# ESTADOS CONTEMPLADOS PELOS PRODETUR I E II



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM GEOGRAFIA

## MAPA DE LOCALIZAÇÃO



### Legenda

Estados contemplados pelo Prodetur I e II

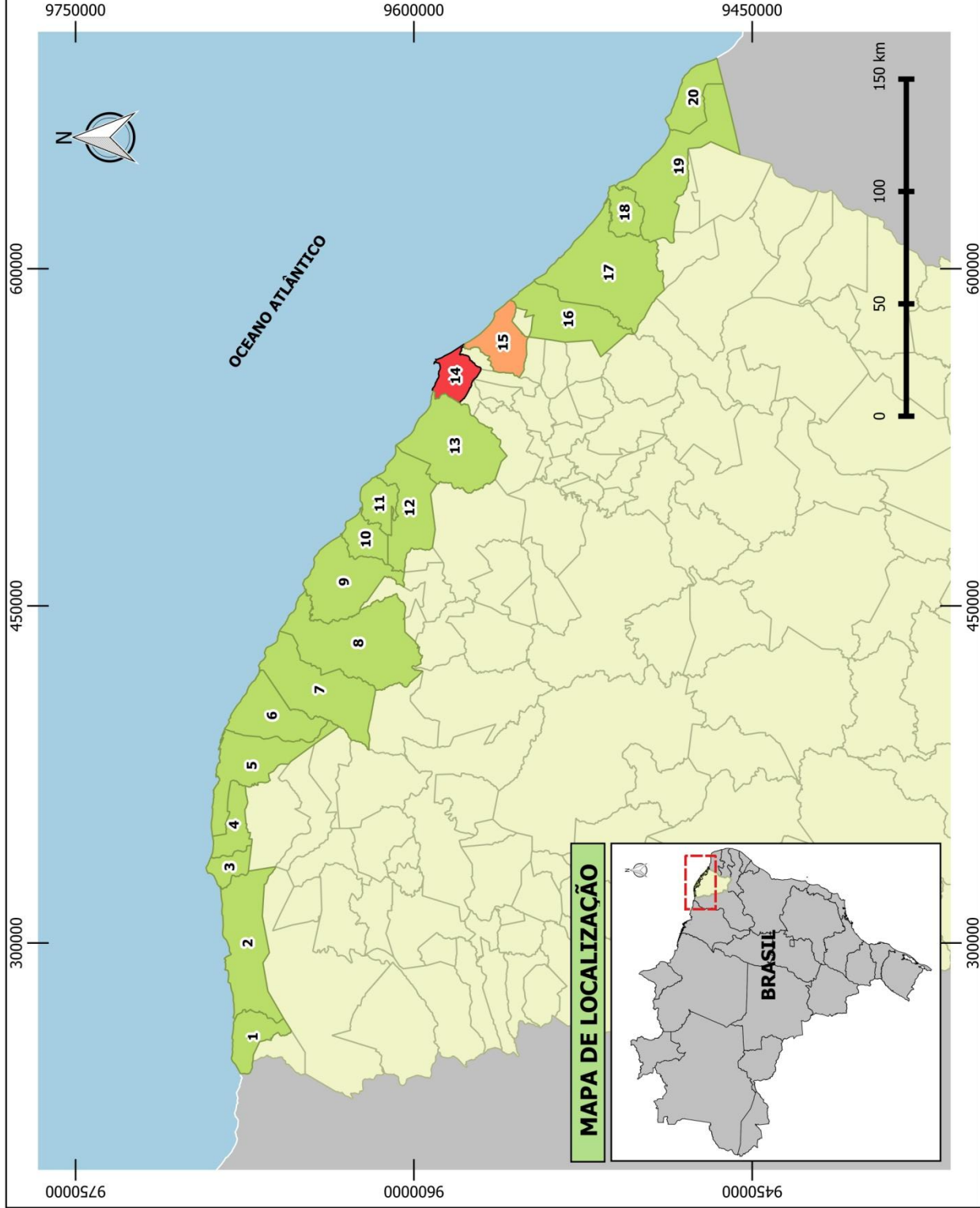
- Nordeste e Minas Gerais
- Demais Estados
- PRODETUR I
- PRODETUR II

PROJEÇÃO: Policônica - DATUM: WGS 1984  
FONTE: IBGE E BNB, SETUR, 2015  
ORGANIZAÇÃO: RODRIGUES, F. N e DANTAS, E. W  
RESPONSÁVEL: SILVA, R. B

Cabe lembrar que no PRODETUR I todos os estados nordestinos foram contemplados, entretanto, no PRODETUR II por problemas na gestão, nos estados do Maranhão, Paraíba e Sergipe, o mesmo não acontece. De acordo com Araújo (2012) destacam-se na captação de recursos os estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

É no governo de Ciro Gomes que o Ceará ingressa no Programa de Ação para o desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE. O Programa apresenta-se como divisor de águas, fragmentando o litoral cearense em duas porções, tendo como fio condutor a metrópole Fortaleza. O lado leste, denominado costa do sol nascente, estende-se de Fortaleza até Icapuí com extensão de 210 km. O lado oeste, costa do sol poente, vai até Barroquinha com 363 km, totalizando os 573 km de extensão litorânea que o Ceará possui como se pode observar na figura 5, que apresenta todos os municípios litorâneos cearenses.

# MUNICÍPIOS LITORÂNEOS DO ESTADO DE CEARÁ



O PRODETURIS é responsável por dar base para instalação do PRODETUR no Ceará, que se dividiu em dois momentos: PRODETUR I onde participam Fortaleza, Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Trairi e Itapipoca e PRODETUR II, que contempla os municípios de Jijoca de Jericoacoara, Camocim e Aquiraz, este último localiza-se a praia Porto das Dunas objeto de análise desta pesquisa. Cabe lembrar como bem destaca Araújo (2012, p.74) que paralelo ao PRODETUR II tem-se outra fase intitulada de PRODETUR NACIONAL, com caráter político administrativo diferencia-se das outras por estar desvinculada do BNB, ligando-se diretamente ao MTUR; de acordo com o pesquisador o intuito é acelerar as ações. Conforme destaca Barbosa e Coriolano (2016, p.256) o PRODETUR enquanto programa regional de turismo enquadra-se em âmbito temporal, espacial e político e divide-se em duas fases: planejamento e atuação, onde se vislumbra oficialmente atividades em 1995, com o PRODETUR NE I, sendo finalizado em 2005; em 2002 amplia-se a área de atuação no Estado por meio do PRODETUR NE II, que se finaliza em 2012; no ano de 2010 emerge então sob denominação de PRODETUR Nacional, como destacou anteriormente Araújo (2012).

O Ceará destaca-se no desenvolvimento do turismo e ocupa posição geográfica privilegiada no contexto mundial, pois se encontra na fachada norte oriental do Atlântico Sul, mantendo maior proximidade com os mercados emissores de fluxos turísticos internacionais, como Europa, Ásia e Estados Unidos, por isso surge o interesse de se articular políticas que se voltem para a atividade turística. O posicionamento geográfico do estado oferece maior competitividade, menor tempo de voo e navegação. De acordo com a Secretaria de Turismo do Ceará – SETUR, nos meses de janeiro a junho de 2015, apresentou-se aumento de 21% comparado ao ano de 2014 no mesmo período, de turistas estrangeiros via aeroporto e terminais marítimos (Mucuripe e Pecém). Considerando-se os desembarques diretos via aeroporto o aumento foi de 16%<sup>12</sup>, já nos terminais marítimos foi de 69%<sup>13</sup>.

A capital cearense também se destaca no quesito voos, recentemente passou a contar com voos diretos da Argentina, Alemanha, Colômbia, Cabo Verde, Estados Unidos, Itália e Portugal, representando dessa forma parcela de 52% do total de visitantes internacionais. O restante dos estrangeiros desembarca em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Natal. Os turistas que veem ao Ceará residem eminentemente na Europa, a

---

<sup>12</sup> Em 2014 entre janeiro e junho somou-se um total de 55.961 desembarques e em 2015 no mesmo período 65.090 atribuindo-se dessa forma o aumento de 16%.

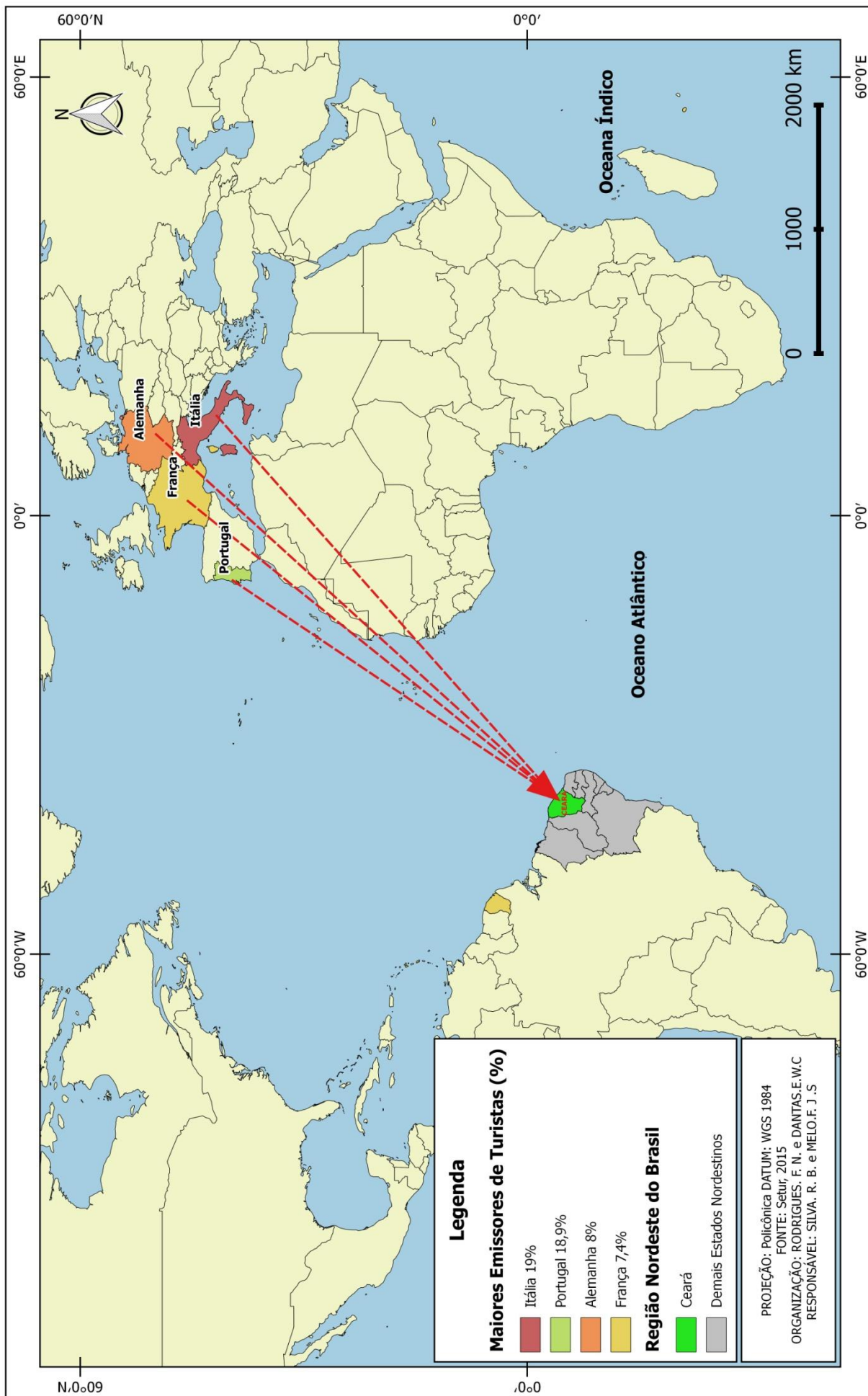
<sup>13</sup> Em 2014 foram 5.497 desembarques de janeiro à junho, no ano de 2015 no mesmo período foram 9.293 desembarques, apresentando aumento de 69%.



Itália apresenta-se como principal emissor com 19%, seguida de Portugal 18,9%, Alemanha 8% e França 7,4%, como se pode observar na Figura 6.

# MAIORES EMISSORES DE TURISTAS PARA O ESTADO DO CEARÁ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM GEOGRAFIA  
LAPUR UFC



Nota-se por meio dos dados, que a capital cearense insere-se na lógica das metrópoles nordestinas que incorporam as zonas de praia dos municípios vizinhos; valoriza-se dessa forma o turismo litorâneo alicerçado pelo PRODETUR – NE na década de 1990. Acredita-se na crença dos benefícios que o turismo pode ocasionar no Nordeste, provoca-se assim um boom turístico apoiado nas políticas públicas que valorizam as zonas de praia centradas nas capitais nordestinas que agora se transformam em pontos de recepção e distribuição dos fluxos turísticos.

O governo do Ceará afirma que até 2016 irá investir R\$ 65 milhões em campanhas de divulgação para alavancar o turismo em todo o estado e assim atrair mais visitantes nacionais e internacionais. Até 2017, pretende-se utilizar US\$ 367 milhões em financiamentos internacionais para obras de infraestrutura turística como parte do PRODETUR e do Programa de Valorização da Infraestrutura Turística do Litoral Oeste – PROINFTUR.

O Nordeste centraliza 30% do Produto Interno Bruto (PIB) turístico nacional, são 90 milhões de viagens por ano em todo território nacional, 82% dos visitantes concentram-se nas áreas litorâneas. Em 2014, o estado ultrapassou os 3 milhões de turistas, em média foram 273 mil estrangeiros, gerou-se renda turística de R\$ 10,9 bilhões para o estado, representando impacto de 11,2% no PIB estadual. Percebe-se dessa forma, que na última década o turismo cresceu e consolidou-se no Brasil, gerando-se três milhões de empregos diretos entre 2003 e 2012; de acordo com o MTUR em 2022 as estimativas convergem para 3,63 milhões de empregos diretos no país. No Ceará nota-se que de 1994 a 2014 o número de turistas via capital saltou de 716.098 para 3.262.259, fazendo com que o turismo impacte cada vez mais o PIB cearense. Em 1995 o impacto do turismo no PIB era de 4% e em 2014 aumentou para 11,2%. Nesse contexto, pode-se destacar alguns equipamentos turísticos que colaboram na consolidação da atividade turística na terra alencarina são elas: construção do novo Centro de Eventos do Ceará, Centro de Convenções do Cariri, os aeroportos de Aracati e Jericoacoara, construção, duplicação, recuperação e sinalização de rodovias em todo o Ceará; obras que caracterizam a política estadual de interiorização dos investimentos realizada na gestão do ex-governador Cid Gomes e continuadas por Camilo Santana, atual governador, tudo em parceria com o Governo Federal (O POVO, 2016).

Nesse contexto, a procura pelas praias para lazer, veraneio e turismo aumentam e acarreta também a especulação imobiliária. Inicia-se a construção de empreendimentos de grande magnitude, e a corrida incessante ao litoral imprime impactos. O turismo apresenta-se comprometendo o meio ambiente, notam-se objetivos puramente econômicos, colocando o

lucro como prioridade, desencadeia-se violento processo de especulação imobiliária observa-se que o metro quadrado no litoral leste pode chegar a custar mais de 5.000 reais<sup>14</sup>. Ocasionalmente assim, supervalorização do solo litorâneo por meio da construção de hotéis, resorts, estradas, casas de veraneio, primeiras residências que desrespeitam muitas vezes normas e leis ambientais.

O turismo que se desenvolve, vem num movimento de cima para baixo e dessa forma agride-se o meio ambiente, impactos muitas vezes irreversíveis, descaracterização ambiental, erosão costeira, embates entre cultura e comunidades litorâneas. O que justifica a importância dos princípios da educação ambiental, para que as sociedades se conscientizem que são integrantes da natureza, porém não são capazes de criá-la. Gestores públicos e privados, residentes devem conscientizar-se de que nada lhe dá o direito de agredir, devastar e destruir os lugares.

O homem apropria-se da natureza transformando-a, modificando-a, produz-se a segunda natureza, natureza que é socializada, constrói-se assim o espaço turístico. O turismo implica na relação sociedade/natureza, dando possibilidades de conhecer novas línguas, culturas pessoas, paisagens. Pode se apresentar como uma das atividades que apresenta condições favoráveis para se manter a harmonia com o ambiente visitado. Dessa forma, observa-se que a prática da educação ambiental, mostra como desenvolver convívio harmônico com a natureza.

O equilíbrio entre meio ambiente e turismo é essencial, pois à natureza apresenta-se como matéria-prima à atividade, dessa forma torna-se fundamental que se desenvolva um turismo ecologicamente regulado e disciplinado. Para Coriolano (1996, p.102) a saída encontra-se em optar-se pelo turismo que ela denomina de científico, buscando-se fazer alianças e parcerias entre universidades, pois assim aceita-se o desafio de se produzir teoria apropriada para analisar o turismo e difundir a consciência ambiental entre turistas, residentes, empresários e trabalhadores; segundo Ruchmann (1992, p.58), essas preocupações com a sustentabilidade do turismo e meio ambiente iniciam-se com as pressões mundiais exercidas na Eco-92, ocorrida no Brasil, fato apresentando no tópico inicial desse trabalho. Dessa forma, optar pelo meio ambiente significa difundir o turismo ecológico, o saber cuidar e isso implica melhoria não só na qualidade das atividades, mas, sobretudo, da teia da vida.

Deve-se priorizar o equilíbrio entre atividade e meio ambiente, pois são raras as exceções que o turismo não impacta o meio ambiente, pois o turismo e as atividades, em

---

<sup>14</sup> Valor estipulado pelo site: <http://www.zapimoveis.com.br/mapa-de-precos> aos imóveis no Porto das Dunas.

geral, impactam os ambientes. Verifica-se no litoral cearense infraestruturas que não condizem a realidade do ambiente litorâneo considerado um ecossistema frágil, destacando-se as ocupações desordenadas, megaempreendimentos, hotéis, resorts. Acrescenta-se a falta de fiscalização dos órgãos competentes, que de forma indireta contribuem para agressão à natureza. Entretanto, não se deve apontar que o turismo é responsável por todos os impactos ao meio ambiente, tendo em vista que as atividades industriais, agrícolas, pesqueiras também exercem demandas conflitantes à natureza. Atividades que são necessárias e precisam ser repensadas.

Nota-se que as ações do homem transformam o espaço natural e urbano infere-se impactos ao meio ambiente e a sociedade. Para garantir a sobrevivência enquanto ser social, o homem age em grupo modificando o meio de alguma forma, não se pode pensar outra forma, mas é possível amenizar sua interferência. Ruchmann (1992, p.63) aponta que é necessário buscar equilíbrio para o desenvolvimento do turismo, que de fato beneficie a conservação ambiental, comunidades receptoras e turistas, mas para isso a autora destaca que é preciso planejamento multissetorial<sup>15</sup>.

Aulicino (1997, p.31) aponta que não se pode imaginar o ser humano na superfície da terra sem derrubar árvores, sem plantar, pois este depende da exploração dos recursos ambientais, mas destaca que as ações podem ser pensadas de forma preventiva, cuidadosa e planejadas para o uso racional. De acordo com autor, não se pode esquecer que se deve lutar para cuidar dos espaços naturais, mas, sobretudo pela manutenção e valorização das comunidades que residem nesses espaços. O turismo deve centrar-se no homem, na vida, na cultura do residente e não apenas no lucro, no turista e na competitividade.

É nesse contexto permeado de contradições e embates, que o Ceará insere-se no processo de globalização, absorve-se a lógica do capital alicerçada no processo produtivo mundial. Criam-se fixos na busca de aumentar os fluxos, atrair investimentos e empreendimentos como portos, aeroportos e resorts. Reestrutura-se dessa forma o espaço litorâneo cearense.

O espaço urbano de Fortaleza também se modifica, incorporam-se conjuntos de atividades, equipamentos e infraestruturas que se inserem na cadeia produtiva do turismo dando apoio à atividade. Analisa-se as políticas públicas e privadas, identifica-se a projeção

---

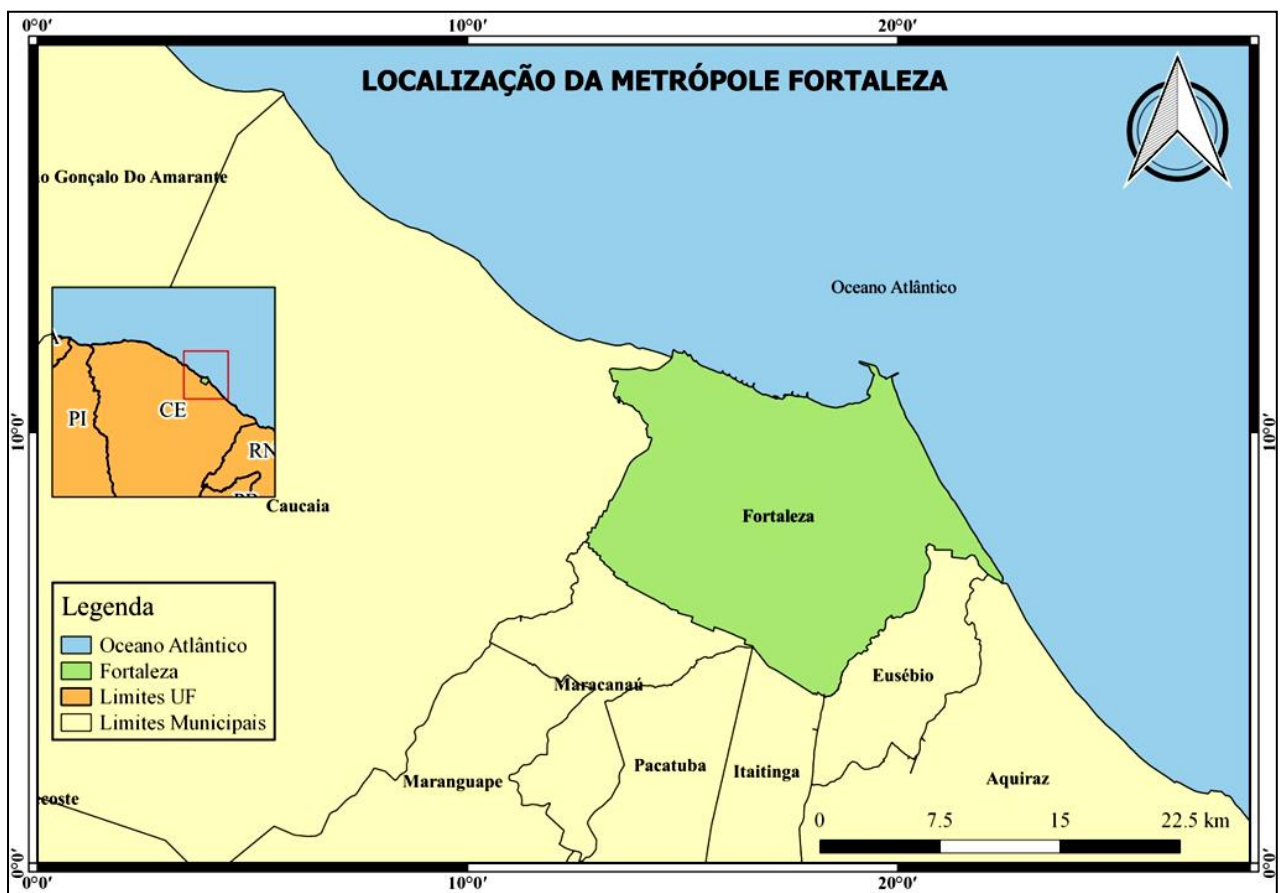
<sup>15</sup> Segundo Ruchmann este planejamento deve considerar que a conservação dos recursos naturais de valor notável paisagístico deve atentar para o fato de que o meio ambiente é considerado patrimônio público e o uso deve se dar de forma equilibrada pelo povo. Para aprofundar a questão indica-se a leitura do artigo: Impactos Ambientais do Turismo Ecológico no Brasil.

do estado do Ceará, que recebe a visita de milhões de turistas, via capital; aumenta-se a população da cidade, o uso de equipamentos e serviços; esgarça-se o tecido urbano da metrópole para municípios vizinhos, num processo que aqui denomina-se de metropolização turística. Fortaleza deixa de ser o único polo atrativo, o investimento no turismo pela iniciativa pública e privada, a busca por praias que se localizam em municípios periféricos à capital, faz com que a praia Porto das Dunas, transforme-se num ímã indutor de empreendimentos turísticos, do tipo resort.

### 2.3 Fortaleza: capital litorânea-marítima no contexto da Metropolização Turística

Fortaleza localiza-se na porção Nordeste do Brasil, a cidade insere-se no clima tropical, quente sub-úmido com chuvas concentradas de janeiro a maio e temperaturas que oscilam entre 26° e 28°C, amenizadas pelos ventos alísios. A geomorfologia é composta por planície litorânea e tabuleiros pré-litorâneos, formações que contribuem para difusão e desenvolvimento do turismo. A cidade possui área territorial de 314,930 km<sup>2</sup>, com população de 2.452.185 habitantes, tendo densidade demográfica de 7.786,44 (hab./km<sup>2</sup>), com PIB per capita de R\$ 12,688 (IBGE, 2010), encontrando-se na 174<sup>o</sup> posição no ranking das maiores economias metropolitanas do mundo (O POVO, 2015). Estima-se que em 2015 a população alcance 2.591.188 habitantes o que pode representar aumento de 5,7% (IBGE, 2010). Na figura 7 apresenta-se a localização da capital cearense.

**FIGURA 7 – LOCALIZAÇÃO DA METRÓPOLE FORTALEZA**



Fonte: IBGE, 2010. Elaborado por RODRIGUES, F. N. E DANTAS, E. W. C. – 2015.

Na segunda metade do século XX, se transpõe a fronteira limite de Fortaleza, gradualmente se observa a incorporação das zonas de praia dos municípios litorâneos vizinhos a metrópole. O veraneio ocupa as praias de Icaraí e Cumbuco em Caucaia e Aquiraz (Prainha e Iguape) inicialmente. A frágil infraestrutura desenvolvida para transportar produtos oriundos das comunidades litorâneas é aproveitada, para conectar essas praias a metrópole. O estilo de vida antes característico da cidade, expande-se e torna-se fator determinante nesses espaços que se voltam para o lazer. Visualiza-se processo de expansão das zonas de praia, para municípios litorâneos por meio da vilegiatura, tendo início nos anos 1960-1970 reforçado pela demanda crescente de usuários oriundos da classe média.

Antes da expansão das práticas marítimas modernas, aconteciam nos municípios litorâneos próximos à capital, práticas de cunho tradicional como à pesca. Ao se romper os limites fronteiriços da cidade levam-se consigo estilo de vida característicos das demandas de lazer na metrópole, não se abandona à cidade, longe disso, ao se valorizar a paisagem litorânea por meio do lazer e da instalação das casas de segunda residência, leva-se peculiaridades, características e modo de viver das cidades e para isso, necessita-se de toda infraestrutura urbana e tecnológica. O processo de valorização das zonas de praia constrói quadro conflitual, ao desencorajar a apropriação desse espaço pelas classes de menor poder aquisitivo, pobres e pescadores.

Os anos 1970 e 1980 simbolizam bem o movimento de transformação e ampliação das zonas de praia no Ceará, graças ao veraneio. O espaço litorâneo, que antes estava sujeito à antiga lógica de defesa do território abre-se para a sociedade do consumo, que prima pelo lazer em expansão, porém apenas nos anos 1980 esse processo intensifica-se, pois o Estado começa a intervir para posicionar o Ceará no mercado turístico nacional e internacional. Destaca-se a construção de vias que conectam BRs e CEs as praias, assim como obras de infraestruturas mínimas. Iniciam-se, dessa forma, os primeiros conflitos sociais e ambientais em decorrência do processo de urbanização litorânea cearense. Para Montenegro (2012, p.52), os impactos ambientais, relacionam-se de forma direta à incapacidade dos poderes públicos em gerir o uso do solo, desestabilizam-se dessa forma os locais onde se instalam equipamentos de lazer, promovem-se assim conflitos e tensões que envolvem questões fundiárias. Conforme Dantas (2011, p.75) menciona inaugura-se conflito entre praia como espaço de consumo e espaço de produção, num processo similar ao ocorrido em Fortaleza.

Em 1973 têm-se a constituição da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) composta por cinco municípios Caucaia, Maranguape, Pacatuba, Aquiraz e Fortaleza, em 2009 esse número é ampliado para quinze, além dos cinco já citados soma-se à Região



Metropolitana os municípios de Maracanaú, Guaiúba, Eusébio, Itaitinga, Pacajus, Horizonte, São Gonçalo do Amarante, Chorozinho, Pindoretama e Cascavel. A RMF conta com contingente populacional de 3.818.380 (IPECE, 2014)<sup>16</sup>. Na Figura 8, observam-se os municípios que integram a Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, assim como os inseridos recentemente, Trairi, São Luís do Curu, Paraipaba e Paracuru.

**FIGURA 8 – REGIÃO METROPOLITALA DE FORTALEZA**



Fonte: IBGE, 2010. Elaborado por RODRIGUES, F. N. e DANTAS, E. W. C – 2015.

Foi por meio de lei complementar 14/73, que a RMF é criada em conjunto com mais sete, integrando-se as oito primeiras regiões metropolitanas do país: Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Salvador (BA) e São Paulo (SP). As primeiras Regiões Metropolitanas do Brasil consolidam-se por meio de lei

<sup>16</sup> Recentemente lançou-se projeto de ampliação da RMF pelo Deputado Lula Morais (PC do B), baseando-se na lei complementar nº144 de 04/09/14. Incluem-se agora os municípios de Paracuru, Paraipaba, Trairi e São Luís do Curu, a razão dá-se pela inserção de novas áreas de influência econômica como o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (Cipp).

complementar 14, obedece-se a Constituição de 1967. Santos (1993, p.76), ao referir-se às Regiões Metropolitanas aponta que elas,

Têm como pontos comuns dois elementos essenciais: a) são formadas por mais de um município, com o município núcleo – que lhes dá o nome – representando uma área bem maior que as demais; b) é objeto de programas especiais, levados adiante por organismos regionais especialmente criados, com a utilização de normas e de recursos em boa parte federais. São, na verdade, regiões de planejamento, onde, todavia, o que é feito não atende à problemática geral da área, limitando-se a aspectos setoriais. A socialização capitalista favorecida pelo poder público nessas áreas metropolitanas é acompanhada por uma expansão periférica, que inclui a criação de Direitos Industriais explícitos e implícitos, e pela concentração geográfica dos serviços de interesse coletivo.

Na constituição de 1988, com a reabertura política passa-se a responsabilidade de criação e organização das regiões metropolitanas do governo federal para os estados, seguindo o § 3º do Artigo 25.1. De acordo com o Observatório das Metrôpoles (2010), o Brasil possui 35 Regiões Metropolitanas (RMs) e 3 regiões denominadas de RIDEs – Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico.

Nesse contexto, ações econômicas direcionam-se à Região Metropolitana de Fortaleza, principalmente associadas à indústria, por meio das políticas atreladas a SUDENE, mas observam-se também estratégias de desenvolvimento ligadas ao turismo, objetivando-se agregar o litoral à metrópole. Na década de 1980, são realizados esforços para se desenvolver a atividade turística e implantar infraestrutura na RMF, mas como foi citado no capítulo anterior, o turismo passa a ter papel preponderante no planejamento e desenvolvimento econômico do Ceará somente no Governo das Mudanças (1987-1990) e ao se efetivar provoca modificações em âmbito social, espacial e político (ARAÚJO, 2012).

As atividades turísticas tem relação direta com a urbanização litorânea, principalmente no espaço metropolitano, tem-se nova lógica de ocupação do litoral sob influência das práticas marítimas modernas, destaque para nova modalidade que desponta do morar ocasional, apontada por Souza (2013, p.125), os condo-hotéis, resorts. Essa nova forma habitacional de luxo permeia a consciência da sociedade urbana por meio de propagandas e *marketing* turístico e imobiliário. Os resorts apresentam-se como produto de caráter metropolitano, que gradativamente acirra o processo de metropolização que o autor denomina de Metropolização Litorânea, mas que aqui interpreta-se como turística, fenômeno que se difunde a partir da metrópole. Ampliam-se as possibilidades no turismo e no mercado imobiliário, obtêm-se superlucros com aumento da demanda por imóveis de luxo, observa-se assim crescimento do tecido urbano da RMF.

Para Coriolano (2006, p.142) não se pode negar a influência e crescimento da Região Metropolitana de Fortaleza, esta se apresenta como uma das que mais se desenvolve no Brasil. Nela observa-se polo industrial em expansão, além de se apresentar como centro turístico que se destaca e compete com outros destinos.

Segundo Araújo (2012, p.54), pode-se destacar dois vetores de expansão urbana e de fluxo metropolitano. O primeiro deu-se por meio da industrialização em vários eixos da metrópole, o segundo, o pesquisador enfatiza que se dá por meio da urbanização litorânea. Dessa forma, apoia-se em Dantas (2013), para se analisar o fenômeno da metropolização turística, processo que integra os espaços litorâneos à lógica da metrópole que se apresenta de forma moderna e atraente para o turismo nacional e internacional, decorrente de subsídios para atração de capitais privados que disseminam polos turísticos nas capitais nordestinas, (BERNAL, 2004), e Fortaleza não foge à essa lógica.

As cidades nordestinas absorvem a valorização litorânea, mediante especulação das zonas de praias, observa-se que as cidades transformam-se em pontos de recepção e distribuição do fluxo turístico. Agora as cidades-sede mantêm domínio sobre os municípios litorâneos do Estado. Esses se tornam diretamente dependentes das capitais, sem mediação com outros centros urbanos intermediários (DANTAS, 2009). Observa-se a lógica de dominação que se estende paralela à zona de praia, no caso de Fortaleza influenciada pelo aeroporto internacional Pinto Martins e pelas rotas que integram as zonas de praia à zona de influência direta. Segundo Rocha (2007, p.85) o aeroporto, apresenta-se com função de território do espetáculo no que diz respeito ao turismo, pois é nele que se movimentam os fluxos de turistas. Por meio de reestruturação, esse território do espetáculo busca gradativamente atender o público internacional, atribuindo-se assim novas funções.

Dessa forma, apresenta-se planejamento territorial baseado no posicionamento das políticas públicas, que modificam o urbano cearense. A construção de estradas que desaguam no litoral são orientadas pelo aeroporto, incorpora-se dessa forma o litoral às zonas de influência de Fortaleza, imprimem-se lógica de dominação paralela. Quebra-se assim a antiga dominação perpendicular, onde se partia do litoral em direção ao sertão, tendo como orientação o porto. Essa lógica partindo do aeroporto apresenta Fortaleza com papel primordial de recepção e distribuição dos fluxos turísticos para o litoral cearense.

Dantas (2009, p.117) aponta que se impôs às capitais nordestinas a tarefa de destinação turística, fazendo com que as taxas de urbanização elevem-se nos espaços litorâneos, o que desencadeia acelerado processo de urbanização, dando maior tônica à organização espacial. A urbanização que se concentra paralela ao litoral, dá-se de forma

linear, fragmentada e de forma sazonal, deixa-se impresso marcas na paisagem, no caso da Região Metropolitana de Fortaleza abarca-se uma extensão de 120 km. Nesse processo, apresentam-se os primeiros problemas sociais e ambientais, que antes não se vislumbrava na história do estado, como o desmonte de dunas, aterro de lagoas interdunares, retirada de populações tradicionais, poluição marinha, erosão das zonas costeiras, só para citar alguns. Esses problemas viam-se apenas na metrópole, com o processo de metropolização turística, estes são guiados para municípios limítrofes, que sofrem agora com problemas antes vistos apenas nos grandes centros urbanos.

Quando se fala no processo de metropolização, torna-se necessário entender o conceito, para isso busca-se apoio em Lencioni (2006). Para a autora a contemporaneidade apresenta uma metrópole com “tradução urbana da manifestação socioespacial da globalização”. Nela engloba-se nova forma territorial, descrita como “ampliação da metrópole moderna”, oriunda do processo de urbanização e industrialização. A metrópole apresenta-se como produto da metropolização, que para a pesquisadora nada mais é do que uma metamorfose do processo de urbanização.

Santos (1993, p.69), identifica que a partir dos anos 1970, o processo de urbanização no Brasil “alcança novo patamar” tanto quantitativo como qualitativo. Segundo o autor, a revolução demográfica de 1950, apresenta uma urbanização aglomerada, tendo aumento significativo da população dos núcleos que tinham mais de 20.000 habitantes; em seguida o geógrafo aponta que a urbanização deu-se de forma concentrada, tendo aumento das cidades de tamanho intermediário, com a cristalização desses dois processos, alcança-se o estágio de metropolização, aumenta-se assim a quantidade de cidades milionárias e de cidades médias. Para Lencioni (2006, p.72), o processo de metropolização corresponde a uma fase avançada da urbanização, que pode ser denominada de pós-urbanização. Nesse processo, imprime-se no território características metropolitanas, não importando o tamanho da cidade, a pesquisadora afirma que,

Esse é o caso, por exemplo, de algumas cidades litorâneas reconvertidas pela atividade turística por meio da atuação do grande capital, a exemplo de Cancun, que apesar do porte urbano apresenta características que, até então, eram exclusivas das metrópoles, como a presença de um aeroporto internacional. Ou, o caso de cidades de porte médio que por estarem diretamente relacionadas à economia global apresentam algumas condições gerais de produção e determinados serviços que, anteriormente, só eram encontrados nas metrópoles modernas, o que não deixa de ser novidade.

Nesse contexto, Fortaleza cidade litorânea-marítima apresenta-se como fruto da urbanização e industrialização ocorrida no século XX, onde se observa alterações em decorrência do processo de metropolização que renova as áreas urbanas e amplia o território, incorporam-se cidades, forma-se novo aglomerado metropolitano que se apresenta como “verdadeiro epicentro de fluxos de capitais” (LENCIONI, 2006).

Altera-se assim, as centralidades urbanas e redefinem-se funções do núcleo metropolitano, que responde por exigências da reestruturação produtiva. Fortaleza nos dizeres de Paiva (2011) apresenta-se como uma metrópole híbrida, pois as dinâmicas socioespaciais que ocorrem na Região Metropolitana ampliam o tecido da cidade por meio da indústria, do setor terciário, habitação/imobiliário e turismo. Nesse contexto, concentra-se a análise no processo contemporâneo que acomete a metrópole, a metropolização turística que conduz Fortaleza a ampliar os laços com Aquiraz.

Em Fortaleza o processo de metropolização está ligado de certa forma à industrialização Montenegro (2012, p.92) destaca que os limites temporais desses processos não coincidem, tendo em vista que estamos diante de processos autônomos, mas torna-se necessário observá-los, para demarcamos a articulação entre industrialização/metropolização, que em seguida encontra-se com a dinâmica do turismo. Observa-se que após o “sonho” de industrialização, o Nordeste nutre-se da atividade turística, que emerge como estratégia mais “racional” para inserir a região no mundo globalizado.

Dessa forma, não se pode negar que inicialmente quem conduz a dinâmica da metropolização é a marcha das indústrias para fora da cidade, mesmo assim, continua-se pontilhando os arredores da metrópole. De acordo com Montenegro (2012, p.90-91), o fenômeno da metropolização em Fortaleza emerge quando a cidade torna-se partícipe do processo de industrialização que acomete o Brasil na primeira metade do século XX.

Nos anos 1960 intensifica-se e programam-se políticas industriais por meio da SUDENE, estendendo-se até os anos 1980; a partir dos anos 1980 a industrialização se descentraliza e concentra-se nos municípios metropolitanos brasileiros, no Ceará o fenômeno também ocorre em Sobral, Região do Cariri, Iguatu, Centro-Sul do estado. No final dos anos 1980, o turismo apresenta-se como vetor de importância para o governo do estado, altera-se a dinâmica metropolitana, superpõe-se uma rede urbana que passa a se estruturar para atender as funções de lazer relacionadas ao turismo de massa, ultrapassa-se os limites da RMF.

Nesse contexto, constituem-se novas cidades no entorno de uma dominante, no caso Fortaleza, aumenta-se o papel de centro de decisões em decorrência da centralização social e espacial das relações econômicas, políticas e culturais. A metropolização turística

apresenta-se como mais um componente para expansão da metrópole Fortaleza, tendo Aquiraz (Porto das Dunas) e Caucaia (Cumbuco) como principais mediadores do processo, espaços que se voltam para o imobiliário, lazer e turismo dentro da RMF (SOUZA, 2013).

Percebem-se dois eixos de expansão da metropolização turística. Tem-se o primeiro que se direciona a oeste de Fortaleza, rumo a Caucaia e outro a leste direcionando-se à Aquiraz. O turismo enquanto atividade econômica conecta lugares fazendo com que a metrópole relacione-se com os municípios litorâneos de Aquiraz, Caucaia, Cascavel e São Gonçalo do Amarante, a metropolização turística converge para esses espaços, como pode-se observar na figura 9.

**FIGURA 9 – EIXOS DE METROPOLIZAÇÃO TURÍSTICA DO CEARÁ**



Fonte: SETUR, DANTAS, E.W.C, 2015; Elaborado por: RODRIGUES, F.N e DANTAS, E.W.C

Percebe-se no mapa que as rodovias estaduais complementam e conectam o espaço metropolitano às zonas de praia. O lado leste liga Fortaleza à Beberibe, conta com a CE-040 (costa do sol nascente) com 126 km de extensão recentemente duplicada com investimento de R\$ 110 milhões, oriundos do Governo do Estado com parceria do MTUR. O

litoral oeste conta com a CE – 085 (costa do sol poente – estruturante), com extensão de 160 km, liga Fortaleza à Paracuru como se pode observar na figura 10.

**FIGURA 10 – ESTRADAS DUPLICADAS E EM DUBLICAÇÃO NO CEARÁ**



Fonte: Jornal *O povo*, 2012

Nota-se que a metropolização turística avança com ajuda da construção e ampliação de vias, avança-se de forma paralela ao litoral, direcionando-se em especial aos municípios litorâneos. Ao expandir, a metrópole vai além de seus interstícios territoriais, busca-se uso especulativo do solo urbano, deixando em seu interior quantidade considerável de lotes vazios, processo que também ocorre dentro da RMF, mostram-se periferias urbanas,

favelização urbana e rural; assim como condomínios fechados, resorts, casas de primeira e segunda residência, hotéis, pousadas e diversos outros equipamentos turísticos, inseridos, gradativamente, no litoral a partir da corrida massiva das classes mais abastadas em busca de novos ambientes de lazer, veraneio e turismo.

As classes de maior poder aquisitivo concentram-se nos espaços litorâneos de municípios como Aquiraz, que se apresentam como verdadeiras “ilhas de prosperidade” (SILVA, 2006). Ocorrem dessa forma os primeiros impactos no litoral de municípios que outrora, não eram acometidos por tal realidade. No processo de metropolização, não se conduziu apenas infraestrutura, modernização, urbanização, tecnologia, lazer e turismo, mas também impactos ambientais que antes se concentravam na metrópole. Agora se repensa a atividade turística sob o prisma da sustentabilidade, fazendo com que espaços como Porto das Dunas, em Aquiraz crie ações e projetos eco-sustentáveis (economia e sustentabilidade), para que se amenizem os impactos, mas antes se torna necessário entender o conceito de resort e o processo de inserção desses fixos no litoral cearense assunto abordado nos próximos tópicos.



### 3. RESORTS: NOVO CONCEITO NO CAMPO HOTELEIRO<sup>17</sup>

Podem-se definir resorts como hotéis voltados essencialmente para o lazer, geralmente distantes de áreas urbanas<sup>18</sup> onde se vislumbra cenários com algum atrativo natural. A localização geográfica desses empreendimentos é diversificada, pode-se encontrá-los em ambientes litorâneos, em locais onde há predomínio do clima tropical ou mediterrâneo, destaque para as ilhas do Caribe onde o fenômeno é mais recente e países como Tailândia e Indonésia. Para o MTUR resorts são “hotéis com infraestrutura de lazer e entretenimento que dispõem de serviços de estética, atividades físicas, recreação e convívio com a natureza no próprio empreendimento”. Para Coriolano *et al.* (2009, p.113), resort significa estância de férias, tendo como características principais arquitetura horizontal, amplo espaço aquático, área de recreação, clube de saúde ou *spa*, ou seja, completa infraestrutura de serviços direcionados aos clientes.

Esses empreendimentos são classificados como autocontidos, mantendo o visitante o maior tempo possível nas dependências do empreendimento, assim proporcionam diversidade de atividades de lazer e serviços para os usuários. O turista tem todo o dia preenchido com programação estabelecida, fazendo com que não haja necessidade de deslocamento para outros ambientes, nem mesmo para conhecer o espaço geográfico onde estão alocados os resorts, por isso denomina-os de autocontidos. Os usuários não estabelecem relações com o entorno, todas as atividades de consumo concentram-se no resort, estimula-se os hóspedes a permanecerem por maior tempo dentro das instalações do empreendimento, o que é benéfico para o empresário da rede hoteleira, tendo em vista que todos os gastos do turista dar-se-á dentro das dependências do empreendimento, o que ocasiona polêmica, pois dessa forma acredita-se que esses fixos turísticos não geram desenvolvimento local ao se instalarem, pois nada será consumido na comunidade, além de que muitas vezes a quantidade

---

<sup>17</sup> Para Roim e Gonçalves (2012, p.3), o conceito de resort surge na Segunda Guerra Mundial, quando as pessoas começam procurar lugares seguros nos quais poderiam usufruir de tudo que desejam realizar em um único espaço, como, por exemplo, lazer, entretenimento, esportes, ou seja, atrativos culturais e naturais diversos proporcionados em um único estabelecimento que ofereça também acomodações, refeições e outros tipos de serviços ofertados em meios de hospedagem.

<sup>18</sup> Vale ressaltar, baseando-se no relatório do BSH Internacional que essa realidade vem se modificando. Já existem resorts que se encontram em grandes centros urbanos, assim como os fixados nas praias, montanhas, próximos a represas, ou seja, esses empreendimentos sempre se instalam em lugares onde existem paisagens naturais e subsídios destinados à exploração do lazer.

de empregos ofertados para a população local é irrisório. Segundo Coriolano *et al.* (2009, p.113), o problema torna-se maior quando,

O empreendimento faz parte da cadeia hoteleira internacional, pois a segregação é mais forte, nada sendo investido no local de destino turístico em benefício dos moradores locais. Muito embora, saiba-se que o modo de ser do turismo não se distingue das demais atividades econômicas modernas, portanto, não tem por objetivo satisfazer necessidades humanas e trazer benefícios, mas objetiva atender as necessidades do processo abstrato do automovimento do dinheiro.

Cordeiro (2011, p.363), acrescenta que outro fator importante a se questionar é justamente os efeitos negativos que a atividade ocasiona como a falsa ideia de desenvolvimento local, assim como impactos ambientais ocasionados por esses empreendimentos tendo como exemplo Caribe, Cancun, Honduras. Dessa forma, observa-se que esses não são casos isolados, pois o mesmo problema ocorre no Brasil como se verá adiante, ou seja, a gama de resultados negativos são direcionados às comunidades locais e ao meio ambiente no processo de instalação dos empreendimentos, situação que é regra e não exceção, tendo em vista que a atividade turística apropria-se das paisagens impactando-as, modificando-as para atender o mercado turístico.

Nesse contexto, Sampaio (2016, p.577) afirma que há uma ideologia perpetrada nos discursos oficiais de empresários e governantes, que apresentam esses megaempreendimentos turísticos com enormes vantagens econômicas, mas o que se vê na realidade é que ao se fixarem esses empreendimentos destoam da realidade local, pois isolam o usuário no empreendimento, fazendo com que esse não tenha contato com a realidade que o cerca.

Boa parte desses empreendimentos opera com sistema *all inclusive* (tudo incluso), no que o turista paga antecipadamente algumas despesas, fazendo com que este se sinta no direito de vivenciar todas as experiências e atividades ofertadas pelo resort, pois foram devidamente pagas. Para os administradores de resorts o ideal é isolar o turista do mundo real, da realidade que o rodeia, obscurecer a realidade do trabalho que ele deixou ao embarcar para esse mundo de fantasias. O turista optou por viajar a um lugar desconhecido que ele pensava existir apenas em sonho, dessa forma mergulha-se em ambiente onde todos estão empenhados em garantir satisfação plena e planejada. Mexe-se com o imaginário das pessoas, pois se promete realizar todos os sonhos de lazer e consumo fazendo-os sonhar acordado em um cenário construído para tal finalidade, tendo como forte aliado as belezas naturais. Esses empreendimentos artificializam a natureza, tenta-se reproduzir, imitar a paisagem natural do

entorno, caracterizando-os como elemento que contribui significativamente para a mistificação da paisagem dos espaços onde se inserem (SAMPAIO, 2016), apresentando-se como verdadeiros cenários e paraísos turísticos. Outro fator que se pode destacar são as propagandas realizadas por esses empreendimentos, por meio delas divulgam-se as paisagens dos lugares aos turistas, promovendo-se assim a atividade turística, dessa forma visualiza-se claramente que a paisagem apresenta-se como componente essencial para o marketing turístico dos resorts.

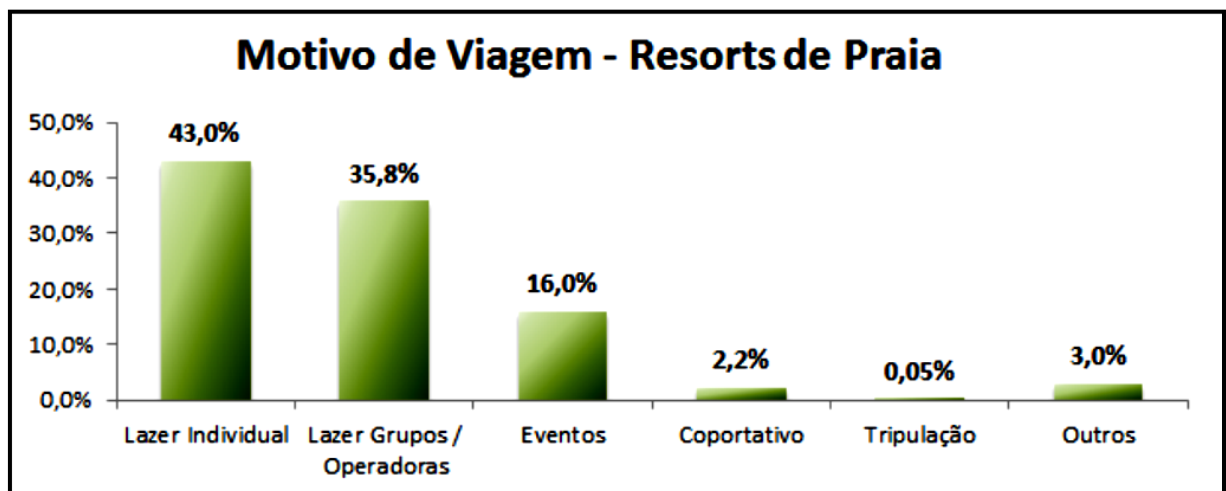
Deve-se ter cuidado para não confundir resort com hotel, os dois oferecem estadia e se inserem na cadeia produtiva do turismo, entretanto, os serviços proporcionados nos resorts, apresentam-se como principais fatores de diferenciação. Para Paiva (2013, p.5), os resorts diferenciam-se dos outros meios de hospedagem, como o hotel, tanto no que tange as diferenças de localização, dimensão e serviços ofertados. O autor destaca que eles se apresentam como um dos meios de hospedagem inteiramente dominado pelo capital internacional das grandes cadeias hoteleiras direciona-se assim para atender não apenas o público nacional, mas internacional. Neles facilmente pode-se observar mais de um restaurante em suas instalações, estes devem ser agradáveis fazendo o hóspede sentir-se em casa; a oferta de serviços deve ser especializada, o empreendimento deve proporcionar inúmeras atividades de lazer como: esportes náuticos (vela, pesca no oceano, esqui aquático), golfe, tênis, equitação (ROSA; TAVARES, 2005). As atividades na sua maioria são desenvolvidas no período diurno, no entanto, é fácil encontrar programação noturna: festas temáticas, lazer para as crianças, cassinos, essa última realizada apenas em países onde a legislação permite jogos de azar. Sampaio (2016, p.580), aponta que para diferenciar hotel do resort é fundamental observar a estrutura física e de serviços, os resorts são construídos para ofertar o máximo de conforto, apresentando-se como o que há de mais moderno no campo hoteleiro mundial e nacional.

Alguns resorts são denominados de apoio a destinos, ou seja, fixam-se em locais de interesse turístico e tornam-se o próprio destino dos turistas, por isso apresentam uma gama de serviços diversos para atender os usuários em sua plenitude e esses optaram por permanecerem todos os dias de estadia ou parte deles dentro do empreendimento. Os turistas que escolhem essa modalidade caracterizam-se pelo hábito de viagens constantes e alto poder aquisitivo, vão em busca de paz, tranquilidade, relaxamento, prosperidade, que acreditam ser alcançadas pela política de isolamento desenvolvida pelo empreendimento, é uma forma de refúgio por tempo determinado das contradições e dificuldades presentes no cotidiano (LEHN; TEOTÔNIO, 2003).

De fato o que foi mencionado no parágrafo anterior, foi constatado em campo ao se entrevistar o gerente de um dos resorts que integram o Complexo Turístico do Beach Park, localizado no Porto das Dunas – Aquiraz, CE. O gerente aponta que o empreendimento possui cinco equipamentos, um parque aquático e quatro resorts. Desses quatro dois tem padrão nacional e os outros dois internacional e três deles são cadastrados na Associação Brasileira de Resorts – ABR. Afirma ainda que os turistas que vêm em busca de espaços como os resorts têm alto poder aquisitivo, alguns apresentam salário equivalente à 15 mil reais mensais, possuem carro do ano, vêm em busca das belezas naturais e de conhecer o parque aquático, descansar, se divertir, relaxar, se desligar do estresse ocasionado pelo cotidiano estafante.

A categoria dos resorts segue um padrão, concentra-se nas faixas média e superior do mercado, ou seja, possui diárias mais altas do que a hotelaria convencional, fazendo com que nem todos possam pagar e ter acesso a esse tipo de serviço. Atende-se dessa forma um público seletivo de alto poder aquisitivo, como se pode observar nos dados do BSH Internacional, que apresenta em 2010 uma diária média em resorts litorâneos de R\$ 433,51. Em 2011, tem-se uma variação de 6,04% indo para o valor de R\$ 459,68, em 2012 vislumbra-se aumento de 2,91% o que representa um valor de R\$ 473,04 e por fim em 2013 apresenta-se variação de 8,64% chegando-se a valores diários de R\$ 513,90, prova de que esses empreendimentos enquadram-se apenas na realidade das classes mais abastadas que viajam para esses espaços turísticos por vários motivos, como se pode observar no gráfico a seguir que apresenta a motivação das viagens para os resorts localizados no litoral.

**GRÁFICO 1 - MOTIVOS QUE LEVAM OS TURISTAS AOS RESORTS**



Fonte: BSH Internacional, 2014.

De acordo com Rosa e Tavares (2005, p.88) devido os altos valores citados, anteriormente, o setor turístico utiliza, habitualmente, classificação específica para esses fixos turísticos e agrupa-os em cinco categorias, baseando-se nas faixas de preços, qualidade nos serviços e instalações são elas: luxo, superior, intermediária, econômica e popular. Pode-se dizer que o desenvolvimento dos resorts está associado à expansão do turismo no período pós-segunda guerra mundial<sup>19</sup>. A difusão deu-se na década de 1970, período em que ocorre o desenvolvimento turístico na América Central, destaque para as Antilhas, ilhas do Caribe, tendo como papel preponderante a rede Super Clubs na Jamaica, responsável pela introdução da modalidade.

No Brasil, o ano de 1989 apresenta-se como pedra angular no desenvolvimento e inserção de resorts, destaque para a inauguração do Transamérica da Ilha de Comandatuba, Club Med de Mangaratiba e o Salinas de Maragogi. Destaque para o Transamérica, responsável pela introdução dos resorts destino no país, gera-se ampla expectativa em relação à implementação desses fixos turísticos, em especial na Região Nordeste que se apresenta com condições propícias para reproduzir o sucesso ocorrido no Caribe (ROSA; TAVARES, 2005).

A Região Nordeste, segundo Barbosa e Coriolano (2016, p.260) é a porção do território que mais valoriza os espaços litorâneos, apresenta-se verdadeiro apelo midiático para o binômio sol e praia, atrelado ao clima tropical. Segundo as autoras, observam-se melhores infraestruturas nesses espaços com objetivo de atender demandas oriundas do crescimento do mercado imobiliário, para que dessa forma facilite as redes de serviços turísticos que se infiltram nas metrópoles brasileiras e em pontos específicos do Ceará, o que potencializa o crescimento da atividade turística. Os principais atrativos turísticos nordestinos sem dúvida alguma são os condicionantes ambientais, sobretudo o litoral que se apresenta como principal atrativo, tornando-se dessa forma foco para ação política do PRODETUR, os 3000 km de praias nordestinas aparecem em destaque na mídia nacional e internacional.

Esse fato deve-se às mudanças na conjuntura macroeconômica do país e no campo de infraestrutura, construção e ampliação de aeroportos, estradas e saneamento, que levaram a emergir infinidade de projetos de hotéis de lazer que se concentram no Nordeste, muitos considerados como mega-resorts como é o caso dos empreendimentos turísticos do município de Aquiraz – CE, Pitangui – RN e Sauipe – BA. Esse último constitui-se como o marco da

---

<sup>19</sup> De acordo com Paiva (2013, p.17), os primeiros empreendimentos dessa natureza no Brasil deram-se originalmente como cassinos ainda na década de 1940, tendo como destaque Grande Hotel Águas de São Pedro, Grande Hotel Campos do Jordão, Termas de Araxá e na década de 1970 emerge com características mais semelhantes ao que vem a ser um resort o Club Mediterranée, o Tropical Manaus e o Rio Quente Resorts.

hotelaria de lazer brasileira, não só em decorrência do porte dos empreendimentos, mas em especial das expectativas que giraram em torno das construções. O BSH Internacional (2008, p.9), aponta que é notório o aumento da oferta de empreendimentos turísticos no Nordeste, do tipo resort, a partir da década 2000 favorecidos por alguns condicionantes,

- a) Território de extrema beleza natural e clima quente o ano todo;
- b) Estabilização da economia brasileira com o Plano Real;
- c) Disponibilização de infraestrutura ao turismo, proporcionados pelo PRODETUR-NE (Programa de Desenvolvimento do Turismo – Nordeste) e que atualmente encontra-se em sua nova fase, o que proporcionará novos investimentos e maior acesso de turistas a região;
- d) incentivos financeiros e fiscais proporcionados pelos governos federais e estaduais a investimentos e maior acesso de turistas a região;
- e) Acesso aéreo: disponibilidade de voos internacionais sem escalas entre a região e a Europa (incluído voos charters).

Nesse contexto, apresentam-se no Quadro número 2 a seguir os resorts inaugurados no Brasil entre os anos 1972 – 2001 organizados por ordem cronológica de abertura. Nota-se no recorte espaço-temporal delineado que a Região Nordeste apresenta-se como catalizadora de resorts, esse fato deve-se a vários fatores: apoio do BNDES, investimentos do PRODETUR/NE que se direcionaram para essa tipologia hoteleira onde se vislumbra três operações, que somadas dão um total de R\$ 113 milhões, no entanto, cabe ressaltar que o BNDES teve 36% de participação, tendo em vista que em duas das três operações teve por objetivo ampliar resorts já existentes. Soma-se isso à percepção por parte dos empreendedores, organismos governamentais, que observam que o litoral do Brasil, em especial no Nordeste tem potencial atrativo para o turismo internacional. Dessa forma, concentram-se os esforços para se alcançar tal objetivo, as ações governamentais direcionam-se para os investimentos em infraestrutura, promoção comercial do país, dando destaque para o Nordeste como destino turístico que se abre e passa a investir no mercado emissor.

**QUADRO II - RESORTS NO BRASIL (1972 -2001)**

<b>HOTEL</b>	<b>ESTADO</b>	<b>UH</b>	<b>DATA DA INAUGURAÇÃO</b>	<b>MÉDIA DAS DIÁRIAS (EM REAIS)</b>
<b>Hotel do Frade e Golf Resort</b>	RJ	162	1972	332 a 547**
<b>Plaza Itaparema Resort</b>	SC	156	1972	271 a 301*
<b>Bourboun Resort e Convention</b>	PR	311	1973	275 a 297*
<b>Tropical Manaus Eco Resort</b>	AM	601	1976	270 a 434
<b>Pousada Rio Quente Resorts Hotel Turismo</b>	GO	122	1977	274 a 365*
<b>ClubMediterranéé</b>	BA	330	1979	160 a 320**
<b>Resort Plaza Caldas da Imperatriz</b>	SC	147	1981	210 a 245*
<b>Praia do Forte Eco Resort</b>	BA	250	1985	445 a 524*
<b>Portobello Resort Sáfari</b>	RJ	140	1987	380 a 480**
<b>Club Mediterranée – Village Rio das Pedras</b>	RJ	324	1989	251 a 502**
<b>Salinas do Maragogi</b>	AL	203	1989	240 a 300*
<b>Transamérica – Ilha da Comandatuba</b>	BA	257	1989	435 a 681
<b>Cana Brava Resort</b>	BA	51	1990	272 a 300
<b>Costão do Santinho Resort</b>	SC	451	1991	280 a 721
<b>Mabu Themas e Resort</b>	PR	208	1996	420 a 645**
<b>Blue Tree Park – Cabo de Santo Agostinho</b>	PE	298	1997	413 a 676*
<b>Sofitel Conventions e Resorts</b>	BA	404	2000	480 a 580
<b>Sofitel Suítes e Resorts</b>	BA	198	2000	560 a 680
<b>Renaissance Resort</b>	BA	237	2000	341 a 435
<b>Superclub Breezes</b>	BA	324	2000	623 a 712
<b>Itacaré Eco Resort</b>	BA	28	2000	140 a 280
<b>Summer Ville Beach Resort</b>	PE	136	2000	480 a 810*
<b>Marriott Resort e Spa</b>	BA	256	2001	383 a 477
<b>Blue Tree Park</b>	RJ	319	2001	560 a 760*

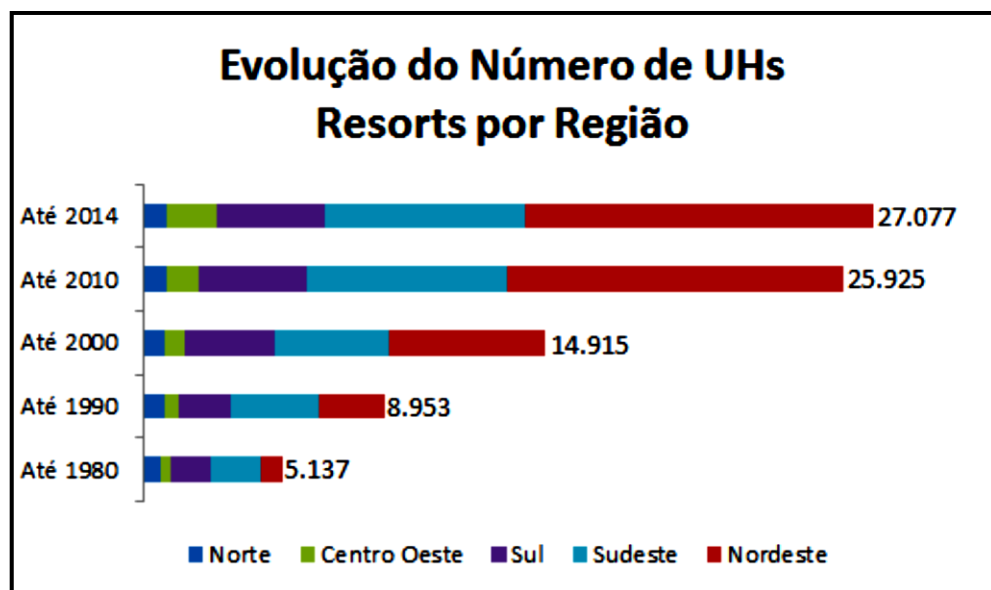
Fonte: BNDES, 2005 – A recente expansão do Resorts no Brasil – adaptado por RODRIGUES, F.N e DANTAS, E.W.C 2016.

\*Diária Simples com jantar incluso

\*\* Diária Completa

Nota-se que no início dos anos 2000 se tornam latentes as transformações no campo hoteleiro brasileiro em especial no Nordeste. A análise do quadro anterior, nos permite afirmar que de 1972-1997, ou seja, num período de 25 anos o Nordeste conta com seis resorts, somando as outras regiões tem-se 10 empreendimentos inaugurados no mesmo período, dessa forma constata-se que esses equipamentos turísticos ainda não se concentravam em sua plenitude no Nordeste, entretanto, a análise a partir do ano 2000 revela que num período de um ano, apenas no Nordeste foram inaugurados sete resorts e apenas um no Sudeste (Rio de Janeiro). Comprova-se assim, que antes dos anos 2000, os resorts localizavam-se principalmente no sudeste do país, entretanto, com o passar dos anos, começam a se fixar no litoral nordestino. No Gráfico a seguir pode-se visualizar o panorama da evolução desses empreendimentos no Brasil, conforme análise temporal que compreende os anos 1980-2014.

### GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE RESORTS POR REGIÃO



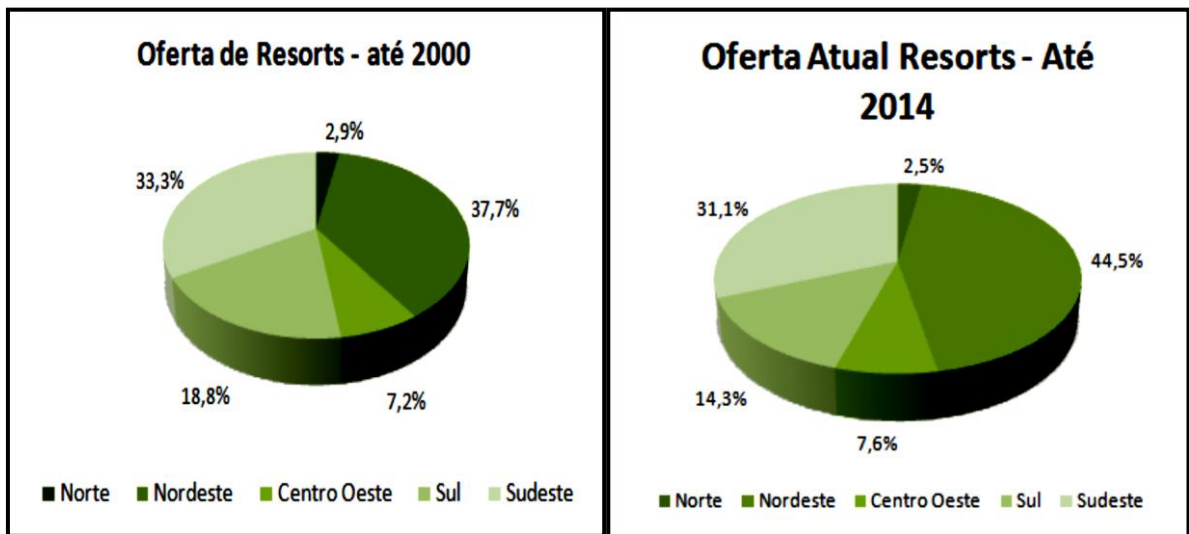
Fonte: BSH Internacional, 2014.

Percebe-se no Gráfico número 2 que a partir dos anos 2000 cresce o número de empreendimentos que se enquadra na categoria resorts no Nordeste. De acordo com o BSH Internacional até os anos 2000 a região oferta 37,7% de resorts para o mercado brasileiro e, em 2014, são quase 45% como se pode vislumbrar no próximo gráfico. A região Norte contribui em 2014 com 3 resorts, representa 2,52% da oferta nacional com 859 unidades habitacionais. No Nordeste encontram-se 53 empreendimentos, correspondendo à 44,54% da



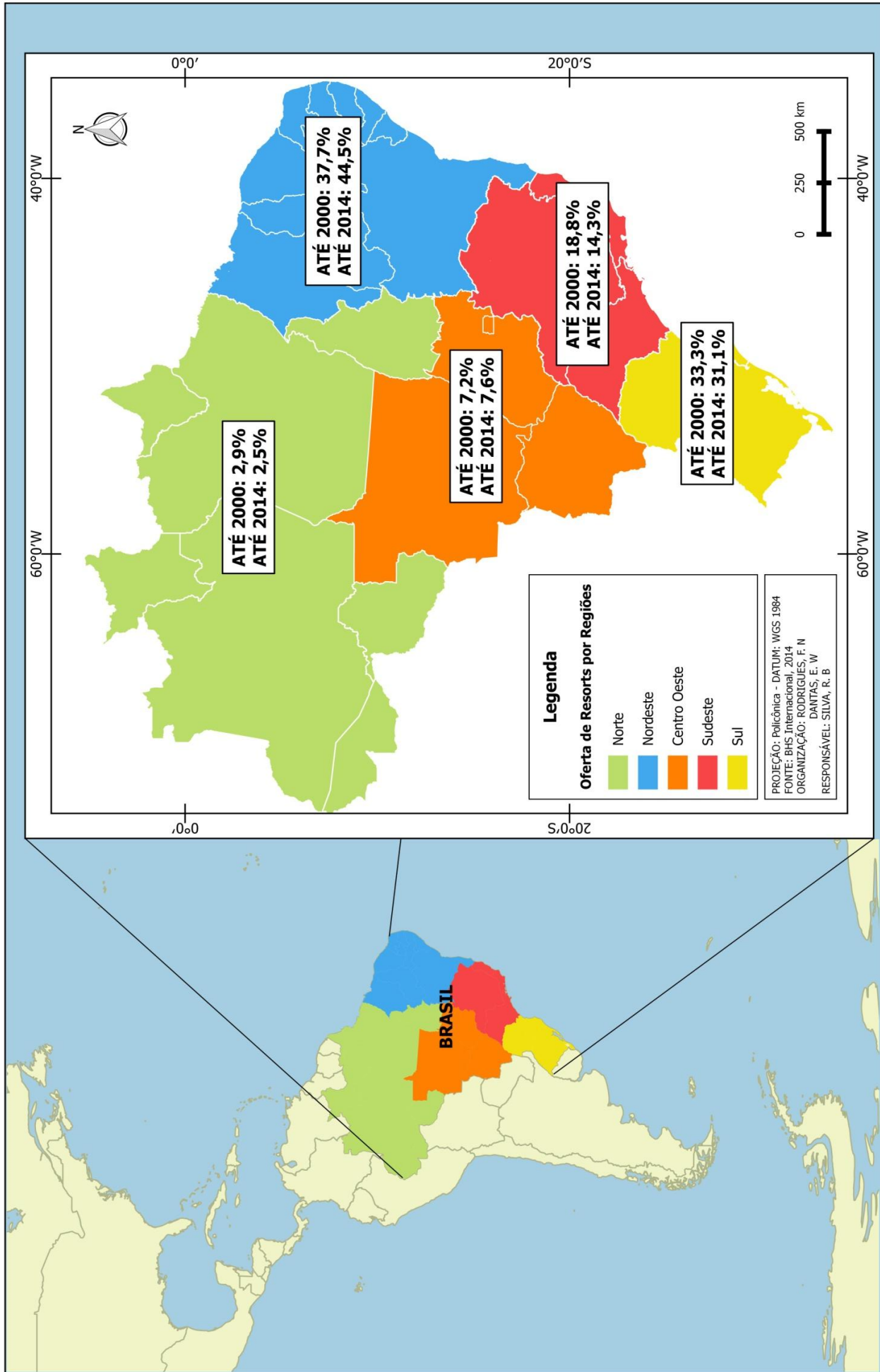
oferta nacional com 12.954 UHs. A região Centro-Oeste apresenta 9 empreendimentos, representando um total de 7,56% com 1.832 UHs; no Sul observam-se 17 resorts, o que representa 14,29% tendo 3.992 UHs; por último e não menos importante a região Sudeste com 37 empreendimentos, representando parcela de 31,09% dispendo de 7.440 UHs. Esses dados podem ser visualizados no Gráfico 3 e na Figura 11 a seguir.

**GRÁFICO 3 – OFERTA DE RESORTS POR REGIÃO 2000-2014**



Fonte: BSH Internacional, 2014.

# OFERTA DE RESORTS NO BRASIL POR REGIÕES 2000 - 2014



Apesar dos dados aqui apresentados, cabe mensurar uma problemática encontrada na pesquisa. Muitos empreendimentos apropriam-se da nomenclatura resorts, mas não se enquadram dentro de tal realidade como é o caso do Aquaville Resort, que possui característica de um condo-hotel. Outro quesito que merece ser exposto é que nem todos os empreendimentos apresentam-se cadastrados na Associação Brasileira de Resorts criada em 2004 com objetivo de atendê-los de maneira específica, dessa forma tem-se certa dificuldade em reconhecer a quantidade real de resorts, pois boa parcela apropria-se do nome, mas não atende às especificações propostas pelo Ministério do Turismo por não estarem cadastrados, o que direciona esses empreendimentos para outra tipologia hoteleira que não é resort. Dessa forma, foram utilizados as informações e dados fornecidos pelo MTUR, Associação de Resorts do Brasil e BSH Internacional.

A pesquisa identifica o que de fato é resort por meio de classificação que lhe é atribuída. Os empreendimentos estudados pleiteiam dois tipos de classificação, a categoria 4 estrelas (mínimo) e 5 estrelas (máximo)<sup>20</sup>. A categoria 4 estrelas deve atender requisitos mínimos de infraestrutura, serviços e sustentabilidade e a categoria 5 estrelas, segue uma série de requisitos adicionais que diferenciam as duas categorias. Esses requisitos incluem questões de infraestrutura e serviços ofertados e também ações sustentáveis executadas pelo meio de hospedagem. Apresenta-se a seguir o que empreendimentos com quatro e cinco estrelas oferecem e o que os diferenciam entre si, de acordo com informações fornecidas pelo MTUR.

#### Empreendimentos 4 estrelas:

- Serviço de recepção aberto por 24 horas;
- Serviços de mensageiro no período de 24 horas;
- Serviço de cofre em 100% das UHs para guarda dos valores dos hóspedes;
- UHs com 25 m<sup>2</sup>;
- Colchões das camas com dimensões superiores ao padrão nacional;
- Berço para bebês, a pedido;
- Facilidades para bebês (cadeiras altas no restaurante, facilidades para aquecimento de mamadeiras e comidas, etc);

---

<sup>20</sup> Além de ter os pré-requisitos básicos para classificação 4 ou 5 estrelas, os empreendimentos devem realizar pagamento que pode ser efetuado em duas parcelas: 1ª na solicitação e 2ª na manutenção (em torno de 18 meses da classificação. Aqui se obedece à portaria do Inmetro nº 273/2011. Os valores para classificação 4 estrelas é de R\$ 2.515, 92 e para os de 5 estrelas R\$ 5.031,34, de acordo com dados do MTUR.

- Serviço de refeições leves e bebidas nas UHs (*room service*) no período de 18 horas;
- Troca de roupas de cama e banho diariamente;
- Secador de cabelo em 100% das UHs;
- Seis amenidades, no mínimo, em 100% das UHs;
- Serviço de lavanderia;
- Televisão em 100% das UHs;
- Canais de TV por assinatura em 100% das UHs;
- Acesso à *internet* nas áreas sociais e nas UHs;
- Mesa de trabalho, com cadeira, iluminação própria, ponto de energia e telefone, nas UHs, possibilitando o uso de aparelhos eletrônicos pessoais;
- Sala de ginástica/musculação com equipamentos;
- Sauna seca ou a vapor;
- Dois tipos de piscina, no mínimo;
- Sala de reuniões com equipamentos;
- Mini refrigerador em 100% das UHs;
- Climatização (refrigeração/calefação) adequada em 100% das UHs;
- Dois restaurantes, no mínimo, com cardápios diferentes;
- Serviço de alimentação disponível para café da manhã, almoço e jantar;
- Dois bares, no mínimo;
- Área de estacionamento;
- Mínimo de seis serviços acessórios oferecidos em instalações no próprio *resort* (por exemplo: salão de beleza, babá, loja de conveniência, locação de automóveis, agência de turismo, etc);
- Programas recreativos próprios, para adultos e crianças, com recreadores e atendimento em dois turnos do dia (manhã, tarde ou noite);
- Medidas permanentes para redução do consumo de energia elétrica e de água;
- Medidas permanentes para o gerenciamento de resíduos sólidos, com foco na redução, reuso e reciclagem;
- Monitoramento das expectativas e impressões do hóspede em relação aos serviços ofertados, incluindo meios para pesquisar opiniões, reclamações e solucioná-las;
- Programa de treinamento para empregados;
- Medidas permanentes de sensibilização para os hóspedes em relação à sustentabilidade;
- Pagamento com cartão de crédito ou de débito.

Empreendimentos 5 estrelas além de possuírem os pré-requisitos apresentados na categoria 4 estrelas devem ofertar ainda os seguintes serviços:

- Serviço de refeições leves e bebidas nas UHs *room service* no período de 24 horas;
- Troca de roupas de cama e banho diariamente;
- Serviço de abertura de cama;
- Mini refrigerador em 100% das UHs;
- Climatização (refrigeração/calefação) adequada em 100% das UHs;
- Três restaurantes, no mínimo, com cardápios diferentes;
- Serviço à La carte no restaurante;
- Preparação de dietas especiais (vegetariana, hipocalórica, etc.);
- Três bares, no mínimo;
- Área de estacionamento com serviço de manobrista no período de 24 horas;
- Serviços de massagens (por exemplo, massoterapia, talassoterapia, shiatsu, etc.);
- Mínimo de seis serviços acessórios oferecidos em instalações no próprio resort (por exemplo: salão de beleza, babá, loja de conveniência, locação de automóveis, agência de turismo, etc.);
- Programas recreativos próprios, para adultos e crianças, com recreadores e atendimento nos três turnos do dia (manhã, tarde e noite).

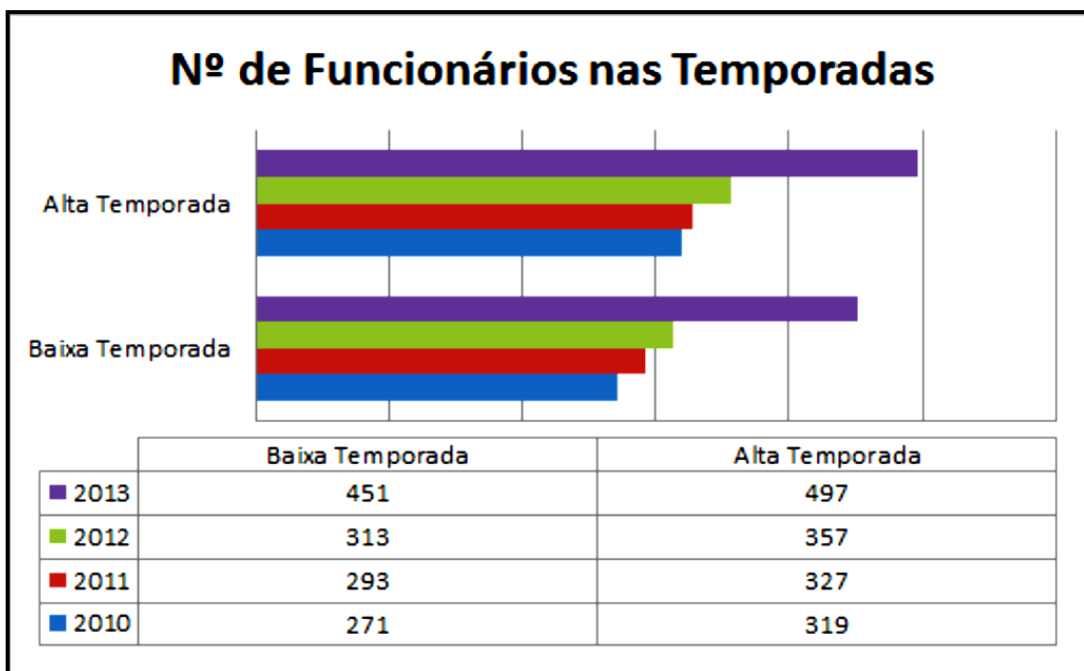
Essas informações colaboraram na escolha dos empreendimentos a serem analisados na pesquisa. Esta pesquisa busca verificar aqueles que estão inseridos na Associação Brasileira de Resorts, enquadrados na tipologia pelo BSH e que fazem parte do recorte espacial definido. Mesmo não sendo resorts decidiu-se analisar o Aquaville. Optou-se investigá-lo, pois este se apresenta como contraponto na pesquisa em relação aos demais, apresenta-se com o nome de resort, no entanto, é um condo-hotel, não está cadastrado na ABR, mas torna-se importante analisá-lo tendo em vista que é um dos sócios fundadores da Associação de moradores do Porto das Dunas, e é por meio dela que se iniciam as atividades de sustentabilidade na praia. Os empreendimentos escolhidos foram o Complexo Beach Park composto pelo: *Beach Park Suítes Resorts*, *Oceani Beach Park Resorts*, *Beach Park Acqua Resort*, *Beach Park Wellness Resort e Aquaville Resort*.

Nessa perspectiva, ressalta-se que é notório que existem eixos diferenciados de turismo que são bem estruturados para difusão da atividade no Ceará, mas existem dois que sofrem embates constantes: o desenvolvido pelas empresas (inclui-se os resorts) e o turismo

realizado nas comunidades que se articulam e veem a atividade como complemento da renda; oferecem resistências e embates aos empreendimentos que se instalam e desapropriam-os. Deve-se lembrar de que o turismo valoriza cidades, recupera patrimônios históricos e culturais, produz espaços, valoriza a natureza, descaracteriza e impacta lugares e comunidades e modifica cultura e tradição dos núcleos receptivos.

A implantação de resorts ocasiona nos dizeres de Paiva (2013, p.8), segregação socioespacial na maioria dos casos, no Nordeste vislumbra-se “confinamento espacial”, nega-se dessa forma o lugar e a comunidade onde se instalam os empreendimentos. No que diz respeito à oferta de empregos, essa é restrita e direciona-se a serviços de menor importância, há ainda a problemática da sazonalidade na baixa temporada. As vagas de empregos são reduzidas, existe certa oscilação entre os períodos de baixa e alta estação, entretanto, pode-se perceber no gráfico 4 a seguir crescimento gradativo no número de funcionários em escala nacional entre os anos 2010-2013.

**GRÁFICO 4 - NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS POR TEMPORADA**



Fonte: BSH internacional, 2014.

Há de se ressaltar que muitas vezes, os empreendimentos procuram força de trabalho em municípios vizinhos e não contratam mão de obra local, alegando falta de pessoal capacitado. Analisando o gráfico número 4 percebe-se que existem empregos sazonais, ou seja, concentram-se em períodos de grandes fluxos ou no período de construção e instalação

dos empreendimentos, ocorre ainda o risco da força de trabalho ser substituída pela tecnologia diminuindo-se ainda mais o número de empregos. Esse fato pode ser facilmente comprovado em notícia no jornal *O Povo* (15/06/97), que retrata a construção do Aquaville Resort pela construtora responsável<sup>21</sup>,

[...] o engenheiro Otacílio Valente, um dos responsáveis pelo Aquaville Resort destaca a mecanização da obra que permitiu uma redução de mão-de-obra da ordem de 40%. Cerca de 130 homens estão trabalhando no local. “Seriam necessários, no entanto uns 200 se não fossem as máquinas que utilizamos”, explica Otacílio. Um dos modelos adquiridos pela Colmeia é o trator italiano que se acoplado a acessórios tem múltiplas funções e substitui três homens por cada atividade. A colmeia investe em média R\$ 500 mil em busca de novas tecnologias anualmente.

Além dessa problemática vislumbra-se outra, o abastecimento desses empreendimentos que não é realizado no comércio local, o BSH Internacional destaca que a localização dos empreendimentos dificulta abastecê-los, pois se encontram distantes de mercados e padarias. Ao se estudar a distribuição geográfica dos fornecedores que atendem os resorts, conclui-se que encontram-se num raio de 30 km, os regionais entre 30 e 80 km e extra regionais acima de 80 km.

Ao estudar a praia Porto das Dunas, que mantém proximidade com a sede (Aquiraz), pode-se afirmar que o abastecimento dos empreendimentos não se realiza em escala local, e esse fato foi constatado quando se fez visita técnica ao Wellness Resort. Além desse fato observa-se que o consumo dos turistas concretiza-se intramuros, a organização e as programações de lazer controlam e privatizam os gastos dos turistas. Observa-se que esses fixos<sup>22</sup> turísticos são concentradores de renda, quando esses se incluem em cadeias hoteleiras internacionais a problemática torna-se ainda maior. Percebe-se que o turismo que prevalece é o realizado pelos empresários detentores de capital que veem o turismo como atividade sublime e de relevante importância para o cenário econômico cearense.

Com 573 km de zona costeira, o Ceará apresenta-se com ricas paisagens litorâneas que são exploradas pelo governo, empresários e empresas turísticas. O território controlado pelo Estado apresenta-se como espaço político, de dominação e poder, controlam-se dessa forma a sociedade e os interesses. Para Santos (2000, p.38), “o território é a base e a condição

<sup>21</sup> A construtora responsável na construção do empreendimento foi a Colmeia.

<sup>22</sup> Utiliza-se essa terminologia “fixos turísticos” para os resorts, baseando-se na obra de Milton Santos – *A natureza do espaço*. Segundo ele (SANTOS, p.61), “os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também se modificam”. Conclui-se diante do trecho a coerência que se tem do conceito com o objeto aqui investigado.

para a simbiose, produto de uma luta criadora de uma desordem, momentânea ou duradora, da qual se beneficiam, apenas, os portadores das técnicas hegemônicas”. Para Haesbaert (2009, p.133), o território surge a partir de uma tentativa, seja por meio de indivíduos ou grupos específicos, que têm por objetivo atingir, influenciar ou controlar pessoas; observam-se fenômenos e relacionamentos por meio da delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica. Dessa forma, percebem-se políticas públicas e privadas que se unem para defender interesses que se voltam para o turismo, direcionam-se as atenções para áreas geográficas específicas do Ceará, o litoral e criam-se políticas de turismo. Para Coriolano *et al.* (2009, p.77), “As políticas de turismo fazem parte de sistemas logísticos globais sob o comando de corporações e bancos internacionais que se sobrepõem à lógica local, estadual, redirecionando-as para interesses globais embora guardem relativas especificidades regionais”.

Nota-se infiltração de grupos regionais consolidados, assim como a presença de empresários internacionais (portugueses, espanhóis, italianos) que investem maciçamente no campo hoteleiro, especificamente nos resorts. Esses empresários estão à procura de oportunidades, aumento da rentabilidade nos negócios, benefícios fiscais e financeiros ofertados pelo estado<sup>23</sup>, levando-os a crer na potencialidade e viabilidade da economia nordestina, assim como bom desempenho nos investimentos realizados.

Vislumbra-se que o litoral cearense passa por crescimento do fluxo de turistas, e a atividade turística é considerada de suma importância para economia do Estado. O litoral é o principal destino turístico do estado do Ceará. As políticas públicas direcionam os interesses para o litoral com objetivo de captação de divisas, aumenta-se a demanda de resorts em decorrência de investimentos que se voltam para o turismo e para o imobiliário, observa-se loteamentos, especulação imobiliária, urbanização paralela à costa, vendas de terras litorâneas, conflitos que desperta o interesse em analisar o caso específico da praia Porto das Dunas, Aquiraz – CE.

---

<sup>23</sup> Coriolano *et al.* (2009, p.116), aponta que o Estado oferta isenção total ou parcial do ISS (Imposto Sobre Serviços) e do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) por períodos que podem chegar até 10 anos. Além de oferecer aos investidores, o valor a ser investido, sua importância e localização, incentivos estruturais em termos de acesso, energia elétrica, comunicação e abastecimento d’água dentre outros privilégios, além de gerenciar apoio logístico às empresas com programa de treinamento de recursos humanos, em número compatível com suas reais necessidades.



### **3.1 De simples loteamento à implantação de Resorts: a construção do espaço turístico Porto das Dunas**

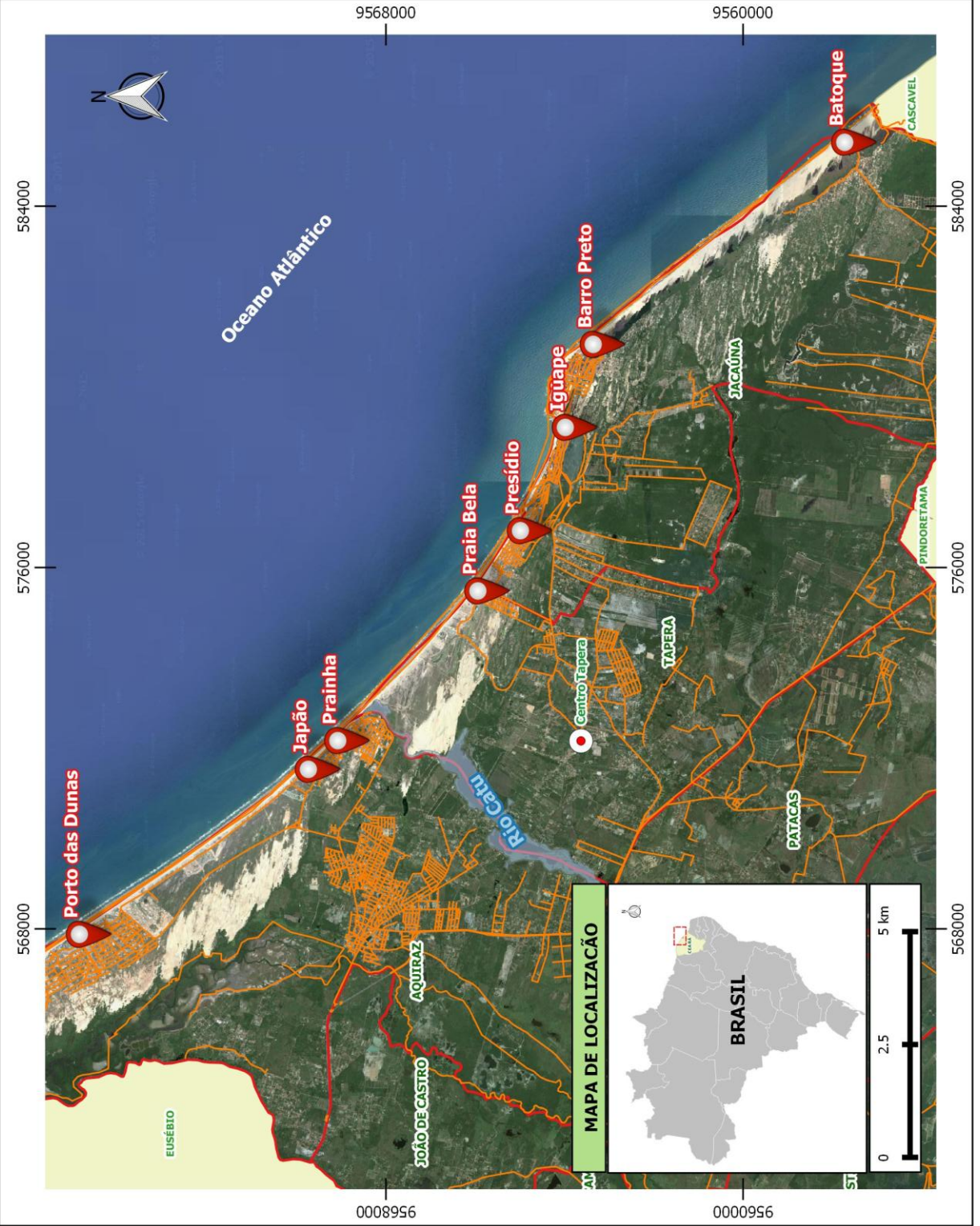
A praia Porto das Dunas localiza-se no município de Aquiraz<sup>24</sup> – CE que compõe a Região Metropolitana de Fortaleza - RMF, desde sua integração que data de 1973. Pereira (2006, p.49), destaca que Aquiraz e Fortaleza nutrem relações desde o período colonial, sendo o único município metropolitano inserido na porção leste litorânea; suas praias foram as primeiras a receber veranista fortalezenses, tendo assim a segunda maior concentração de veranistas do Estado, segundo IBGE (2010) o município possui 19.662 domicílios, o que representa um total de 72.628 habitantes, destes domicílios contabiliza-se que 20,94% são de uso ocasional tornando-o um dos principais redutos de veranista.

O Município possui densidade demográfica de 150,50 hab./km<sup>2</sup> e extensão territorial de 482,380 km<sup>2</sup>, sendo banhado pelos rios Pacoti e Catu. Limita-se com os municípios de Fortaleza, Eusébio, Cascavel, Pindoretama, Itaitinga e Horizonte. De acordo com a prefeitura municipal, Aquiraz, apresenta oito distritos em sua configuração espacial: sede, Jacaúna, Justiniano de Serpa, Camará, Patacas, Tapera, Caponga da Bernarda e João Castro; a distância entre Fortaleza e Aquiraz é cerca de 30 km. O município possui um total de 30 km de litoral onde se contemplam paisagens das seguintes praias: Porto das Dunas, Japão, Prainha, Praia Bela, Presídio, Iguape, Barro Preto e Batoque. A Figura 12 apresenta-se as praias citadas.

---

<sup>24</sup> Cabe lembrar, de acordo com Sampaio (2009, p.27) que as relações entre Aquiraz e Fortaleza são históricas e remontam dos primórdios da então Capitania do Siará, em especial ao que diz respeito às esferas políticas e econômicas do século XVII.

# PRAIAS DO MUNICÍPIO DE AQIRAZ - CE



Além da extensão litorânea, Souza (2005, p.71) e Rios (2006, p.92) apontam que no Porto das Dunas podem-se observar alguns componentes geoambientais como planície litorânea, planície fluvial, planície flúvio-marinha, tabuleiro litorâneo e depressão sertaneja, tendo destaque as paisagens da faixa de praia, campo de dunas (fixas e móveis), praia e pós-praia. A praia Porto das Dunas localiza-se a 22 km de Fortaleza, apresenta-se como uma das porções do litoral cearense e aquiraense que recebe mais turista. Em 2013, Aquiraz apresenta-se no segundo lugar entre os principais municípios visitados por turistas que ingressaram no Ceará, contabilizando um total de 367,519 mil turistas com permanência média de sete dias (SETUR, 2015). No tocante à praia Porto das Dunas, esta apresenta-se entre os seis destinos mais procurados por turistas sendo que cinco são litorâneos, são eles: 1º Canoa Quebrada com taxa de 94,8%; 2º Jijoca de Jericoacoara 93,6%; 3º Porto das Dunas/Prainha 93%; 4º Guaramiranga 88%; 5º Cumbuco 86%; 6º Praia das Fontes/Morro Branco 82,9%,<sup>25</sup>.

Destacam-se alguns fatores motivadores que atraem turistas para esses espaços: a paisagem litorânea, sol o ano todo, pluralidade paisagística com número significativo de lagoas, cordões dunares e equipamentos turísticos que se fixaram no espaço ao longo da década de 1990 tendo apoio maciço do governo estadual, apresentando-se como atrativos para lazer e turismo, tendo como destaque o complexo turístico *Beach Park*. Dessa forma, procura-se entender o processo de inserção dos resorts na praia Porto das Dunas.

A relação histórica entre Aquiraz e Fortaleza, intensifica-se na década de 1970, quando famílias oriundas da capital passam a buscar espaços para prática do lazer no litoral. Segundo Pereira (2006, p.77), marca-se, sensivelmente, o princípio de valorização efetiva dos espaços litorâneos de Aquiraz, processo que segundo ele fundamenta-se com a disseminação da prática marítima do veraneio, os 30 km de litoral do município apresentam-se como espaço, propício, para construção de segundas residências, em especial, de pessoas que residem na capital. As contradições envolvem essas construções, pois pode-se observar no município áreas de proteção ambiental<sup>26</sup> do ecossistema costeiro, como a APA<sup>27</sup> do Rio Pacoti e Reserva Extrativista – RESEX<sup>28</sup> presente em Batoque.

<sup>25</sup> Dados Referentes ao feriado de carnaval de 2016 - SETUR.

<sup>26</sup> De acordo com o documento que rege a política ambiental do município, em Aquiraz as Unidades de Conservação se dividem em dois grupos com características específicas: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável, as unidades de proteção integral têm como objetivo preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, com exceção de casos previstos na Lei Federal do Sistema Nacional de Unidades de Conservação; já as unidades de conservação de uso sustentável têm por objetivo conservar a natureza pelo uso sustentável de parcela de seus recursos naturais, as Unidades de Conservação de Aquiraz são Rio Pacoti, Corredor Ecológico do Rio Pacoti e a Resex de Batoque.

<sup>27</sup> Área geralmente extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem estar das populações

Dessa forma, insere-se a zona costeira na dinâmica mercantil, onde o capital e classes de maior poder aquisitivo apropriam-se dos espaços litorâneos. Inicia-se a exploração fundiária que se dá em escala nacional, não só local e Aquiraz insere-se no processo, tendo destaque a praia Porto das Dunas. Sampaio (2015, p.576), aponta que Aquiraz encontra-se como um dos primeiros municípios litorâneos do Ceará a sofrer reestruturações socioespaciais, aliadas ao lazer, por meio da prática do veraneio citada anteriormente, sendo atenuadas pelas políticas públicas e ações da iniciativa privada que se voltam para o turismo. O capital apropria-se dos espaços litorâneos transformando-os em mercadoria, para Coriolano (2008, p.284),

O capital ao transformar o espaço em mercadoria, faz surgir novas atividades econômicas, como o ramo econômico das atividades do lazer e do turismo. O turismo provoca profunda mudança socioespacial, redefine as singularidades espaciais além de reorientar os usos.

Nesse contexto, observa-se urbanização paralela à costa que se consolida por meio da valorização litorânea, processo que se fundamenta com a inserção das funções de lazer associadas ao mar e ao marítimo, tornando-se presentes dessa forma no cotidiano da sociedade urbana brasileira (PEREIRA, 2014), processo que aqui se observa com a expansão do tecido da metrópole, o que implica substanciais mudanças espaciais por meio do veraneio. O veraneio apresenta-se como fenômeno típico de sociedades urbanas, que ao fixarem segunda residência reivindicam melhor infraestrutura, reproduzindo-se dessa forma a lógica do ambiente urbano que se encontra na primeira residência (SAMPAIO, 2009).

Se comparada a outras praias como Iguape e Prainha, o veraneio chega tardiamente ao Porto das Dunas, a atividade infiltra-se primeiramente, em torno de vilas de pescadores nas praias de Iguape e Prainha e só depois se direciona para outras localidades, distantes e com teor de ocupação menor, atinge Porto das Dunas, Presídio e Barro Preto, que, literalmente, surgem em torno de loteamentos de veraneio (MONTENEGRO, 2012) a

---

humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. É constituída por terras públicas ou privada (SNUC).

<sup>28</sup> É uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. É de domínio público com seu uso concedido às populações extrativistas tradicionais (SNUC).

ocupação dar-se-á de forma planejada, do ponto de vista da especulação imobiliária, sendo o espaço fragmentado em porções denominados lotes<sup>29</sup>.

Para Carlos (2011, p.67) a ocupação do espaço realiza-se sob prisma da propriedade privada do solo, onde o espaço<sup>30</sup> fragmentado é vendido em pedaços, coloca-se o espaço no circuito de troca tornando-o mercadoria, produzem-se simulacros espaciais, devido às requalificações urbanas ou para atender exigências do turismo. Nesse contexto, no Porto das Dunas fragmentou-se o espaço litorâneo para atender demanda crescente de classes de alto poder aquisitivo. Para a autora, ao transformar o espaço em mercadoria este se insere no “conjunto de bens necessários à reprodução da vida”, deixando de ser apenas lugar do consumo para ser consumido pelo turismo.

Sampaio (2009, p.68), informa que a origem do parcelamento da terra e do processo de ocupação no Porto das Dunas está atrelada a importante e tradicional família de Fortaleza<sup>31</sup>, que atuava no campo comercial, bancário e imobiliário, essa último deu-lhe o título de “Empresários do Sol” (O POVO, 1992). A família inicia as atividades no setor imobiliário criando vilas em Fortaleza, em terras que a eles pertenciam. O primeiro loteamento surge em Fortaleza em 1950, tornando a família pedra angular no processo de expansão imobiliária que tem auge na década de 1970, é nesse contexto que surge o loteamento Porto das Dunas. De acordo com a autora, o investidor imobiliário<sup>32</sup> estava atento para as demandas do mercado de terras, para expansão do capital e crescimento do veraneio, motivando-o na apropriação de terras que mais tarde seriam chamadas de Porto das Dunas, comprando propriedades que se localizam na margem direita do Rio Pacoti até quase a Prainha.

Souza (2005, p.66), destaca que essa forma de ocupação consolida-se no litoral aquiraense de fato na década de 1970 e nos vinte anos seguintes apenas intensifica-se, mantendo-se latentes transformações na paisagem que se torna artificial abrigando mansões, condomínios fechados, condo-resorts<sup>33</sup>, loteamentos, hotéis e parque eólico. Observam-se

---

<sup>29</sup> De acordo com o documento de Uso e Ocupação do Solo de Aquiraz, o lote apresenta-se como parcela de terreno contida em uma quadra, resultante do processo de parcelamento, com pelo menos uma das divisas lideira à via pública.

<sup>30</sup> Aqui cabe dizer baseando-se em Santos (2002, p.146), que para nós “O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente”.

<sup>31</sup> Família Gentil destaque para o Patriarca José Gentil.

<sup>32</sup> João Gentil Júnior.

<sup>33</sup> Silva (2013, p.50), destaca que o Condo-resort é um condomínio que adota serviços e componentes hoteleiros, como restaurantes, bares, serviços de limpeza, e outros. Integra, também, um sistema de *pool* hoteleiro, ou seja,

também edificações de até três andares, como demonstra a foto o Beverly Hills Residence<sup>34</sup>, na Figura 13 observa-se a fase de construção e na figura 14 o empreendimento consolidado.

#### FIGURAS 13 E 14 – BEVERLY HILLS RESIDENCE



Fonte: Google Earth e RODRIGUES, F.N – 2016 em trabalho de campo.

Esse empreendimento localiza-se próximo ao Aquaville Resort, possui elevador panorâmico em cada bloco de apartamentos e vagas no subsolo. São oito blocos de apartamento com três andares, blocos 1 e 2 com 6 apartamentos por andar; blocos 3 e 8 com 8 apartamentos por andar, no total são 180 apartamentos classificados da seguinte forma: Tipo A – 120 apartamentos de 68 m<sup>2</sup>, 2 quartos, 1 suíte, sala de estar e jantar, banheiro social, cozinha, varanda e 1 vaga na garagem; tipo B – 60 apartamentos 136 m<sup>2</sup>, 3 suítes, sala para três ambientes, 2 varandas, ampla área de lazer na cobertura que também possui hidromassagem e churrasqueira, 2 vagas na garagem; existem também 31 vagas direcionadas ao comércio, a área total é de 16.498 m<sup>2</sup>. Observando o tamanho de empreendimentos como esse, verifica-se que o processo de urbanização litorânea descaracteriza a paisagem que é apropriada pelo capitalismo e utilizada como *marketing* na venda de pacotes turísticos, Harvey (2005, p.55) adverte que é importante ter em mente que “a paisagem criada pelo capitalismo também é vista como lugar da contradição e da tensão, e não como expressão do equilíbrio harmonioso”.

No final da década de 1970 consolida-se o loteamento Porto das Dunas, de acordo com Montenegro (2012, p.86) “O Porto das Dunas começa como um loteamento de veraneio

---

os proprietários dos apartamentos podem alugá-los durante um determinado período e neles residir em outro período do ano, de acordo com a convenção do condomínio.

aprovado em 1979 na Prefeitura de Aquiraz. As mudanças no contexto das políticas de turismo do Estado nos anos 1990 o levaram a incorporar o maior complexo turístico do Ceará”. Segundo técnicos ambientais da SEMACE dividiu-se Porto das Dunas em quatro etapas, sendo a terceira e quarta as mais difíceis de licenciar, tendo em vista que são áreas de fragilidade não passíveis de ocupação, além disso, eles frisam que no mesmo período o órgão ainda estava se consolidado, o que se apresentou como entrave para concessão de licenciamentos. Aqui observa-se as contradições inerentes ao processo de liberação de licenciamentos ambientais e construções em áreas indevidas. Se o órgão responsável estava sendo consolidado na época, entende-se que, inicialmente, a praia Porto das Dunas foi impactada de forma considerável nas primeiras construções, tendo em vista que não foram dadas as atenções necessárias, hoje com órgãos consolidados ainda observam-se discrepâncias nos processos de construção, quiçá no período supracitado de consolidação do loteamento.

A gerente de APA da Secretaria de Meio Ambiente - SEMA, destaca que esse é um problema antigo, vários empreendimentos consolidaram-se no período anterior à legislação e dessa forma não podem mais serem barrados, isso também dificulta os trabalhos de fiscalização, segundo ela o que se pode fazer é esperar que se tenha mais rigor na atual legislação e isso já está acontecendo, pois afirma a gerente que há um comprometimento das pessoas que trabalham dentro da SEMACE e da SEMA

Com o início da desocupação das famílias que residiam na praia, processo que foi facilitado pela ajuda de um pescador que entendeu que vender as casas era a melhor saída para a comunidade, tendo como objetivo buscar vida longe dali. Dilui-se a comunidade, que não apresenta resistência, pois acreditou no discurso do especulador, mediado por um pescador, de que o dinheiro ofertado proporcionar-lhes-iam melhor espaço para viver. Na época a comunidade não era articulada e existiam poucas casas que se distanciavam entre si. Souza (2005, p.78) destaca que,

Hoje não se encontram pescadores morando no Porto das Dunas, porque depois que saíram de suas casas, foram para locais mais distantes, ainda não valorizados, fora do alvo dos especuladores imobiliários, dificultando o seu acesso ao mar e, conseqüentemente, a realização de sua atividade usual, que é a pesca. Além disso, ainda ocorreu à proibição, pela administração do complexo Beach Park, deste ofício, seja com jangada ou com tarrafa ou mesmo a simples passagem dos pescadores naquela praia e, especialmente, em frente ao complexo.

Nesse contexto, os futuros veranistas não teriam que dividir o mesmo espaço com pescadores e famílias de menor poder aquisitivo. Intensifica-se assim o processo de fragmentação do espaço e venda de lotes, proporcionando renda fundiária, entra em cena no

Porto das Dunas o fenômeno da especulação imobiliária por meio do veraneio seguido pelo turismo. Nesse sentido, Dantas aponta que (2010, p.65),

A indicação dessa lógica de dominação paralela transforma as zonas de praia em mercadoria nobre, dado que implica na modificação radical da paisagem litorânea. Com as novas práticas marítimas ligadas ao veraneio e ao turismo, as paisagens associadas à pesca e ao porto se encontram abaladas. A zona marcada pela presença dos portos e dos vilarejos de pescadores é afetada atualmente pela construção de novas formas (dos estabelecimentos turísticos somando-se às residências secundárias) acompanhando toda a linha costeira. Essas novas formas provocam a inserção de novos atores e a expulsão dos antigos habitantes, bem como o fortalecimento dos movimentos de resistência.

Pereira (2006, p.116), aponta que o Porto das Dunas emerge na década de 1980, por meio da criação das etapas iniciais de parcelamento da terra e os lotes destinaram-se desde a criação à população fortalezense de maior poder aquisitivo. Dessa forma, não se cumpriu os pré-requisitos básicos da lei N<sup>o</sup>. 6.766/79 que aborda o parcelamento do solo. Buscou-se por meio dessa lei solucionar problemas relacionados à expansão desordenada de loteamentos que não possuíam infraestrutura, era um mecanismo de garantia à segurança da posse da terra e qualidade de vida autóctone, no entanto, no Porto das Dunas essa lei não vingou, tendo em vista que o espaço transforma-se num loteamento de veraneio atendendo as classes média e alta, além de apresentar perfil turístico (RIOS, 2006).

As primeiras casas de veraneio são construídas em meados da década supracitada, 1980, assim como os primeiros empreendimentos, mostra-se que o turismo está intimamente ligado ao veraneio. Para conectar Fortaleza ao loteamento construiu-se via exclusiva CE 025, une-se proximidade, facilidade de acesso fortificando-se assim o elo entre Aquiraz e Fortaleza. Além a CE 025, rodovia estadual que liga Fortaleza à Prainha passando antes por Porto das Dunas, pode-se destacar mais duas vias de acesso a CE-040 recentemente duplicada, sendo o principal acesso à sede do município e as praias localizadas na costa do sol nascente; e a BR-116 rodovia de cunho federal que é a divisa entre Aquiraz e Itaitinga. Cabe lembrar de acordo com Souza (2013, p.164), que a CE – 040 somando-se as indenizações, pagamentos de concessionárias e obras, teve-se um gasto de cerca de R\$ 34 milhões. A obra de duplicação teve ajuda financeira do Prodetur Nacional, com um total de R\$ 242 milhões vindos do Ministério do Turismo – MTUR, Governo do Estado do Ceará e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Diante do ensejo de criação de vias arteriais que conectam Fortaleza com os espaços litorâneos facilitando-se o acesso ao litoral e incentivando a população a direcionar-se a esses espaços, Coriolano e Barbosa (2015, p.264), destacam que a zona costeira nordestina



apresenta-se intensamente urbanizada e equipada para o turismo, emerge disputas de interesse por territórios, o que desencadeia conflitos entre residentes e empreendedores. O turismo infiltra-se nas áreas litorâneas expropriando e desrespeitando comunidades de pescadores que vivem há anos na terra, passando-as de geração a geração. Percebe-se que a prioridade é para o turismo convencional, em especial em territórios turistificados como é o caso do Porto das Dunas. Assim, observa-se a implantação de rede de resorts que se molda ao turismo litorâneo de padrão internacional, processo que também ocorre no Caribe e México. De acordo com Coriolano (2008, p.282), o turismo é,

Uma das mais novas modalidades do processo de acumulação, que vem produzindo novas configurações geográficas e materializando o espaço de forma contraditória, pela ação do Estado, das empresas, dos residentes, e dos turistas. Compreender essa dinâmica significa entender as relações produtivas do espaço e o exercício de poder do Estado, das classes empresariais e trabalhadoras em movimento e conflito. O turismo para se reproduzir segue a lógica do capital, quando poucos se apropriam dos espaços e dos recursos neles contidos apresentando-os como atrativos transformados em mercadoria.

Nos dizeres de Souza (2013, p.114), observa-se que no litoral, especificamente do espaço metropolitano, gradativamente atende-se ao processo de acumulação do capital que se volta para o lazer e turismo. A terra é loteada e fragmentada, impõem-se cercas e muros que demarcam os limites das propriedades. Dentro dos resorts, condo-resorts, hotéis o que se vê é uma natureza artificializada; residentes que ao longo dos anos moram em terras litorâneas são retirados de forma aberta ou velada. Observam-se contradições no modo de uso e ocupação do solo litorâneo metropolitano, nega-se o homem e a natureza humana, para atender demandas do mercado imobiliário que se coaduna com o turismo e obscurecem o caráter público das praias, transformando-as em espaço seletivo e por meio de ações governamentais intensifica-se o processo de urbanização e metropolização.

No início dos anos 1980, a iniciativa privada motivada pelo lucro e sucesso do loteamento observa que poderia ir além, deixando de ser um mero projeto imobiliário para tornar-se também turístico, para tanto se torna necessário instalar equipamentos turísticos, mas para isso precisa de apoio financeiro do Estado, no que diz respeito à infraestrutura, saneamento básico, energia elétrica, pavimentação.

Nesse contexto, surge a primeira barraca na praia em 14 de dezembro 1985. Com 30 mesas, 2 caixas de som, 1 bar e uma cozinha com 36 m<sup>2</sup>. Investiu-se em publicidade e vendeu-se a imagem de uma praia sofisticada e diferenciada das demais. Nesse período quem estava à frente da prefeitura de Fortaleza era Maria Luiza e as demais praias apresentavam-se poluídas, vendeu-se a imagem de uma praia limpa o que atraiu o público local, praia limpa era

algo novo e diferente no cotidiano do cearense (O POVO, 1992). A barraca que se transformaria anos depois no Complexo Turístico Beach Park, ofertava apenas serviços típicos de barracas de praia com único objetivo, atender a demanda de veranistas local e incentivar as vendas no loteamento, como bem destaca Montenegro (2012, p.180),

Nos anos 1980 a ideia inicial para estratégia comercial do loteamento era incentivar as vendas com a implantação de uma grande “barraca de praia”, de alto padrão. A ideia evoluiu progressivamente, em meio ao novo contexto do desenvolvimento turístico, para a de um grande parque aquático que foi convertido num empreendimento de sucesso empresarial, tornando-se num dos atrativos mais visitados do Estado.

Os “empresários do sol”<sup>35</sup> donos da barraca, inspiraram-se em viagem realizada para os EUA (Flórida e Havaí), onde observaram os maiores empreendimentos do mundo que uniam infraestrutura de lazer, serviços e diversões aquáticas pagas. Dessa forma, ele percebeu a necessidade de equipamentos turísticos similares e volta às atenções e investimentos para o *Beach Park*, que ocupa 700 m da faixa litorânea. Foi investido um total de US\$ 5,9 milhões na construção – 900 mil oriundos do BNDES, 3 milhões de recursos próprios, além dos 2 milhões, para avaliação do terreno sendo assim o primeiro financiamento voltado para o turismo (O POVO, 1991). Em 1989, inaugura-se o parque aquático denominado *Aqua Park* e em 1996 o primeiro hotel. Com tecnologia oriunda de Miami, o parque aquático tem necessidade de assessoria estrangeira com experiência na atividade turística, seguiu-se à risca o modelo americano como se pode observar na reportagem do jornal *O POVO* 12/05/91,

O modelo americano foi seguido com fidelidade até na compra das cadeiras e da tecnologia, dos Estados Unidos, e levou a filiação do Beach Park à World Water Park Association, entidade sediada em Miami que congrega parques de água no mundo. O Beach Park tem 6,5 hectares de área construída. O maior espaço – 4,5 hectares – é ocupado por 500 mesas em barracas de praia, de frente para o mar, sob coqueiros, com serviço de bar e refeição. Um detalhe: as cadeiras, brancas, confortáveis, foram importadas da Califórnia [...]. O Beach Park capricha na qualidade da água nas piscinas e procura seguir os padrões de balneabilidade indicados nos Estados Unidos para banhos públicos, informa Arialdo Pinho. Enquanto a legislação brasileira estabelece como norma que a filtragem de uma piscina deve ser completa a cada seis horas, em operação permanente 12 horas por dia, o empreendimento filtra toda água em quatro horas, e faz funcionar as máquinas 24 horas por dia, com filtros e ionização. A tecnologia adotada foi adquirida em Atlanta (EUA) através de uma empresa especializada em parques de água no Brasil, a Pure Water Engenharia de Brasília.

Cabe ressaltar que o empreendimento é planejado e executado para atender demandas internacionais, mesmo assim destaca-se que a demanda internacional para empreendimentos desse porte ainda é irrisória contando com apenas 13% de turistas

<sup>35</sup> João Gentil e Erialdo Melo Pinho são os sócios fundadores do empreendimento.

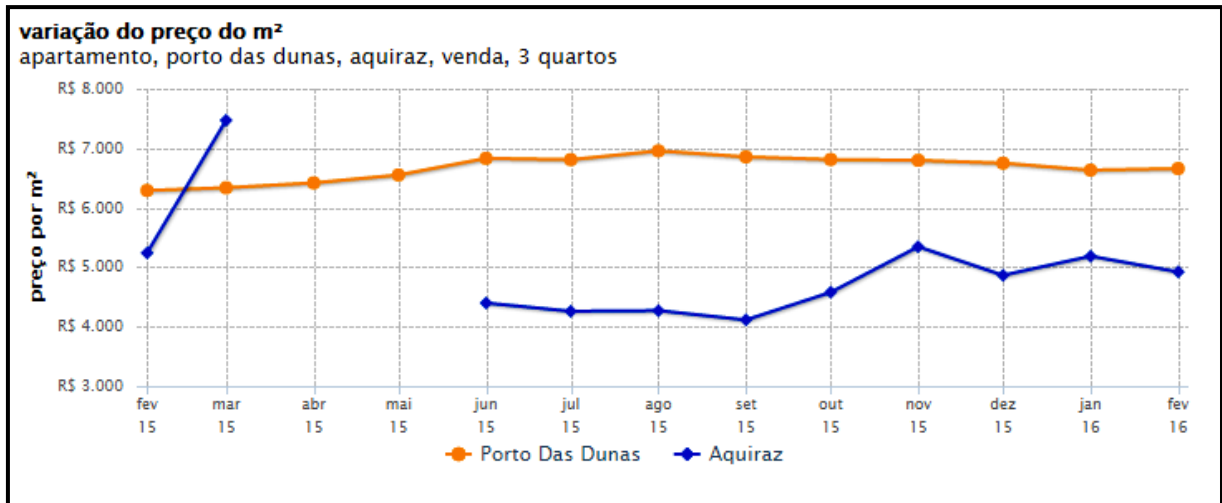
internacionais, enquanto que os nacionais atende a uma parcela de 87% (BSH, 2014). Mesmo assim direcionam-se os serviços para o público de alto poder aquisitivo, pois oferta-se lazer de luxo, dessa forma incrementa-se a atividade turística de Aquiraz tendo como carro-chefe o *Beach Park* como aponta Sampaio (2009, p.88),

[...] o incremento da atividade turística em Aquiraz, mais especificamente, no Porto das Dunas, realiza-se com apoio do Estado. No segundo Governo das Mudanças (Ciro Gomes, 1991-1994) houve efetiva preocupação com o turismo, com divulgação e melhoramento de infraestrutura. Com isso, fizeram-se alianças entre empresários e Governo, tendo como principal estratégia o investimento maciço em publicidade. Ou seja, vender o Ceará fora do Estado, tendo o *Beach Park* como carro-chefe. A parceria público-privada consistia em o *Beach Park* assumir determinados custos e o governo, outros.

O *Beach Park* tornou-se o precursor na inserção dos demais empreendimentos, apresentando-se como atrativo turístico e valorizando a praia; hoje possui infraestrutura com mais de 200 mil m<sup>2</sup>, contando com *Beach Park Acqua Resort, Oceani, Beach Park Suítes e Resorts; e Beach Park Wellness Resort*, percebe-se com o passar dos anos que a expansão do complexo é mais do que notória. O empreendimento apresenta-se como importante atrativo turístico do Ceará, sendo um dos principais espaços de lazer em escala nacional e internacional, tendo em vista que é o maior parque aquático da América Latina.

Dessa forma, vislumbra-se aumento de instalações e proliferação de diversos equipamentos de alto padrão, não só turísticos, mas residenciais; processo que se expande com os financiamentos oriundos do Banco do Nordeste do Brasil – BNB, por meio do PRODETUR – NE. Aquiraz é contemplado na segunda fase do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste, que se volta para implementação da atividade turística, com foco na zona costeira, o que propicia a inserção de grandes empreendimentos turísticos e valorização do solo urbano de Aquiraz, sobretudo, Porto das Dunas como se pode notar no gráfico a seguir, onde se observa comparação e variação do m<sup>2</sup> entre município (sede) e a praia Porto das Dunas; numa escala de tempo que compreende um ano, entre fevereiro de 2015 – fevereiro 2016 percebe-se que o valor do m<sup>2</sup> em Aquiraz teve crescimento em março de 2015 onde o m<sup>2</sup> foi de R\$ 5.000 a quase R\$ 8.000, entre abril e maio percebe-se ausência de dados; entre junho (2015) e fevereiro (2016) estabilidade entre R\$ 4.000 e 5.000, tendo crescimento nos meses de outubro e novembro. No caso do Porto das Dunas, manteve-se de fevereiro (2015) à fevereiro (2016) entre 6.000 e 7.000 o valor do m<sup>2</sup>, esses dados dizem respeito aos valores dos apartamentos, o que nos deixa próximo ao valor do m<sup>2</sup> dos resorts, no site há a tipologia Flat/ApartHotel, entrando, não disponibiliza dados para o universo.

**GRÁFICO 5 – VARIAÇÃO DO PREÇO DO M<sup>2</sup> (AQUIRAZ)**



Fonte: FIPE/ZAP – 2016; adaptado pelos autores: RODRIGUES, F.N e DANTAS, E.W.C.

Os resorts que se instalam no litoral cearense vinculam-se as políticas públicas de turismo, que ofertam condições necessárias para instalação de grupos hoteleiros, dando espaço e movimento ao capital estrangeiro, atende-se assim exigências não da população local, mas da reprodução do capital financeiro, para Carlos (2011, p.16), “o capital financeiro se associa ao setor imobiliário, atuando de forma cada vez mais clara na produção do espaço, em busca constante do lucro”.

Observa-se além da urbanização, valorização do solo litorâneo do Porto das Dunas, como se observou no gráfico anterior onde Silveira (2011, p.63) destaca que o processo ocorreu entre os anos 2004-2006, segundo ele nos anos supracitados teve-se valorização na ordem de 471%, 650% e 733%, respectivamente. O processo que se evidencia consolida-se pela ação do Estado, por meio das políticas públicas atuando em conjunto com empresas imobiliárias que representam o capital privado. Para Araújo (2012, p.37), o Estado por meio de políticas públicas, lança-se como um dos principais articuladores que promovem transformações socioespaciais, Montenegro (2012, p.9) acrescenta que

[...] o papel do estado e dos agentes do mercado imobiliário, na produção desse novo espaço urbano litorâneo, em nome do turismo, busca compreender o ofuscamento dos processos reais que atuam nessa reestruturação espacial. Verifica-se que eles se apresentam em novos padrões de organização social no qual propomos tomar a produção do espaço como um dos eixos explicativos da estratégia de acumulação de capital que move cada vez mais, as transformações socioespaciais contemporâneas.

Contribui-se dessa forma, para surgimento de uma demanda populacional não-local tomada pela classe média e classe média alta em busca de espaços para lazer. Expropria-se dessa forma comunidades litorâneas que tentam defender suas terras, contrapondo-se à lógica dos empresários, agentes imobiliários e Estado. Abre-se espaço para segundas residências, resorts, cadeias hoteleiras, restaurantes e demais equipamentos turísticos como parques aquáticos e temáticos (CORIOLANO, 2008), o que resulta em impactos em âmbito social e ambiental (SILVA, 2013), tornando-se indiscutível a fragilidade dos ambientes costeiros que se abre para o turismo. Coriolano (2008, p.279) aponta que basta olhar com acuidade para se perceber que existem alguns fatores que “arranham” a imagem do litoral como espaço propício ao turismo de sol e praia tendo destaque: poluição que prejudica a balneabilidade das praias, formas de uso do espaço litorâneo que trazem problemas à população residente, intensa especulação imobiliária que ocasiona expropriação dos chamados “povos do mar”.

O que se percebe no litoral cearense é um processo de ocupação e exploração, que se dá de forma indevida por meio de atividades de lazer, veraneio e turismo que impactam gradativamente a área. Observam-se impactos ambientais de largas proporções relacionados à apropriação da paisagem litorânea por empresários, imobiliárias e empreendedores sedentos pelo lucro. Apesar da existência da Área de Proteção Ambiental – APA do Rio Pacoti, esta sofre com os danos físicos-naturais motivados pelas construções que se concentram no espaço, ocasiona-se dessa forma desmonte de dunas, assoreamento do rio, redução da biodiversidade, principais fatores que comprometem o equilíbrio ambiental da praia.

Verifica-se acentuada urbanização litorânea, decorrente das práticas marítimas modernas e estas modificam o cenário paisagístico do Porto das Dunas, onde se fixam hotéis, residências secundária e primária (recente), resorts, condomínios fechados que agridem e comprometem o meio ambiente. No período de instalação e construção ocasionam-se sérios impactos, esses empreendimentos gradativamente produzem volumes cada vez maiores de dejetos sólidos e líquidos que comprometem a qualidade ambiental do ecossistema litorâneo. Ocupam-se dunas móveis e fixas, no primeiro caso prejudica-se o transporte natural de sedimentos, que em longo prazo pode ocasionar erosão costeira e diminuição do perfil de praia; com o desmonte das dunas, retira-se também a cobertura vegetal do ambiente, percebe-se que os próprios empreendimentos ao se fixarem na praia atuam como barreiras ao transporte natural de sedimento; aterram-se lagoas interdunares para dar espaço à edificações ao longo do litoral aquiraense, compacta-se o solo diminuindo o grau de permeabilidade.

Nesse contexto, percebe-se que a matéria-prima do turismo que é a natureza, transforma-se em mercadoria e passa a ser consumida pelo capitalismo de forma preocupante.

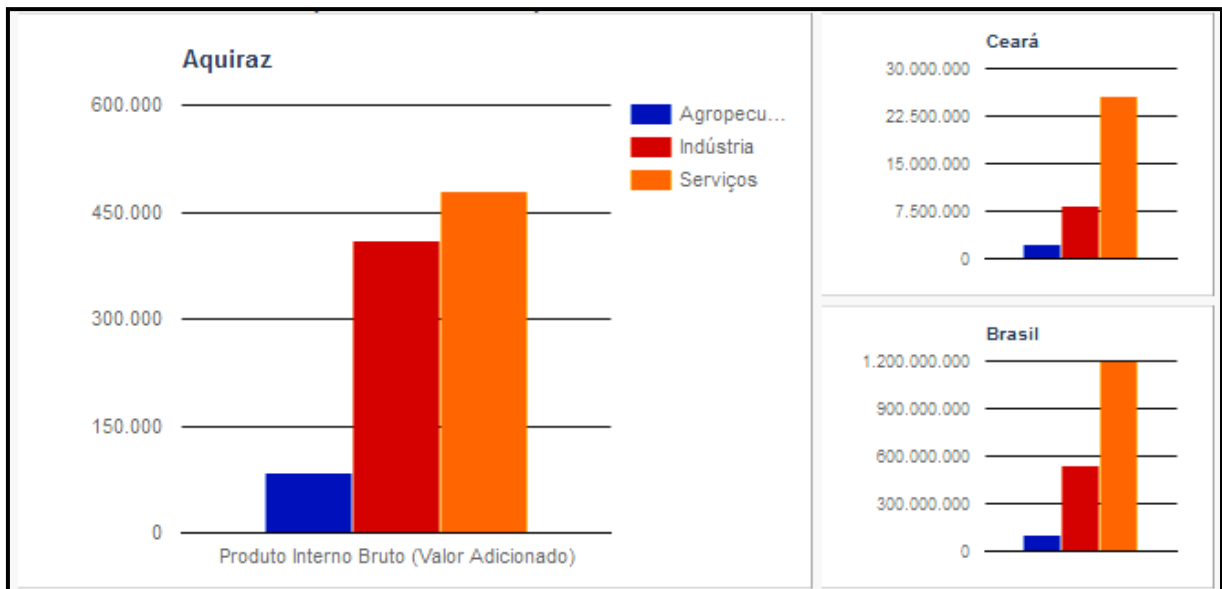
O turismo necessita dos atrativos naturais e culturais, no entanto, com o crescimento dessa atividade na zona costeira redefinem-se os padrões sociais, econômicos e principalmente ambientais. Observa-se que a atividade turística na busca do desenvolvimento, do lucro e do crescimento econômico ocasiona danos que prejudicam não só o meio ambiente, mas o homem. As modificações no uso dos espaços litorâneos agravam-se com a chegada dos especuladores que gradativamente tomam posse de grandes extensões de terra e disponibiliza-as em forma de loteamento a veranistas e empresários. O processo intensifica-se com a chegada de empreendimentos que se voltam para atividades de lazer e turismo, no dizeres de Seabra (1979), no Porto das Dunas construiu-se uma verdadeira “muralha que cerca o mar” alusão aqui apropriada, em decorrência da infinidade de empreendimentos que são implantados para atender demanda por lazer e turismo, dificultando não só o acesso à praia e a possibilidade de contemplá-la. No próximo tópico abordam-se os empreendimentos do tipo resort que se concentram na praia Porto das Dunas.

### 3.2 Resorts no Porto das Dunas, Aquiraz - CE

No município de Aquiraz de acordo com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, (IPECE, 2014) observa-se que a oferta dos meios de hospedagem no ano de 2013 apresenta um total de 39 estabelecimentos, que contabilizam 1.437 Unidades Habitacionais – UHs, o que representa cerca de 4.473 leitos. Diante dos dados, objetiva-se nesse tópico apresentar e descrever alguns dos resorts existentes no Porto das Dunas, em especial aqueles que se tornaram objeto de investigação dessa pesquisa.

Percebe-se que Aquiraz insere-se na lógica nacional e estadual onde se vislumbra o setor terciário como aquele que mais impacta o PIB – Produto Interno Bruto como se pode observar no gráfico 6 a seguir.

**GRÁFICO 6 – PRODUTO INTERNO BRUTO**



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2010.

No gráfico percebem-se três dimensões que correspondem aos setores primário (agropecuária), secundário (indústria) e terciário (serviços), sendo esse último em conjunto com a indústria os mais expressivos em Aquiraz. Nesse contexto, deixou-se claro desde o início da pesquisa, que o foco seria os empreendimentos hoteleiros presentes no Porto das Dunas classificados como resorts. Dessa forma, utilizaram-se dados e informações do site

*Resorts on Line*, da Associação Brasileira de Resorts - ABR e dos relatórios (2008, 2009, 2011, 2013 e 2014) do BSH Internacional o que contribuiu na análise dos resorts consolidados no espaço geográfico da praia supracitada. Filtraram-se os dados e informações que levaram aos seguintes empreendimentos: *Aquaville Resort*, *Beach Park Acqua Resort*, *Beach Park Oceani Resort*, *Beach Park Suítes Resorts*, *Beach Park Wellness Resort*<sup>36</sup>. Destes empreendimentos citados, apenas três estão inclusos na Associação Brasileira de Resorts – ABR: *Beach Park Acqua Resort*, *Beach Park Suítes Resorts* e *Beach Park Wellness Resort*.

O Aquaville foge à regra, pois se apresenta como condo-hotel, no entanto, torna-se importante analisá-lo e descrevê-lo tendo em vista ser um dos sócios fundadores da Associação Porto das Dunas que emerge com grande importância dentro do projeto de sustentabilidade da praia desenvolvido por empreendimentos associados, assunto abordado no tópico 4 desse trabalho. Localizado na Avenida Litorânea, o Aquaville foi construído pela Colmeia com investimentos de mais de R\$ 30 milhões, tendo como único parceiro o Beach Park que deteve 15% do investimento total. Com 498 UHs e cerca de 2.000 m<sup>2</sup>, seu grande diferencial é o rio de quase 2 km de extensão, por meio dele divide-se a área residencial do setor hoteleiro (O POVO, 1997). Em sua estrutura dispõe-se de quatro piscinas, o rio artificial é utilizado para canoagem e *Stand Up Paddle*. O empreendimento oferta três tipos de acomodação entre os 80 quartos que disponibiliza, onde os hóspedes dispõem de TV's à cabo, frigobar, ar-condicionado, internet gratuita (nos quartos e em todas áreas do hotel), além do estacionamento com serviço de limpeza disponível diariamente.

No que diz respeito ao lazer, o Aquaville oferta inúmeras atividades como quadra de tênis, passeios pelas ciclovias, pista de bicicross, *fitness center*, academia equipada com *personal trainer*, equipamentos de arvorismo, pista de *cooper* com extensão de 1,6 km. Na parte da praia privativa encontram-se duas barracas que ofertam serviços de bar, além das espreguiçadeiras que estão sempre disponíveis. A programação é voltada aos adultos, entretanto, crianças também são contempladas, observam-se monitores disponíveis em tempo integral para brincadeiras e atividades em salões de jogos, playground, quadra poliesportiva e piscina infantil; as crianças ainda podem contemplar peças de teatro infantil que fazem parte da programação do empreendimento.

No que tange à gastronomia, o Aquaville dispõe de dois restaurantes com cardápio que inclui comidas típicas e culinária internacional, o café da manhã é incluído na

---

<sup>36</sup> Cabe mencionar que os resorts do Município de Aquiraz que estão associados a ABR são Dom Pedro Laguna (Integra o complexo do Aquiraz Riviera), Beach Park Acqua Resort, Beach Park Wellness Resort e Beach Park Suítes Resort. No caso do Aquiraz Riviera este não entrou na análise, apesar de ser um resort cadastrado, pois este está fora do recorte espacial adotado nesta pesquisa que foi a praia Porto das Dunas.



diária. O Aquaville disponibiliza três tipos de acomodações *Standard* que consiste em uma suíte para casal ou solteiro com 25 m<sup>2</sup>, com ocupação máxima de três pessoas. Conta com ducha quente, Tv a cabo, frigobar e ar-condicionado e acesso Wi-fi; *Studio* acomodação ideal para casais ou famílias com crianças, tem cerca de 49 m<sup>2</sup> e possui ocupação máxima de 3 pessoas. Disponibiliza suíte com banheira, minicozinha, varanda, salas com sofá-cama, ventilador, ducha quente, TV a cabo, frigobar, ar-condicionado, acesso wi-fi; *Premium* voltado para famílias com crianças disponibiliza área de 100 m<sup>2</sup> e tem ocupação máxima de 5 pessoas. Oferta uma suíte de casal, uma de solteiro, sala de jantar, sala de estar com sofá-cama, cozinha americana, varanda, ducha quente, TV a cabo, frigobar, ar-condicionado, mas não disponibiliza acesso Wi-fi, a seguir algumas fotos do empreendimento, na figura 15 observa-se a entrada, na figura 16 o rio artificial utilizado para esportes aquáticos; na figura 17 e 18 observa-se um dos restaurantes do empreendimento, o Artesanal.



Fonte: RODRIGUES, F.N. - Trabalho de campo, 2016 e [www.aquaville.com.br](http://www.aquaville.com.br).

Descreve-se agora o maior e mais importante complexo turístico que iniciou ocupação e urbanização da praia, tornando-se chamariz para outros empreendimentos, referência ao Complexo Turístico *Beach Park* que possui mais de 200.000 m<sup>2</sup> sendo composto por um parque aquático e quatro resorts. Em 2013 o complexo ganhou o selo *Great Place to Work*<sup>37</sup>, sendo considerada uma das maiores empresas para se trabalhar no país. O Beach Park reúne cerca de 18 atrações que são classificadas em radicais, moderadas e para toda a família, utilizando-se mais de 7.773.000 litros de água para diversão e entretenimento dos visitantes.

No que diz respeito aos resorts que integram o complexo pode-se citar o *Beach Park Acqua Resort*, com padrão internacional o resort possui 13 mil m<sup>2</sup>, piscina de borda infinita, Acqualink, rio que percorre todo o complexo levando o hóspede até o parque aquático. No que diz respeito às acomodações, divide-se em apartamentos *standard*, *standart superior*, suítes júnior, suítes luxo e suítes premium. Todas essas instalações possuem TV, ar-condicionado, micro-ondas, secador, frigobar, telefone e cofre. As suítes de luxo agregam vista para praia, acomodam 4 adultos e 2 crianças, dispõe de 2 quartos, sala e cozinha completas. O resort possui 145 apartamentos, 198 suítes (187 suítes junior e 11 suítes master), todas com saleta, mini copa, frigobar, micro-ondas, TV a cabo, ar condicionado e varanda com vista para o mar.

O resort tem em seu interior o Restaurante Aquiraz, em alusão ao município onde se encontra. Adota-se serviço denominado de meia pensão onde se oferta café da manhã e jantar. No almoço apresenta-se variado serviço *à la carte*, o restaurante serve diariamente três opções de grelhados das 13 às 16 h toda semana. No jantar oferta-se *buffets* temáticos que homenageiam culinária específica do mundo e funcionam de 19 às 22h30. O empreendimento também oferece bar molhado, Toaçu Bar, onde se encontra diversas bebidas, petiscos e pratos *à la carte*; o Red Bar é outra opção encontrada nas dependências do empreendimento, tornando-se ponto de encontro dos hóspedes que desejam relaxar ao som de uma boa música, funciona no período da noite apenas.

No que tange ao lazer, o complexo dispõe da equipe de Esporte e Lazer, composta por monitores infantis e animadores denominados Beach Friends, realizam-se atividades

---

<sup>37</sup> De acordo com a revista do empreendimento, o contato e o respeito à natureza, investimentos em tecnologia e espírito inovador são três importantes elementos que tornam o Beach Park uma empresa diferenciada. A dedicação e o prazer dos colaboradores em trabalhar comprovam a qualidade do ambiente de trabalho, o Beach Park foi eleito em 2012 uma das melhores empresas para se trabalhar no Ceará de acordo com a pesquisa realizada pela Consultoria Great Place To Work (GPTW), em parceria com o grupo de comunicação O POVO. A pesquisa foi realizada com cerca de 1.800 colaboradores da empresa e os critérios utilizados foram credibilidades, respeito, imparcialidade, orgulho e camaradagem. O objetivo do prêmio é compartilhar a importância do ambiente de trabalho como ferramenta indispensável à transparência, governança corporativa e sustentabilidade das empresas.

recreativas para todas as idades como aulas de surf na *Wave School* que fica na praia em frente ao hotel, com turmas que vão de iniciantes a avançados, além de realizarem torneio nos fins de semana atribuem certificados aos alunos; existe também o teatro para shows de humor e música, há sala de jogos, de internet, massagem, *Fitness Club* (academia exclusiva para hóspedes) essas programações de lazer vai de 7h30 às 22h, além de atividades voltadas para crianças. O resort oferta uma série de comodidades, tornando a permanência do visitante mais agradável, para que não haja necessidades de saída do empreendimento, proporcionando venda de material fotográfico, protetor solar, acessórios e vestuários que levam o nome do complexo, telefones públicos, estacionamento para carros e ônibus, setor de achados e perdidos e aluguel de armários, as atrações que se pode destacar no Acqua Park são:

- Maremoto: maior piscina de ondas da América Latina;
- Insano: considerado maior tobogã do mundo, com 41 m de altura e 120 m de comprimento;
- Sarcófago: tobogã fechado com 28 m de altura;
- Moreia Negra;
- Correnteza encantada: onde o visitante pode-se deixar levar pela correnteza utilizando-se de uma boia para sua segurança;
- Atlantis: tobogã onde se desce com uma boia com cerca de 4 pessoas;
- Vulcanos: super tobogã cheio de voltas;
- Kalafrio: mais nova atração em forma de pista de skate.

Cabe destacar que a cada dois anos os brinquedos são renovados pelos *Dream Engineers*, responsáveis pelo complexo e pelas atrações do Beach Park. A seguir algumas fotos do empreendimento, na figura 19 observa-se uma imagem aérea, na figura 20 vislumbra-se uma das piscinas e na figura 21 alguns dos brinquedos aquáticos do parque, destaque ao fundo para o insano.



Fonte: Resorts Brasil, 2016.

O *Oceani Resort* também é um dos que integram o complexo Beach Park e fica há 500 m do parque aquático, no entanto, é o único que não se apresenta cadastrado na ABR. Em suas acomodações dispõe de um total de 131 quartos com ar-condicionado, minibares e cofres, neles os hóspedes utilizam internet sem fio mediante pagamento de taxa, as televisões são equipadas com TV a cabo e em todas as acomodações oferta-se escrivaninhas e telefones com linha externa direta, os banheiros possuem secadores de cabelo e produtos de toalete de cortesia.

Na dimensão lazer valorizam-se os shows de humor e música; o empreendimento disponibiliza mesas de jogos, escolinha de surf, *Beach Friends* e espaço *Kid's Club* que atende crianças e adolescentes. O *Kid's Club* atende crianças de 4 a 8 anos (grupo kids – atividades lúdicas e educativas) e de 9 a 14 (grupo radicais – atividades como o surf) desenvolvendo atividades de lazer e esporte ao longo do dia, das 9h às 21h, o espaço de recreação do Oceani também conta com piscinas, quadra de vôlei de praia, quadra de tênis, quadra poliesportiva, quiosque de jogos e massagem à beira mar, fitness e sauna, além de wi-fi livre, loja de conveniência, academia, babysitter, guest service, lavanderia, room service e acompanhamento nutricional aos hóspedes que possuem restrições alimentares.

No campo gastronômico pode-se apreciar no restaurante Palhas, café da manhã com sistema de buffet, almoço com cardápio variado e serviço *à La carte*; o jantar fica por conta de serviços de buffets temáticos, privilegiando-se tipos variados de culinária que vão da italiana à nordestina, a seguir algumas fotos do empreendimento, na figura 22 observa-se uma jangada que faz alusão ao pescador e trás em sua vela o nome do empreendimento, na figura 23 observa-se o resort com visão para o mar e na figura 24 uma das suítes da categoria *Standard*.



Fonte: Resorts Brasil e Beach Park, 2016.

Já o *Beach Park Suítes Resorts*, possui também padrão internacional com 274 apartamentos com infraestrutura para garantir conforto e lazer. Apresenta-se com 198 suítes, sendo 187 suítes júnior e 11 suítes master; as suítes são amplas e luxuosas, voltadas para o mar, o resort possui ampla área de lazer, ideal para famílias com crianças pequenas, no quesito lazer e gastronomia este conta com as mesmas atividades ofertadas pelos empreendimentos anteriormente citados e que integram a cadeia do complexo Beach Park, a seguir algumas fotos do resort, na figura 25 a piscina que circunda o empreendimento, na figura 26 uma das suítes modelo júnior e na figura 27 a entrada do resort.



Fonte: RODRIGUES, F.N - trabalho de campo 2016, Resorts Brasil e Beach Park.

O Beach Park Wellness Resort, último empreendimento que integra o complexo Beach Park, além de ser um dos maiores Resorts SPA do Nordeste, atrai diversos turistas ao longo do ano para tirar férias e relaxar com família e amigos. O resort possui 94 apartamentos de dois ou três quartos de 58 a 135 m<sup>2</sup> com essas dimensões segundo o site do empreendimento torna-o ideal para família, casal em lua de mel, melhor idade e grupo de amigos.

No quesito lazer o empreendimento disponibiliza quadra poliesportiva, playground externo, três piscinas, hidromassagem, área de exercício ao ar livre, spa, salas de massagens, saunas a vapor e seca, bar molhado, redário, tenda zen, brinquedoteca, lob bar tematizado *Stella Artois*, salão de jogos, fitness, baby e kids e equipe de recreação. O resort ainda conta com SPA assinado por L'occitane, com diversos tratamentos, piscina externa e banheira de hidromassagem. As áreas comuns possui wi-fi (sobretaxa). Oferta-se um restaurante, bar ao lado da piscina; o café da manhã é incluído na diária, as comodidades adicionais incluem recreação infantil, academia, sauna seca e estacionamento que é cortesia.

Na dimensão gastronômica pode-se desfrutar dos produtos Chandon, com pratos exclusivos, assinados pelo *Chef Bernard Twardy* em *Chandon Bubble Lounge Beach Park*, além de música ambiente oriunda do Projeto Praia Sons. A seguir apresentam-se nas figuras 28, 29 e 30 fotos do Wellness Resort tiradas em trabalho de campo.





Fonte: RODRIGUES, F.N – Em trabalho de campo, 2016.

Ao se realizar a descrição dos empreendimentos na praia Porto das Dunas, constata-se o que esses resorts proporcionam aos visitantes, turistas e clientes em geral que se direcionam a esses espaços destinados ao descanso, tranquilidade, entretenimento, lazer, nos e também a magnitude desses empreendimentos, o que leva a pensar o quanto o espaço litorâneo cearense, e outros em âmbito nacional e internacional são ocupados e impactados pela construção e concretização de projetos dessa envergadura.

O tamanho desses empreendimentos leva autores a denominar os resorts de megaempreendimentos Isso conduz à vários questionamentos, quem legitima isso? Quais as

leis e órgãos que permitem que empreendimentos desse porte se instalem no litoral cearense uma unidade geoambiental de extrema fragilidade. Esses questionamentos leva à construção do tópico a seguir, que tem por objetivo analisar parte dessa política ambiental e órgãos do Estado que realizam licenciamentos ambientais e permitem a instalação dos resorts litorâneos, para que dessa forma busque-se respostas aos questionamentos da pesquisa.

### **3.3 EIA-RIMAs e Licenciamentos Ambientais como veículos de legitimação na construção dos resorts no Porto das Dunas, Aquiraz - CE**

Um dos instrumentos legais mais importantes da Política Nacional do Meio Ambiente é o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), estabelecido pela Lei nº 6.938/81. O EIA tem como objetivo identificar, prevenir e compensar alterações ambientais que podem ser prejudiciais ao meio ambiente, sendo estas produzidas por empreendimentos, atividades ou ações de significativo impacto ambiental. O EIA apresenta-se como mecanismo administrativo preventivo e obrigatório de planejamento e prima pela preservação da qualidade ambiental.

O EIA é utilizado como instrumento para a realização do licenciamento ambiental<sup>38</sup> em obras, atividades ou empreendimentos que podem ocasionar significativa degradação ambiental, busca-se por meio dele minimizar, mitigar ou compensar impactos ocasionados e se possível evitá-los. Para evitá-los é preciso que se realize um Estudo de Impacto Ambiental ou manifestações públicas que apontem a ocorrência de impactos ambientais inaceitáveis, onde quem sai beneficiada é a sociedade, pois se não houver a construção do empreendimento os impactos que ele poderia ocasionar serão evitados. O EIA deve ser realizado por equipe multidisciplinar e deve ser apresentando à população afetada ou interessada por meio de audiência pública, obedecendo-se o que está previsto na Constituição Federal, de acordo com a lei da Política Nacional do Meio Ambiente anteriormente citada e regulamentada pela Resolução CONAMA 001/86.

No Ceará a Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE, autarquia criada pela Lei Estadual Nº 11.481 de 28 de dezembro de 1987, vinculada ao Conselho de Política e Gestão do Meio Ambiente e a Secretaria de Meio Ambiente - SEMA, são responsáveis por administrar 22 Unidades de Conservação estaduais e um corredor ecológico. A SEMACE é o órgão que emite licenciamentos ambientais no Estado, realiza a licença prévia por meio da aprovação do Conselho Estadual do Meio Ambiente – COEMA de acordo com a Lei Estadual nº 11.411 é um órgão colegiado vinculado de forma direta ao Governador

---

<sup>38</sup> No dia 27/04/2016 uma Comissão do Senado aprova PEC 65/2012 de autoria do Senador Acir Gurgacz que derruba o licenciamento ambiental para obras, além de um retrocesso é um ultraje a legislação ambiental brasileira. Agora se basta apresentar um simples Estudo de Impacto Ambiental (EIA) pelo empreendedor e nenhuma obra poderá mais ser suspensa ou cancelada. Ou seja, o processo de licenciamento, que analisa se um empreendimento é viável ou não a partir dos impactos socioambientais que pode ocasionar deixa de existir. Para ser aprovada deve ser discutida e votada em cada uma das casas do Congresso Nacional, em dois turnos e precisa ter 60% de votos dos membros do Senado e da Câmara.

do Estado e tem jurisdição em todo o Ceará, tendo como objetivo assessorar o Chefe do Poder Executivo em assuntos de política de proteção ambiental. A estrutura do COEMA agrega 35 representantes, destes dois na Assembleia Legislativa e um nas demais entidades do poder público como universidades, ambientalista, sociedade civil e representante de classes profissionais de nível superior (SEMACE, 2010). Vamos agora entender como se dá o processo.

O EIA foi criado pelo CONAMA 001/1986 e tem como objetivo licenciar ou não empreendimentos de várias magnitudes. A realização de um EIA necessita de orientação da autoridade ambiental responsável pelo licenciamento no Ceará, a SEMACE. Esse órgão governamental apropria-se de instruções, técnicas específicas, termos de referência, para que dessa forma indique a abrangência do estudo e fatores ambientais que devem ser considerados detalhadamente. O EIA deve compreender: descrição do projeto e suas alternativas técnicas, etapas de planejamento, construção, operação, delimitação e diagnóstico ambiental das áreas de influência; identificação, medição e valoração dos impactos positivos e negativos que serão ocasionados ao meio ambiente; previsão de situação futura com ou sem implantação do projeto; deve identificar medidas mitigadoras, definir planos de monitoramento e controle de impactos gerados. De acordo com Albuquerque (2009, p.76), a necessidade de se realizar Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) deu-se ainda na década de 1980, “com audiências públicas, aprovações em diferentes níveis de organização do Governo, entre outras, para empresas potencialmente poluidoras”.

Observa-se que o EIA é um levantamento das dimensões sociais, econômicas e ambientais do espaço que será afetado pela obra, colocando-se à frente de possíveis impactos que a obra acarretará, para que se tome medidas cabíveis para minimizar ou compensar os impactos; cabe lembrar que cada EIA corresponde a um Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, pode-se distinguí-los pelo fato de que o EIA é um documento produzido em linguagem técnica e apresenta-se bem detalhado sendo construído por meio de estudos, pesquisas, observações e análises dos aspectos ambientais que se relacionam à localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos que possam afetar o meio ambiente; compreende diagnóstico ambiental, análise preliminar de risco, plano de manejo, plano e projeto de controle ambiental e plano de recuperação de áreas degradadas. Quanto ao RIMA esse ajuda na compreensão do EIA e possui linguagem simplificada, destinado a interessados e pessoas afetadas por empreendimentos ou atividades que se encontram em fase de licenciamento ambiental prévio (LP). O RIMA tem como objetivo explicar o conteúdo do EIA por meio de linguagem adequada para compreensão de pessoas leigas.

O EIA e o RIMA são instrumentos do licenciamento ambiental, procedimento administrativo realizado pelos órgãos ambientais competentes da esfera federal, estadual ou municipal, de acordo com a especificidade do projeto. Por meio dele é que se pode licenciar instalações, ampliações, modificações e operações de atividades e empreendimentos que utilizam recursos naturais e que se encontram na condição de poluidores potenciais ou que possam ocasionar degradação ambiental. O licenciamento também é um instrumento de gestão ambiental estabelecido pela Política Nacional do Meio Ambiente.

Em 1997 o CONAMA por meio da Resolução n° 237 definiu as competências da União, Estados e Municípios, dessa forma determinou-se que o licenciamento deve ser realizado sempre em um único nível de competência. Segundo as leis voltadas para política ambiental de Aquiraz para que se obtenha o licenciamento ambiental, o órgão competente exige:

- I. Estudos das Alternativas Minimizadoras do Impacto Ambiental e de Vizinhança;
- II. Plano de Controle Ambiental;
- III. Plano de Recuperação de Área Degradada;
- IV. Outros Estudos ambientais exigidos de acordo com o impacto ambiental do empreendimento.

De acordo com membros da equipe multidisciplinar da SEMACE, o primeiro passo para o licenciamento é o empreendedor entrar em contato com o órgão tendo o projeto em mãos ou pelo menos a poligonal do terreno onde se quer construir e dar entrada no licenciamento prévio. Nessa fase um técnico do órgão avalia e orienta se há necessidade de algum estudo e qual. No caso do Porto das Dunas sempre vai ser necessário, pois se localiza em zona costeira, espaço sensível a obras de grande porte. Sendo necessário licenciar, o interessado entra com o pedido e depois do técnico do EIA-RIMA aprovar o licenciamento prévio, o próximo passo é pedir a licença de instalação que dá o poder de construir. Passada essa etapa se o empreendedor apresentar toda a documentação necessária ele entra com o pedido da terceira e última etapa que é a licença de operação que dá legitimidade ao empreendimento entrar em funcionamento. Essa licença tem prazo de validade e se houver ampliação do resort deve-se solicitar licença de ampliação.

É por meio do licenciamento que se avaliam os impactos ocasionados por empreendimentos como os aqui analisados Beach Park e Aquaville Resort, por meio desse instrumento analisa-se a capacidade de geração de líquidos poluentes, resíduos sólidos,

emissões de gases à atmosfera, ruídos, potencial de risco, explosões, incêndios. Grande parte dos danos ambientais são ocasionados ainda no período de instalação dos empreendimentos. Cabe destacar que toda construção gera impactos ao meio ambiente, as licenças ambientais estabelecem apenas condições propícias para que a atividade ou empreendimento ocasione o menor impacto possível ao meio ambiente, ou seja, o impacto sempre vai existir as licenças ambientais apenas diminuem suas proporções, por esse motivo qualquer alteração no empreendimento deve ser submetida a novo licenciamento e solicitação de Licença de Ampliação. Ressalta-se que além de atividades econômicas específicas e dos empreendimentos, o veraneio, atividade anterior aos resorts também ocasionou sérios impactos a costa litorânea, como destaca Clementino (2010, p.1999) na passagem a seguir,

A atividade de veraneio teve, pois, caráter impactante sobre a costa litorânea em vários aspectos: a) em termos ambientais, principalmente em relação à capacidade (ou à incapacidade) dos poderes públicos de regular o uso do solo e estabelecerem uma política urbana compatível com as exigências do novo ordenamento territorial; b) no aspecto social, a atividade desorganiza a sociabilidade das localidades costeiras e inaugura um mercado de terras ávido e muito especulativo, gerador de conflitos e tensões. Além disso, os poucos empregos que gera são sazonais.

A SEMACE reconhece os impactos ocasionados pelos empreendimentos que se concentram no Porto das Dunas, aparenta até um certo ar de convivência. No caso do Beach Park, apesar de ser mais antigo do que o órgão ambiental o licenciamento encontra-se na SEMACE. Obedeceu-se a todas as etapas, todo o complexo possui licença de operação, desde o início. Segundo a SEMACE o empreendimento sempre entregou as documentações necessárias, no entanto, afirmam que não deixa de ser um empreendimento que ocasiona potenciais impactos, por conta da grande dimensão que possui, mas sempre está sendo monitorado e não se encontra nenhum problema, relatou um dos membros da equipe de licenciamento. No caso do Aquaville Resort, esse se instalou em uma planície de deflação, que de acordo com a SEMACE não há maiores problemas, o que deveria ser preservado o empreendimento respeitou e o que tinha de ser atendido no licenciamento também foi concretizado e destaca algo interessante, quando perguntado sobre as contradições presentes na legitimação e construção desses empreendimentos, o assunto deságua sobre o Aquiraz Riviera, resort que não se concentra no Porto das Dunas, mas que apresenta sérios problemas na construção, pois,

O Aquiraz Riviera, já é mais complicado, porque na época de seu licenciamento tinha-se as legislações federais denominadas de CONAMAS, na época quem fez o licenciamento foi uma empresa que autoriza um percentual específico para se ocupar as dunas móveis, entretanto, o ministério público federal e estadual nas suas esferas estão revendo vários processos que foram licenciados nessa área de dunas. Então o Aquiraz Riviera, algumas coisas ele pode e outras não, ele foi aprovado por meio de

um EIA-RIMA, mas todo EIA-RIMA que saí em fase de licenciamento prévio, saí com o condicionante para cada etapa dele, por exemplo, ele é dividido num campo de golfe, em três hotéis, num loteamento, num sistema viário, num sistema de abastecimento de água, num sistema de abastecimento de esgoto. Cada um desses precisa de um licenciamento de instalação específico para ele, para ser analisado especificamente. Então tem muita coisa do Aquiraz Riviera que está em processo, ou seja na etapa de licença de instalação, pois ele ainda não está completamente instalado e tem muitas etapas dele que não vão mais poder ser instalada, mesmo ele tendo sido aprovado a época por uma legislação que permitia, porque não se construiu, nem pediu a licença dentro daquele prazo determinado, é um processo mais complexo aqui dentro da SEMACE o Aquiraz Riviera.

Observam-se contradições no processo de implantação desses empreendimentos, tendo em vista que no município de Aquiraz, licenciamentos voltados para esse tipo de equipamento que se concentram no litoral, baseiam-se nas Leis Ambientais SINIMA – Sistema Nacional de Informações Ambientais e o município tem o dever de informar, baseando-se na lei de uso e ocupação do solo se o terreno está apto a ser ocupado, para isso emite-se documentação denominada de anuência e nela determina-se a área que o empreendimento pretende utilizar e se essa insere-se nos parâmetros estabelecidos por lei. Dessa forma, comunica-se a SEMACE por meio de ofício, endereçado ao Secretário Estadual do Meio Ambiente e assinado pelo prefeito de Aquiraz, para saber se o município está apto para realização do licenciamento e fiscalizações ambientais cujo o responsável é a secretaria do meio ambiente do município, que nutre parceria com a SEMACE e SEMA no desenvolvimento de trabalhos de educação ambiental, campanhas e fiscalizações voltados para Unidade de Conservação que é a APA do rio Pacoti, no entanto, observa-se que uma das problemáticas em se fiscalizar e fazer cumprir as leis ambientais é a falta de recurso, falta de pessoal dentro das secretarias e a burocracia fatores que colaboram para se gerar mais impactos ambientais, como bem destacou a gerente da APA presente na SEMA.

Eventos como esses citados não deveriam ocorrer, pois de acordo com as leis de uso e ocupação do solo de Aquiraz nenhuma licença, alvará ou concessão para uso do solo seja de caráter público ou privado é expedido sem a devida verificação prévia de onde se enquadra a atividade, se essa deve ser licenciada para se definir tipo, porte e características, sempre baseando-se nos padrões estabelecidos por lei. No município para que haja qualquer tipo de aprovação ou licenciamento referente a parcelamento do solo, execução de obras, construções, atividades que se concentram em áreas de preservação é necessária a emissão de pareceres favoráveis do órgão municipal, SEMACE e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA observa-se nitidamente que as leis e fiscalizações possuem falhas facilitando a instalação de empreendimentos como Aquiraz

Riviera que se instalam de maneira incongruente ocasionando impactos de grandes proporções.

Dessa forma, o que se pode observar no Porto das Dunas é que mesmo com os órgãos competentes, leis ambientais de cunho federal, estadual e municipal, esse espaço foi e está sendo acometido pela especulação imobiliária, impactos ambientais, supervalorização do solo urbano e quando se pergunta como se deu esse processo quem o legitimou? Fica fácil de compreender diante da fala de um dos técnicos em meio ambiente da SEMACE, “o Porto das Dunas é uma área muito complicada de ser licenciada, até porque na época onde era primordial a existência de licenciamentos foi o mesmo momento de criação da SEMACE”. O que se observa nessa fala, é que no período de construção e consolidação de casas de veraneio, hotéis, pousadas essas construções deram-se de forma desregulada, sem um órgão competente para fiscalizar e o que foi feito a partir daí foi impor restrições nas construções que viriam a ser construídas no futuro, mas as que haviam se consolidado nada poderia ser feito, os impactos assim consolidaram-se. Por isso, mesmo com todas as leis, órgãos fiscalizadores, políticas ambientais ainda identificam-se construções que impactam sensivelmente a área. Outro fator que também corrobora é que muitos EIA-RIMAS são realizados sem rígidos critérios científicos necessários, constroem-se análises negligenciadas, isso se deve aos interesses econômicos que permeiam os empreendedores que buscam vantagens econômicas a todo custo, como bem destaca um dos técnicos ambientais da SEMACE,

[...] um empreendedor de um resort ele quer ganhar dinheiro em cima de cada hospedagem, de cada pessoa que vai para lá, então às vezes as pessoas não tem critério na hora de construir, [...] e na hora de usar o meio ambiente surgem os impactos, justamente pela falta de critérios, a fiscalização do licenciamento serve para impor limites obrigatórios ao empreendedor para que ele não ultrapasse as barreiras do meio ambiente, não prejudique-o, não contamine o solo, o ar nem destrua áreas que não podem ser ocupadas, como áreas de preservação permanente como as dunas. A fiscalização só existe por conta do licenciamento, com essas duas ferramentas ainda ocorre construções indevidas e impactos imagine se não existissem.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA por meio da resolução 1/86 aponta que o impacto ambiental apresenta-se como alterações no que diz respeito as propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, que são ocasionadas por qualquer tipo de matéria ou energia resultantes de atividades humanas que podem afetar de forma direta ou indireta um ecossistema, saúde, segurança e bem-estar de uma população, atividades sociais e econômicas; biota, condições estéticas, sanitárias, qualidade dos recursos



naturais. O EIA-RIMA enfatiza que os maiores impactos geralmente ocorrem no momento de construção do empreendimento, período onde ocorre intervenção no espaço que o resort será construído, nesse momento impacta-se a cobertura vegetal que é retirada, deixando-se a superfície exposta e livre para interferência dos ventos, tornando muitas vezes dunas fixas ou semifixas em móveis, atenuando os níveis de erosões costeiras. Os campos de dunas são um dos principais espaços impactados pelas construções e canteiros de obras, que ocasionam significativas mudanças na paisagem litorânea em decorrência do manejo constante de estruturas, materiais e equipamentos que não condizem a realidade ambiental litorânea. Muitas vezes os empreendimentos ao se fixarem em locais indevidos apresentam-se como barreira física para a dinâmica natural do transporte de sedimentos.

Cabe destacar que as obras também geram grande quantidade de resíduos líquidos, sólidos e orgânicos descartados nos arredores das construções, a coleta seletiva de lixo não é eficaz, o que agrava ainda mais o problema. O Secretário Executivo da Associação Porto das Dunas destaca que ainda ocorre problemas com coleta de lixo em decorrência de problemas de acesso ou falta de repasse de verbas da prefeitura para empresa responsável. Destaca também que a maioria dos empreendimentos localizados na praia ainda utilizam fossas sépticas que é um problema grave, pois polui-se o solo e o lençol freático e muitos empreendimentos abastecem-se da água oriunda do subsolo. O Aquaville possui poços artesianos e o Beach Park também tem diversos poços profundos para abastecer o parque aquático.

A análise da lei orgânica do município, revela que essa realidade destoa da lei orgânica que aponta que o município deve possuir um ambiente ecologicamente equilibrado e que a qualidade de vida é direito inalienável do cidadão, fazendo com que Aquiraz em conjunto com a população tornem-se responsáveis em preservá-lo e defendê-lo para as gerações atuais e futuras, dessa forma põe-se em debate para quem é esse ambiente ecologicamente equilibrado? Observa-se que esse não seja para população autóctone e sim alóctone, pois se observa que os empreendimentos possuem toda infraestrutura para atender turistas e visitantes, ambiente limpo, sadio, água potável, segurança e no caso do Beach Park até estação de tratamento de água com capacidade para tratar um município de pequeno porte, mas cabe ressaltar que de certa forma já ameniza a poluição do litoral.

Pode-se destacar que existem diversas leis que versam sobre a preservação do meio ambiente, com o intuito de amenizar os impactos ou até mesmo evitá-los, entretanto, não são cumpridas em sua totalidade, em virtude disso observam-se empreendimentos alocarem-se no espaço litorâneo em decorrência das falhas nos instrumentos legais e nas fiscalizações

que se propõem proteger o litoral. Medidas mais restritivas não são impostas às construções e dessa forma emergem usos, ocupações e urbanização de forma irregular na zona costeira.

No Brasil podem-se destacar três instrumentos que se direcionam à zona costeira, no entanto, não apresentam restrições ao uso e ocupação do solo costeiro são eles: Decreto-Lei nº 9.760/1946 que estabelece os Terrenos de Marinha; a Lei Federal nº 7.661/1988 que é o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro; e por último o Decreto Federal nº 5.300/2004 que tem por objetivo gerenciar as zonas costeiras. Moraes (2007, p.63), destaca que toda produção de espaços no Brasil é caótica, e na urbanização das zonas costeiras não se foge a regra, a velocidade dos processos só agrava ainda mais. Segundo ele, do ponto de vista ambiental, o problema agrava-se ainda mais em decorrência do alto nível de vulnerabilidade que esse espaço possui, fazendo-nos observar que a problemática parte de três vetores: velocidade com que ocorrem os processos, volume da urbanização e fragilidade desse ecossistema costeiro. Para o autor, o que deve ser feito é o planejamento voltado para zona litorânea: planejamento preventivo em áreas que apresentem baixo índice de ocupação e o corretivo, buscando-se solucionar problemas já existentes.

É nesse contexto que o ano de 2010 apresenta-se como pedra angular no processo de sustentabilidade da praia, emerge diante de toda problemática aqui retratada a Associação Porto das Dunas (Ap. Dunas). Em meio a especulação imobiliária, proliferação de segundas residências, hotéis, condo-hotéis, resorts, condomínios fechados, pousadas agravaram-se gradativamente, os problemas existentes na praia, surgindo a necessidade de se criar algum mecanismo de cobrança por mais responsabilidades e que pudesse atuar com maior ênfase no processo de fiscalização e ordenamento urbano-litorâneo da praia, constrói-se dessa forma a associação com apoio de dois sócios fundadores do Aquaville Resort e Beach Park. Instituem-se a associação que tem por objetivo traçar metas e projetos voltados para a sustentabilidade da praia, agregando associados que apoiem-na no processo de cobrança, de fiscalização, de responsabilidade para com o meio ambiente e sobretudo à vida, assunto abordado no próximo tópico.

#### 4. ASSOCIAÇÃO PORTO DAS DUNAS E A IDEIA DE SUSTENTABILIDADE

Num primeiro momento teve-se a ideia de fundar uma Associação voltada para os Empreendimentos Comerciais do Porto das Dunas, com o objetivo de realizar ações de promoção e divulgação da praia, no entanto, estava em processo a construção da associação de moradores do Porto das Dunas. A Associação Porto das Dunas é um fenômeno recente que data do final de 2009, sendo concretizada de fato em 2010, e que emerge em meio a um projeto que se volta para a sustentabilidade da praia. Observou-se que havia um crescimento de forma desordenada, permeado de impactos ambientais, especulação e conflitos imobiliários. Então optou-se por adotar fiscalizações e medidas mais incisivas no processo de inserção de empreendimentos que viriam a se instalar, decidiu-se que só dessa forma poderia se ter maior controle, coordenação e desenvolvimento urbano de forma responsável, tendo em vista que o espaço ainda carece de infraestrutura no que tange ao saneamento básico, vias de circulação, drenagem, coleta de lixo e abastecimento de água. Nesse contexto, efetiva-se a criação da associação que se volta, integralmente, para o desenvolvimento sustentável<sup>39</sup>, qualificação do destino e apresentação das boas condições de infraestrutura e segurança do espaço. Para Albuquerque *et al* (2009, p.20) pensar a sustentabilidade<sup>40</sup> é saber que esse é um conceito que está interligado a três fatores: “1. Uso com racionalidade dos recursos da Natureza; 2. Respeito a capacidade de suporte (regenerativa) dos ecossistemas; 3. Compromisso com as gerações futuras”

Na fase inicial do projeto foram priorizados três vertentes específicas no campo ambiental, social e econômico, para que dessa forma as atenções se voltassem para questões de cunho sustentável, melhoria da infraestrutura e controle do crescimento urbanístico da praia. Segundo representante da Associação, nada melhor do que um grupo local se organizar e ele mesmo traçar mudanças de atitude para proteção do litoral, tendo em vista que outrora

---

<sup>39</sup> Para Leff (2002, p.15-19), desenvolvimento sustentável se define como aquele que busca atender as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras. [...] Ao falar em sustentabilidade, aponta-a como critério normativo para reconstrução da ordem econômica, torna-se condição necessária para sobrevivência humana só assim pode-se chegar a um desenvolvimento de longo prazo, que questione as próprias bases de produção.

<sup>40</sup> De acordo com Callado e Fensterseifer (2009, p. 213), a palavra sustentabilidade vem do latim *sustentare*, que significa sustentar, suportar, ou seja, a possibilidade de uma organização garantir a sua continuidade e perenidade. De acordo com Hueting e Reijnders (1998), a noção de sustentabilidade tem uma longa história intelectual que aborda um conceito de “estacionário” ou economia em um “estado estável”, apresentado e discutido pelos economistas do século XIX. Esse conceito designa um estado de equilíbrio entre a produção e os recursos naturais.

ao se instalarem, os resorts ocasionaram sérios impactos ao meio ambiente e há de se ressaltar que ainda ocasionam. Os empreendimentos reconhecem que necessitam da natureza, do espaço onde estão inseridos para realização de propagandas como forma de atrair turistas, visitantes e hóspedes, que não é interessante continuar poluindo e impactando o espaço litorâneo, pois a natureza é condicionante fundamental para o marketing turístico dos resorts. Posição que é comprovada na fala do gestor ambiental do Complexo Beach Park, referindo-se ao valor da paisagem litorânea que lá se encontra,

[...] quando eu olho para aquela praia eu quero que ela se mantenha daquela forma que ela está hoje, porque daquela forma ali, eu posso dizer que ela é uma das melhores praias do Ceará para se tomar banho. Ela é muito limpa, vento muito bom, ar muito puro, então vende-se esse produto no Beach Park, o meio ambiente é o nosso produto principalmente quando é voltado para os hotéis; o que é que o turista quer? Ele quer sair de uma cidade estressante e quer vir para praia, então se ele chega aqui e tem uma praia poluída não é legal para ele, então principal foco do Beach Park é preservar o que nós temos a oferecer que é a praia, o produto da gente.

Percebe-se na fala que a praia se apresenta como um produto a ser ofertado para o consumidor, nesse contexto nota-se a necessidade de minimizar os impactos ao ecossistema litorâneo, dessa forma pensa-se em formas de amortecer os impactos, mantendo a praia com menores índices de poluição e com qualidade ambiental distinguindo-a das demais. De acordo com um dos associados, para que a praia continue sendo um destino turístico de sucesso econômico é preciso consolidar um projeto de sustentabilidade, no qual se pense nas questões ambientais, na geração de empregos, renda e valorização patrimonial, segundo ele torna-se mais fácil vender um destino se ele possui caráter sustentável, pois hoje os turistas apresentam-se mais exigentes. Nesse contexto, faz-se a seguinte reflexão: ao se observar a preocupação em se produzir um plano de sustentabilidade para praia, este apresenta-se em virtude de uma tomada de consciência ambiental ou apenas como mais uma estratégia de venda de um espaço turístico?

A ideia de criação da associação é apresentada para algumas pessoas do complexo turístico Beach Park e Aquaville Resort, que se identificam com a proposta, dando apoio incondicional e no final de 2009 iniciam-se os trabalhos para fundar a associação com a participação de empreendedores<sup>41</sup>, e moradores. A ideia inicial é reunir todos os interessados na associação, para que juntos se iniciem as cobranças, exigências, fiscalizações e propostas

---

<sup>41</sup> O secretário executivo da associação destaca que não importa a dimensão do empreendimento, ou qual tipo de função exerce no Porto das Dunas, basta querer se filiar e pagar uma taxa específica mensalmente à associação, que não chega a R\$ 20, 00 reais. Os empreendimentos podem ser de qualquer natureza como comércio, posto de gasolina até de grande porte como o Beach Park.

de novos projetos para a praia. Exigir da prefeitura de Aquiraz e das Secretarias de Infraestrutura, planejamento, turismo, meio ambiente que lancem alternativas voltadas para a sustentabilidade do espaço e que essas ações se concretizem de fato no espaço geográfico Porto das Dunas, que saiam do papel. É nesse contexto que em agosto de 2010 cria-se a Associação Porto das Dunas, tendo como objetivo principal propor e executar planos de sustentabilidade para à praia.

Nota-se que não há apenas uma preocupação com a praia para que esta se desenvolva de forma sustentável, encontra-se no discurso da associação uma preocupação em manter a valorização do solo urbano, nutre-se a ideia de que ao passar dos anos, a praia tenha a mesma capacidade de crescimento, mas de forma organizada, com valorização no setor imobiliário, turístico e de moradia qualificada no município de Aquiraz. O Secretário executivo, mostra certa preocupação ao fazer comparação com outra praia situada no litoral à oeste da capital,

A exatamente alguns anos atrás Icarai era exatamente parecido com isso aqui, próximo a capital, boa localização ao oeste de Fortaleza, com todo um potencial de crescimento, experimentou um boom de ocupação, de desenvolvimento imobiliário, sem o menor planejamento sem a menor preocupação do governo e da prefeitura, e hoje se tornou o que você sabe o que é, uma praia que subutilizou o potencial dela e é justamente isso que a comunidade junto com a associação não quer. Eles querem que aqui cresça com infraestrutura, com segurança, com limpeza urbana, com responsabilidade social, ambiental e sustentabilidade política, mas não no sentido de estar com um grupo A, B ou C, hoje na prefeitura está o grupo A, amanhã o B depois o C, mesmo que a gestão mude, nós sempre iremos querer trabalhar com o poder público independente de partido ou gestão que esteja, porque sem a ação da prefeitura ninguém faz nada.

O que o secretário executivo frisa é assunto abordado no trabalho de Silveira (2011, p.63), no que o autor destaca que o processo de erosão costeira ocorrido no Icarai em decorrência da construção do Porto do Mucuripe em Fortaleza, apresenta-se como um condicionante que tornou o preço do solo urbano de lá mais baixo e acessível se comparados aos das praias de Fortaleza e Aquiraz entre os anos 2004-2006. O processo de erosão permitiu o avanço do mar que destruiu algumas casas, fato que ocasionou oscilações no valor do solo urbano e dos imóveis. Com baixa valorização e preços mais acessíveis, houve uma desvalorização imobiliária e subutilização da praia como bem destacou o secretário executivo da associação, ao se mostrar preocupado que esse fenômeno incida sobre o Porto das Dunas.

Percebe-se que existe um comprometimento da associação para com o espaço litorâneo do Porto das Dunas, nota-se que para eles não interessa qual grupo ou partido compõe a gestão da prefeitura do município, o que se tem como prioridade é dar continuidade

ao trabalho realizado por eles independente de gestão, não há interesses e nem prioridades em se trabalhar com grupos específicos da política, o que importa é continuar com os objetivos de crescimento urbano-litorâneo, mas que se tenha infraestrutura para isso e que o processo concretize-se com segurança, limpeza urbana, sustentabilidade, responsabilidade ambiental e social.

No início um dos entraves enfrentados foi na questão da adesão e o estigma que associação carregava por ser formada por condomínios e empreendimentos, mesmo assim os interesses continuaram em busca de maior número de associados e também de melhor infraestrutura para que houvesse de fato retorno aos associados. A Associação conta com 21 associados, desses apenas cinco são residências, os demais são empreendimentos. Totalizam cerca de 750 unidades habitacionais em condomínios ou residências e cerca de 600 unidades habitacionais em hotéis, entre os empreendimentos está o Beach Park, o restante são condomínios. O Aquaville tornou-se sócio fundador por meio do conselho de moradores dele, assim como Portamaris e o Vila do Porto, não há predomínio de grupos empresariais, nos condomínios o que se observa são grupos de pessoas que fazem parte do sistema de condomínios e que desde o início aprovaram a ideia da associação. Dentro da associação considera-se como empresas apenas o Kalamari Hotel, Aquaville e o Complexo Beach Park, totalizando 6 empreendimentos, a seguir apresenta-se quadro com todos os associados.

### QUADRO III – RELAÇÃO DE ASSOCIADOS

<b>RELAÇÃO DOS ASSOCIADOS DO PORTO DAS DUNAS</b>	
<b>EMPREENHIMENTO/RESPONSÁVEL</b>	<b>CATEGORIA</b>
Beach Place Resort	Condomínio Residencial
Condomínio Parque das Ilhas	Condo-hotel
Aquaville Resort	Condo-hotel
Condomínio Vila do Porto	Condomínio Residencial
Condomínio Portamaris	Condo-Resort
Porta Firenze	Condomínio Residencial
Porto Beach	Condomínio Residencial
Kalamari	Hotel
Condomínio Villaggio do Porto	Condomínio Residencial
Condomínio Parque das Ilhas	Water-Home Resort

Beach Park Suítes Resort	Resort
Oceani Beach Park Resort	Hotel
Beach Park Acqua Resort	Resort
Beach Park Wellness Resort	Resort
Brasil U.S.A (New York)	Restaurante
Pousada Tropical Ilhas	Pousada
Terramaris	Condo-Resort
Eliana Cristina (moradora)	Residência
Germano Frank (morador)	Residência
Sonivaldo José de Lima (morador)	Residência
Evandro Soresen (morador)	Residência
Lilian Adeodato (moradora)	Residência

Fonte: Associação Porto das Dunas, 2016; adaptado pelo autores: RODRIGUES, F.N e DANTAS, E.W.C.

No que diz respeito aos associados, de acordo com a Associação os empreendimentos mais envolvidos que estão dando apoio de forma incondicional são o Beach Park, Kalamari Hotel, Aquaville Resort, Condomínio Parque das Ilhas e Condomínio Vila do Porto. Segundo eles, esses empreendimentos são a “locomotiva” da associação, mas também destacam empreendimentos como o Beach Place recém ingresso, que deu maior credibilidade para a associação, ampliando a área de atuação que agora estende-se até a praia do Japão. Há ainda dois grandes empreendimentos que estão em fase de construção o Golf Ville e o Mandara que têm interesse em se associar. A ideia é agregar o maior número de associados para que juntos a Associação alcance os objetivos.

De acordo com representantes da Associação, desde a gestão do Prefeito Edson Sá, busca-se manter articulação com a prefeitura. No caso das secretarias, informa que existem algumas que mantêm maior envolvimento, como a secretaria de meio ambiente, a de turismo, de infraestrutura, informa ainda que durante esses seis anos manteve-se bom relacionamento com essas secretarias, tendo em vista que possuem objetivos similares aos da associação, de solucionar os problemas existentes na praia e desenvolver ações pautadas na sustentabilidade. Entretanto, a partir de 2014 informa que se perdeu muito o diálogo com as secretarias, em especial com a de turismo, após a saída da secretaria responsável que vinha construindo diálogo forte e incisivo junto à associação, essas saídas ocorrem em decorrência

da mudança de gestão. Esse é de longe o maior problema enfrentado pela associação, a articulação com a prefeitura municipal, a descotinuidade das ações decorrente das mudanças na gestão é um sério problema enfrentado pela associação. A seguir pontua-se os principais problemas que a associação vem tentando sanar para consolidar o projeto de sustentabilidade que almeja.

Um dos grandes problemas que se busca solucionar é o de drenagem e pavimentação, desde que a Associação foi fundada desenvolve diálogo com a Secretaria de Turismo do Ceará - SETUR, apresenta a gravidade do problema, faz cobranças junto a prefeitura do município de Aquiraz não tem condições de solucionar esse problema de forma definitiva, em decorrência do volume de recursos necessários para conclusão de uma obra dessa magnitude, por isso a Associação dialoga com a SETUR que dá maior possibilidade de se conseguir recursos por meio estadual, por financiamentos, convênios com o Ministérios das Cidades, para solucionar a problemática.

Dessa forma, conseguiu-se levantar recursos financeiros preliminares no montante de 90 milhões de reais para drenar e pavimentar toda malha viária do Porto das Dunas, no entanto, apesar do investimento ainda visualiza-se difícil acesso pela CE-025 e nas vias que conduzem aos empreendimentos, dever-se-ia dar atenção não só na escala local, mas municipal e estadual. Segundo o secretário da Associação, isso não se dá por falta de recurso, o que falta é um bom projeto que solucione os entraves e problemas existentes. Ele destaca que vem se cobrando muito dos órgãos públicos, mas eles não solucionam o problema de forma definitiva e sim de maneira sazonal, para que haja uma solução definitiva tem que vir investimentos do Governo do Estado, ressalta.

O problema de drenagem é um dos mais sérios que se observa no espaço, por exemplo, em 2012, alguns acessos do Porto das Dunas ficaram interrompidos e as ruas intransitáveis em decorrência das chuvas e da drenagem precária. A prefeitura não tomou providências então a Associação fez a obra de recuperação da via, para viabilizar o acesso aos condomínios, resorts e hotéis. Segundo o secretário executivo da Associação,

Um dos problemas graves é o da Av. Mar Mediterrâneo que começa aqui perto do Aquaville e vai até o hotel Oceani e simplesmente eles não conseguem dar solução e isso a várias gestões na época da Ritelza, depois Edson Sá e agora com o Guimarães a mesma coisa. Dizem que é um investimento alto na faixa de 2 a 4 milhões de reais, então a prefeitura é unísono é um discurso de todos eles que não há recursos e fica fazendo esse “tapo buraco” até que o estado disponibilize recursos para fazer essas obras de maior porte, nos não concordamos com essa cultura, mas é a realidade então a gente tenta trabalhar, mas a interlocução com a prefeitura é boa apesar de nós termos muitas limitações, não tem continuidade nos trabalhos, há muitas mudanças e não conseguimos desenvolver muitas atividades por conta dessa limitação e a gente está se concentrando ao gabinete, não há mais uma secretaria que tenhamos um diálogo constante, temos com a secretaria de infraestrutura, mas nada



comparado ao que tínhamos com a Indira, hoje realmente o maior diálogo nós temos com o gabinete do prefeito.

Outro problema que se busca solucionar é o de limpeza urbana, é feito um trabalho ostensivo junto a prefeitura de fiscalizar a qualidade dos serviços de limpeza urbana na praia. Quando não se faz a coleta regularmente cobra-se da prefeitura e da empresa responsável pela coleta, a Marquise, com a prefeitura e a empresa Marquise desenvolveu-se o projeto bairro limpo, que consiste na coleta-se o lixo orgânico, reciclável e não reciclável. Sabe-se que as construções que são muitas, produzem muitos resíduos e a empresa que coleta o lixo não se responsabiliza em retirá-los. Para solucionar o problema, a Associação conseguiu 60 pessoas, 5 caminhões, 2 pás mecânicas para fazer o recolhimento de todo o lixo limpando as áreas verdes que estavam se transformando em verdadeiros espaços de acúmulo de resíduos de construção. Em torno de dois anos foram feitas cinco ações como essas, onde se retirou cerca de mil toneladas de lixo acumulado. Existe também o projeto praia limpa que será abordado com profundidade no próximo tópico, que consiste na limpeza regular da faixa de praia, por meio da Associação e associados. O que se pode destacar na questão de limpeza urbana é que houve significativos avanços no que diz respeito a regularidade da coleta de lixo, mas o ano de 2014 observou-se sério problema que fez a Associação entrar de forma incisiva junto a prefeitura do município, cobrou-se limpeza ostensiva da praia, em decorrência disso obteve-se uma resposta e quase dois anos depois tem-se um trabalho satisfatório mesmo em períodos de alta estação, no entanto, ressalta-se que ainda não é o ideal, pois o período de alta estação quando a demanda é maior, a prefeitura não responde de forma adequada, mas no período de baixa estação o serviço funciona de forma satisfatória.

A questão da segurança é outro entrave que a associação vem tentando sanar, de início manteve-se contatos regulares com a polícia militar, ronda do quartirão, Bptur, comando de polícia do município, as cobranças incluem a intensificação do número de rondas, aumento do número de policiais e a implantação de um plano de segurança. Com o aumento das ocorrências de assaltos surgiu a necessidade de contratar uma empresa de consultoria em projetos de segurança. Assim uma empresa privada tornou-se responsável pela segurança de pontos específicos na praia. O plano de segurança consta de monitoramento por câmeras em áreas estratégicas do Porto das Dunas, as câmeras possuem alta definição com zoom que atinge 800 m, as imagens dessas câmeras são todas controladas pelo centro de controle inserido na Associação; existe sistema de ronda 24 horas e ligação direta com a

polícia militar, no entanto, esse é um plano privado e dessa forma só está inserido no sistema de proteção e monitoramento aquele que paga pelo serviço.

Pode-se destacar também que há um trabalho realizado junto à Secretaria de Segurança Pública, que efetivou uma viatura do Ronda do Quarteirão para cobrir o espaço do Porto das Dunas, Prainha e sede de Aquiraz, tendo maior suporte do BPTUR, destaca-se que mesmo com o aumento da criminalidade pode-se dizer de certa forma que é satisfatório a segurança no local, por isso buscou-se ajuda da Secretaria de Segurança e que esta dê a devida atenção, para que a questão de segurança não fuja do controle e não obscureça a imagem de espaço turístico e faça emergir a de lugar violento, enfatizam os membros da associação.

No campo ambiental tem-se um cuidado, uma atenção do que se deve conservar de forma incisiva no Porto das Dunas como a faixa de praia, dunas, rio e a APA. Qualquer tipo de agressão ao meio ambiente é denunciado pela associação aos órgãos competentes como SEMACE e SEMA. Desenvolve-se no Porto das Dunas ações de manutenção como os projetos de limpeza urbana, o Praia Limpa; a associação faz parte do conselho gestor da APA do Rio Pacoti e segundo o secretário executivo não realizam mais as ações na APA por conta que ainda há muita burocracia. Aqui deve-se destacar o papel fundamental que teve o Beach Park e Associação do Porto das Dunas, a APA é uma Unidade de Conservação e precisa de um plano de manejo que deve apresentar o que pode ou não ser feito dentro dela, esse plano deve ser revisto de cinco em cinco anos, foi necessário que a associação em conjunto com membros da Gestão Ambiental do Beach Park cobrassem da SEMA pelo plano de manejo da APA que havia expirado. Observa-se o quão complexo são os processos no Porto das Dunas a Secretaria de Meio Ambiente é responsável por 22 unidades de conservação e um corredor ecológico, ela deve estar à frente desse processo legitimando e revalidando os planos de manejo das Ucs, entretanto, o que se verifica é a cobrança de um empreendimento que outrora ocasionou impactos ao litoral, e hoje apresenta-se como sócio fundador de uma associação que prima pela sustentabilidade da praia, em contrapartida o órgão responsável pela UC faz “vista grossa” para as questões ambientais, apropriando-se do argumento de que a falta de pessoas no órgão dificulta o trabalho na área que possui três mil hectares, como se pode observar na figura 31 que apresenta a delimitação da APA.



# APA DO RIO PACOTI



O plano de manejo ainda não foi finalizado, está em elaboração, no entanto, já foi um grande avanço da associação fazer parte do conselho gestor e participar das decisões comuns a APA. Pode-se destacar como exemplo a reunião no último dia 23/05/16, quando se apresentou o projeto de sinalização (placas) da APA, assim como discussão e aprovação do regimento interno do conselho. A associação também integra o Fundo de Desenvolvimento do Meio Ambiente - FUNDEMA, que faz parte da Secretaria de Meio Ambiente de Aquiraz. As questões ambientais apresentam-se de forma mais urgente, as questões de cunho social também são sensíveis, no entanto, acredita-se que se deve dar maior atenção ao meio ambiente que vem sendo impactado há longas décadas, mesmo assim, a associação como já se destacou também faz ações no campo social, parcerias com ONGs que desenvolvem trabalhos de interesse da comunidade, que apoiam ações que buscam melhorar os grupos escolares que lá se encontra o posto de saúde que foi reativado, ações que permeiam não só o campo ambiental, mas social.

De acordo com o secretário executivo da associação, uma das grandes preocupações é a intensificação dos problemas relativos aos impactos, poluição, fluxo contínuo de pessoas, tráfego incessante de veículos, problemas negativos no abastecimento de água, geração de resíduos sólidos. Com aumento do número de empreendimentos intensificam-se ainda mais os problemas e no futuro tornar-se-á inviável pensar na sustentabilidade do espaço, pois não se pode continuar permitindo diversas construções sem infraestrutura necessária. A maior parte das cobranças da associação junto ao poder público busca efetivar ações que supram as necessidades, que deem possibilidade a quem está instalado ou venha a se instalar que tenha direito de viver, trabalhar, morar, visitar de forma tranquila, segura e sem agredir o meio ambiente.

Observa-se que a associação tem grande desafio, tentar de forma legal com ajuda dos órgãos competentes possibilitar o mínimo de infraestrutura para o espaço, amenizando-se os impactos. Verifica-se que mesmo de forma lenta tenta-se mudar a imagem de espaço onde se concentram empreendimentos de forma irregular, desobedecendo-se leis federais, estaduais e municipais, para dar lugar a imagem de espaço turístico, de lazer, residencial que prima pela sustentabilidade, qualidade de vida, de serviços, segurança, melhoria da infraestrutura, cobrança de leis e fiscalizações.

A associação vem tentando passar a filosofia do saber cuidar, da sustentabilidade para os empreendimentos, para que estes deem apoio para se desenvolver nova imagem do Porto das Dunas, ainda há poucos associados, percebe-se que os empreendimentos mais antigos possuem certa resistência para absorverem ideias de sustentabilidade, enquanto os

mais recentes já se desenvolvem dentro dessa perspectiva, que é o caso do Beach Place e Beach Park Wellness Resorts. Dentro dessa perspectiva é que a associação trabalha em conjunto com associados solucionando problemas e semeando a consciência social e ambiental, fazendo com que alguns empreendimentos realizem na praia ações de sustentabilidade, assunto abordado no próximo tópico.

#### 4.1 Complexo Turístico Beach Park: gestão ambiental e sustentabilidade

Nesse tópico destaca-se ações de cunho sustentável desenvolvidas pelo Complexo Turístico Beach Park. Essas ações de sustentabilidade são disseminadas na parte interna e entorno do empreendimento, recebendo apoio da Coordenadoria interna de Meio Ambiente e do Comitê de Sustentabilidade Socioambiental, onde representantes de diversos departamentos da empresa apresentam sugestões e projetos para a redução dos impactos ao meio ambiente como ações de coleta seletiva, utilização de energia solar, tratamento de água, mutirão de limpeza, dando apoio a Associação Porto das Dunas em projetos como o praia limpa e bairro limpo.

Num primeiro momento as ações de sustentabilidade surgem como forma de redução de custos no processo de descarte de resíduos, não havia interesse em se desenvolver uma gestão ambiental dentro do empreendimento, dedicou-se inicialmente à construção de um sistema de gestão de resíduos que zerasse os custos e isso foi concretizado. Gastava-se mais de 1 milhão de reais só no descarte de resíduos, depois que se obteve a redução nos gastos, surge a ideia de ter dentro de todo o complexo um modelo de gestão ambiental próprio. Considera-se essas ações eco-sustentáveis, pois atua-se em dois campos específicos, num primeiro momento surge a ideia de redução dos custos, envolvendo questões econômicas do empreendimento, só depois emerge o interesse de se pensar na sustentabilidade da empresa e do meio ambiente, o que repercute na sustentabilidade do entorno onde o empreendimento está inserido, confirma-se assim a tese de Layrargues (2009, p.13), “[...] considera-se como prioritário, sempre em primeiro lugar, a promoção do desenvolvimento, depois, atenção ao meio ambiente”.

Montou-se um projeto, onde se apresentou os principais benefícios que se poderia ter no que diz respeito ao meio ambiente e ao empreendimento, preservação de recursos naturais, do lençol freático, da qualidade do solo que influencia de forma direta, pois o empreendimento também se apropria de parcela da água subterrânea. Cabe lembrar que a questão do abastecimento de água é algo preocupante no Porto das Dunas, muitos empreendimentos utilizam água do lençol freático, apesar de existir um projeto do Governo do Estado que tem por objetivo concretizar o abastecimento de água e saneamento para o espaço, mesclando-se dessa forma utilização de água fornecida pela CAGECE e retirada por sucção dos poços. A concretização desse projeto facilitará o acesso a água, diminuindo-se de

certa forma a utilização de água do lençol freático. O saneamento básico ajudará na diminuição do número de fossas que poluem sensivelmente o lençol freático, como bem destaca o secretário executivo da associação,

Em relação a água a situação é preocupante, toda a água é captada do lençol freático local, nós estamos vivenciando um dos maiores período de seca da última década, o lençol está sentindo, principalmente em decorrência das obras dos empreendimentos, e essa obra do Governo do Estado que está em vias de ser retomada ela vem suprir parte dessa necessidade é uma obra de saneamento e de abastecimento de água, esse projeto está previsto para cobrir toda essa área do Porto das Dunas e suprir essa carência de abastecimento de água, essa obra será muito bem vinda, uma vez concluída será muito importante pro Porto das Dunas, porque vai haver uma mescla entre oferta de água do sistema da Cagece e a utilização de poços que já existem, mas com a mescla vai diminuir a carga dos poços, talvez nem tanto, por conta que a água da Cagece é cobrada, e os empreendimentos, nem residências vão entrar de cabeça 100% na água encanada, mas sem dúvida nenhuma vai haver uma diminuição nas pressões dos poços daqui e o saneamento também vem como fator importante, porque como não há abastecimento de água, também não há saneamento regular aqui no Porto das Dunas, o que há são fossas sistema de esgoto, com a intensificação isso aí fatalmente acarretará uma contaminação do lençol freático e com o tempo tanto a obra de saneamento como de abastecimento elas vão dar uma melhorada grande nessa situação do Porto das Dunas, situação poderia ser calamitosa daqui alguns anos caso não houvesse a realização desse projeto, mas vai acontecer, estava parada, mas vai voltar para ser concluído e aí vai trazer um conforto ambiental uma tranquilidade muito grande para todos aqui no Porto das Dunas.

São problemas como esse que fazem os empreendimentos repensarem suas ações. Com o projeto de gestão ambiental o Beach Park começa a dar os primeiros passos na perspectiva de sustentabilidade, tornou-se um dos sócios fundadores da Associação Porto das Dunas, tendo como principal intenção preservar a praia na qual encontra-se inserido. No Beach Park conforme relatos lida-se com hóspedes exigentes, que prezam pela qualidade nos serviços, limpeza e sustentabilidade do espaço onde se encontra o empreendimento e por isso num primeiro momento o que se queria era diminuir os custos, agora tenta-se manter a qualidade da praia como chamariz para os hóspedes. Albuquerque (2009, p.96), destaca que as empresas estão incluindo questões ambientais em suas gestões em decorrência de três fatores essenciais “exigência do mercado, pressão da sociedade e regulamentação ambiental”. Segundo ele cada vez mais as empresas observam a necessidade de proteção ao meio ambiente, os empresários vislumbraram que poderiam reduzir os desperdícios com materiais, além de manter boa imagem da empresa, para o autor pode-se numerar cinco fatores que influenciam as empresas a adotarem essa postura: “1. Necessidade de obediência às leis; 2. Eficácia em custos; 3. Opinião pública; 4. Pressão dos movimentos ambientalistas; 5. Pensamento a longo prazo”.

Os gestores ambientais do Beach Park afirmam que as intenções são diferentes do passado, quando se pensava apenas na economia que seria realizada pela empresa. Hoje além de se pensar na sustentabilidade do espaço e da empresa, mantem-se forte relação com a associação como pode se observar na fala de um dos técnicos ambientais do resort,

[...] hoje a intenção já é um pouco diferenciada, a gente tem mais intuito de preservar mesmo, a paisagem natural que a gente tem, nosso relacionamento com Associação Porto das Dunas é realmente muito boa, tudo que a gente pensa em fazer aqui na praia do Beach Park a gente faz em parceria com eles, tudo que eles querem fazer aqui no Porto das Dunas eles falam com o Beach Park e nós ajudamos. Houve até uma época que eles distribuíram umas lixeiras na praia e eles precisavam de um orçamento para poderem comprar essas lixeiras e o Beach Park entrou com o orçamento e eles compraram as lixeiras e distribuíram, foi uma parceria muito boa, tanto para o Beach Park como para eles, nós realmente ajudamos e apoiamos muito à associação.

A fala do técnico ambiental, denota mudança de mentalidade, passando de ações cujo objetivo era apenas economizar gastos, para uma postura de proteção e minimização de impactos ao litoral, esse fato se deu em decorrência das pessoas que compõe a associação? Por conta dessa ligação direta com o empreendimento construiu-se outras bases filosóficas do saber cuidar e de diretrizes que hora se voltam para a sustentabilidade? São perguntas que para serem respondidas necessitam de profundas reflexões, análises e investigações contínuas. Esses questionamentos nos levam a definir essas ações de eco-sustentáveis, tendo em vista que se observa que primeiro pensa-se na questão econômica (redução de custos) e depois na sustentabilidade. O Beach Park desenvolve ações de sustentabilidade pautadas em três focos, na preservação da água, do solo e no consumo de energia. Na parte da preservação da água, o empreendimento faz a reutilização de 100% da água usada diariamente no parque, ou seja 480m<sup>3</sup>/d evitando-se dessa forma o desperdício, toda a demanda de água do empreendimento é captada por meio de poços profundos outorgados pela Coordenadoria Geral de Recursos Hídricos - COGERH.

Há oito anos o Beach Park possui a Estação de Tratamento de Efluentes – ETE, que faz a reciclagem da água oriunda do parque aquático e dos resorts sendo reaproveitada na parte de jardinagem, irrigação e transplante de árvores, esse sistema é pioneiro no Ceará, tendo em vista que é a única estação de tratamento de efluentes que possui seis fases do processo, o comum é se ter cinco, pois após todo o tratamento o normal é se jogar a água para o mar ou para ETA – Estação de Tratamento de Água. No Beach Park a sexta fase é dos tanques que encaminham a água para reutilização, as cinco fases são: 1) Tratamento Preliminar (gradeamento, desarenação); 2) Tratamento Primário (Floculação, decantação



primária e peneira rotativa); 3) Tratamento Secundário (tanque de aeração, decantação secundária e retorno do lodo, elevatória do lodo excedente – descarte do lodo); 4) Tratamento de Lodo ( adensamento do lodo, digestão anaeróbica, condicionamento químico do lodo, desidratação do lodo, secagem do lodo e 5) Tratamento Terciário<sup>42</sup>.

Observa-se que a água passa por rigorosa análise, tendo participação de técnicos especializados na área de tratamento de água, segundo o responsável presente na estação tem-se o objetivo de ampliação, para que a estação seja capaz de manter áreas verdes para além do complexo, permitindo maior sustentabilidade do lençol freático. No entanto, nota-se algumas problemáticas, o Beach Park possui 30 anos de existência, mas apenas há oito possui a ETE, isso significa dizer que durante 22 anos utilizou-se o sistema de fossas, o que polui drasticamente o solo, lençol freático e litoral. Isso é confirmado quando se pergunta ao técnico da estação como era antes da existência da ETE. Este relata que no mínimo três vezes por semana, sendo duas vezes ao dia necessitava-se de quinze à vinte caminhões sugadores para retirada dos efluentes do empreendimento, colocando o turista em uma sensação desagradável, “imagine um turista vendo esse tipo de trabalho aqui”, relata. A retirada desse material era feita em dois momentos início da manhã e fim da tarde, para que os visitantes e turistas não observassem esse processo. Nesse contexto, interroga-se onde eram depositados esses efluentes? Eram lançados diretamente ao meio ambiente? Ao longo desses 22 anos quais os impactos ambientais podem ter ocasionado ao solo, lençol freático e ao litoral do Porto das Dunas?

Por esses motivos, surge a ideia da ETE, mas mesmo com ela ainda observa-se algumas discrepâncias. Nota-se que entre a fase três e quatro da ETE obtém-se material sólido (lodo), que é separado da água, em 2013 em fase de testes utilizava-se esse material como adubo orgânico no paisagismo do complexo, entretanto, esse material não estava dentro dos parâmetros permitidos por lei e teve-se a preocupação de que as pessoas que o manipulavam tivessem algum problema de saúde, dessa forma parou-se essa prática e esse material passou a ser compactado em blocos na fase final do tratamento e manipulado por uma empresa responsável, mas qual a destinação final desse material? Questionamento que ficou sem resposta, cabe destacar também que essa foi a única parte da visita técnica ao empreendimento

---

<sup>42</sup> Aqui não se pretende aprofundar essas questões das fases de tratamento, tendo em vista que são muitas informações. Destaca-se apenas o fato da existência de uma estação de tratamento de efluentes dentro de um resort como o Beach Park, essas estações vem sendo cada vez mais cobradas suas construções, para se diminuir o impacto ao meio ambiente e o consumo excessivo de água que esse tipo de empreendimento ocasiona, para aprofundar questões relacionadas às etapas de tratamento indica-se a leitura de um trabalho realizado pela empresa Kurita especialista em engenharia de tratamento de águas: [http://www.kurita.com.br/adm/download/Etapas\\_do\\_Tratamento\\_de\\_Efluentes.pdf](http://www.kurita.com.br/adm/download/Etapas_do_Tratamento_de_Efluentes.pdf).

que não foi permitido nenhum tipo de gravação das informações o que aumenta o teor de desconfiança em relação a eficácia da estação que pode ser visualizada nas figuras 32, 33, 34 e 35.

### FIGURAS – ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES (ETE)



Fonte: RODRIGUES, F.N. – Em trabalho de campo, 2016.

No campo da energia, as ações ainda são de pequena proporção, mas quando somados no todo ocasionam impacto positivo ao meio ambiente e ao Beach Park no que diz respeito aos gastos no consumo de energia. Substituíram-se todas as lâmpadas do empreendimento por lâmpadas ecológicas, utiliza-se luzes cinco vezes mais econômicas do que uma convencional. As lâmpadas LED que são dez vezes mais econômicas, no entanto, não podem ser utilizadas, pois são feitas à base de fluído de metal e a proximidade com o mar faria com que a lâmpada tivesse baixa durabilidade em virtude da corrosão efetivada pela ação da maresia. Outra ação que se pode destacar é a substituição de todos os aparelhos eletroeletrônicos de alto consumo, por aparelhos de baixo consumo de energia, o

empreendimento utilizou a energia solar, por meio de coletores solares que aquecem as piscinas térmicas e saunas do Beach Park Suítes Resorts e do Parque Aquático. Por exemplo, na maioria do hotéis em cada quarto existe pelo menos quatro chuveiros elétricos, então ao invés de se utilizar energia elétrica para aquecer a água, o que aumenta o consumo, utiliza-se energia térmica para aquecê-la. Observou-se que aquecer água por necessidade gastava-se muito, então se decidiu utilizar energia oriunda do sol para economizar dinheiro e recursos naturais que seriam utilizados para se gerar esse montante de energia no aquecimento das águas, no entanto, hoje esse projeto encontra-se desabilitado, pois se notou que não estava suprindo a demanda necessária do empreendimento.

Nesse contexto, pode-se destacar uma problemática que ocorre com frequência no Porto das Dunas relacionado a energia, é o alto consumo de eletricidade em decorrência do funcionamento de máquinas, de brinquedos, parque aquático, numerosas UHs. Em períodos de alta estação encontra-se maior fluxo de pessoas acarretando aumento no consumo, ocasiona-se dessa forma oscilações constantes na energia em decorrência do alto consumo, além do aumento no custo da eletricidade, fatores que prejudicam os municípios de Aquiraz e Eusébio.

Dessa forma, pensando em diminuir problemas causados o Beach Park realiza algumas ações assim no período da noite todas as máquinas do parque, são desligadas no horário de “pico” de energia onde há maior consumo de eletricidade, desativa-se as máquinas do parque, os filtros, filtros dos hotéis, sistema de tratamento, para que nesse período economize-se energia. No dia seguinte liga-se tudo novamente, iniciando-se o tratamento das piscinas. Por conta disso o parque abre às 10 horas da manhã, já funcionou mais cedo, mas com o desligamento das máquinas no período da noite, sendo religadas apenas no dia seguinte fez com que surgisse a necessidade de abertura apenas nesse horário. Então, questiona-se será que existe real preocupação com os habitantes de Aquiraz e Eusébio? Ou é uma ação apenas em busca de economia no gasto de energia realizada pelo empreendimento?

O terceiro e último vetor de sustentabilidade do Beach Park, um dos mais importante é a questão da reciclagem do lixo. Todo o resíduo de caráter reciclável é doado para cooperativas licenciadas, dentro do complexo há coletores destinados aos resíduos recicláveis, não-recicláveis e orgânicos que após a devida separação são encaminhados para empresas especializadas, a média por mês gira em torno de quatro toneladas de material reciclável destinados aos centros especializados no processo. Há toda uma infraestrutura voltada para essa dimensão que inclui até trituradores de cocos, palhas e galhos que aceleram o processo de decomposição, em seguida esse material é encaminhado para decomposição-

compostagem, método que transforma materiais orgânicos em adubo orgânico, processo realizado em uma fazenda em Aquiraz. Depois esse material é comprado pelo Beach Park e utilizado no paisagismo do empreendimento, também se aproveita o resíduo alimentar oriundo do complexo, segundo o empreendimento o desperdício de alimentos girava em torno de 39%, 42%, reduziu-se para 19% e essa porcentagem está sendo reaproveitada, além disso o Beach Park possui a certificação de Eficácia em Gerenciamento de Resíduos, tornando-o um dos melhores do país, o empreendimento possui a ISO 14001<sup>43</sup>, assim como o terceiro lugar em regimento sustentável do Brasil. Para manter essas certificações além dele é necessário cobrar que todos os fornecedores estejam dentro dos padrões de qualidade dos produtos fornecidos como de sustentabilidade que rege a ISO 14001 e o de alimentos e bebidas ISO 22000<sup>44</sup>, os fornecedores devem possuir registros perante a prefeitura e vigilância sanitária.

Layrargues (1998, p.61) apresenta-se cético e crítico ao tratar das certificações ambientais adquiridas pelas empresas, o que se pode relacionar de forma direta a realidade dos resorts. Para ele no Brasil prevalece a ausência da cultura de produtos denominados de verdes, esses agridem em menor proporção o meio ambiente, e isso faz com que o país apresente-se em situação delicada, tendo em vista que existem inúmeras inovações que têm por objetivo minimizar a problemática ambiental nas empresas, por meio de auditorias ambientais e das normas de qualidade, o que para o autor apresenta-se como um “golpe fatal”, pois as empresas se veem obrigadas a adotar a variável ambiental para que continuem mantendo-se competitivas no mercado nacional e internacional. As ISOs apresentam-se como um bem mercadológico, fazendo com que as empresas saiam na frente em relação a outras que não possuem essas certificações. O autor ainda destaca que no momento de realização das auditorias o Estado mantém-se distante, pois as empresas tomam a frente e instalam auditorias internas para acompanhamento da qualidade.

Entretanto, é interessante analisar que no Beach Park, não há apenas preocupação com a qualidade dos alimentos fornecidos, mas se os fornecedores estão dentro dos parâmetros ambientais, faz-se até um estudo do tamanho dos peixes e crustáceos ofertados aos hóspedes para saber se estes estão dentro do padrão permitido por lei para comercialização, fazem-se auditorias rigorosas para fiscalizar a qualidade dos alimentos e das questões

---

<sup>43</sup> A certificação ISO 14001 é um selo internacional de gestão ambiental, ofertados para grandes empresas que apresentam diferencial, ressaltando-se constante preocupação e compromisso em diminuir o impacto ambiental, melhorando-se por meio de sistema rigoroso de auditorias ambientais práticas de gestão ambiental e responsabilidade diante da natureza, no caso do Beach Park destaque para reutilização da água e reciclagem

<sup>44</sup> A ISO 22000 é outra certificação de cunho internacional que define os requisitos de um sistema de gestão de segurança de alimentos abrangendo todas as organizações da cadeia alimentar, da “colheita à mesa”.

ambientais dos fornecedores, ou seja, o Beach Park só relaciona-se com empresas ambientalmente e socialmente sustentáveis.

O Beach Park Wellness Resort é considerado o que tem a melhor infraestrutura do complexo, dessa forma, todos os projetos iniciam-se nele e depois são implantados nos demais. Os empreendedores tem todo um projeto de Gestão ambiental para separar os resíduos sólidos e orgânicos, durante duas vezes por dia o lixo acumulado é retirado e levado para Unidade de Monitoramento Ambiental.

No Wellness na parte onde se estoca o lixo orgânico existe ar-condicionado para armazenar o lixo de forma correta até este chegar ao local de separação. O Beach Park trabalha com sistema denominado de mapeamento de resíduos, cada resíduo tem destinação específica nada vai para aterros sanitários ou é doado para cooperativas não credenciadas. Separa-se recicláveis, não-recicláveis e lixo orgânico. São feitas auditorias constantes para fiscalizar se o lixo está separado adequadamente, tudo é reaproveitado. O óleo de cozinha é armazenado em recipientes específicos e transformados por empresas responsáveis em ração para cachorro. As garrafas PET (Politereftalato de Etileno) são transformadas em canos, as boias velhas do Beach Park vão para empresa Melissa e se transformam em sandálias.

Cabe destacar que o resíduo não é vendido, o empreendimento não obtém lucro com esse material que é doado para as empresas para reutilizá-los, em troca a empresa responsável pelo transporte dos resíduos forneceu quatro funcionários para trabalhar no Beach Park, ou seja, o lucro é dividido entre a empresa responsável pelo transporte e funcionários que manipulam o material, a seguir fotos da Unidade de Monitoramento Ambiental do Beach Park, na figura 36 tem-se o lixo que é mapeado por local de origem, se veio da praia, ou dos demais empreendimentos que compõe o complexo, esse local é onde faz a separação do material; na figura 37 observam-se pequenas lixeiras para separação de materiais; na figura 38 observa-se máquina que tritura palhas, galhos, cocos material que é doado para uma fazenda do município para se produzir adubo; na figura 39 tem-se uma esteira utilizada para separação de vários tipos de resíduos.

## FIGURAS – UNIDADE DE MONITORAMENTO AMBIENTAL



Fonte: RODRIGUES, F.N – Em trabalho de campo – 2016.

Outra ação de sustentabilidade é realizada em comemoração ao Dia Mundial de Limpeza do Litoral desde setembro de 2012, quando se organiza um mutirão para promover a conscientização acerca da preservação do meio ambiente e se limpa cerca de 3 km de praia do Porto das Dunas. O evento chega a 5ª edição em setembro de 2016. Cabe ressaltar que o Beach Park só participa nesse período, o projeto praia limpa ocorre periodicamente com apoio da Associação Porto das Dunas e de todos os empreendimentos associados, no mês de setembro é uma limpeza maior com participação inclusive de mergulhadores que ajudam na limpeza do rio Pacoti.

De acordo com a associação a limpeza era feita a cada três meses, mas ao longo desse período acumulavam-se muitos detritos e o esforço era maior para coleta e limpeza da praia, hoje as operações são mensais com número menor de pessoas, 8 ou 10, fazendo com que não se acumulem resíduos, ou seja, são 12 operações previstas por ano. Nota-se maior consciência dos empreendedores, o que diminuiu, sensivelmente, a quantidade de lixo. Há

também lixeiras ao longo da praia o que facilita o trabalho. Para se ter uma ideia retira-se 400kg de lixo por mês da praia, nas edições passadas, há cinco anos atrás, retiravam-se 6 toneladas, mas em decorrência de uma manutenção contínua, da sensibilidade de usuários e empreendimentos a quantidade de resíduos diminuiu drasticamente, em cinco anos de projeto praia limpa a associação acredita-se que já foram retirados próximo de 90 toneladas de lixo do Porto das Dunas número considerável, observa-se nas figuras 40, 41 e 42 fotos da Ação Praia Limpa.

**FIGURAS – AÇÃO PRAIA LIMPA (PORTO DAS DUNAS)**



Fonte: Associação Porto das Dunas, 2016.

Para finalizar esse tópico, deve-se falar do papel fundamental que o Beach Park teve na cobrança do plano de manejo da APA do Rio Pacoti, mesmo não se encontrando dentro da UC, o empreendimento tomou iniciativa junto à associação e se dirigiram até a SEMA responsável pelo plano de manejo das Ucs do estado e cobraram por sua efetivação. Cabe lembrar, que já mensurou-se que nas unidades de conservação é necessário que a cada cinco anos seja revisto o plano de manejo, que está previsto para sair no segundo semestre de 2016. Nesse tópico numeraram-se algumas ações que se denominou de eco-sustentáveis e que vem sendo desenvolvidas pelo Beach Park, no tópico a seguir abordar-se-á o Aquaville Resort empreendimento também inserido na análise, busca-se investigar o que ele vem desenvolvendo para a sustentabilidade do Porto das Dunas.



## 4.2 Aquaville Resort: ações de (in)sustentabilidade?

As ações do Aquaville que se voltam para o campo da sustentabilidade ainda apresentam-se de forma incipiente, necessita-se um comprometimento maior diante do ambiente litorâneo que o cerca, pois ainda não há um programa específico de gestão ambiental, o que existe são ações isoladas que se voltam integralmente para economia do empreendimento, não se injeta investimentos como ocorre no Beach Park, assim como não há existência de funcionários específicos que trabalhem para o desenvolvimento da gestão ambiental do empreendimento. O que se nota é uma preocupação em diminuir os gastos do empreendimento e mantê-lo cada vez mais rentável, não há real preocupação com o meio ambiente. Observa-se que os gestores não se apresentam interessados em fazer investimentos que se voltem para a sustentabilidade e minimizam os impactos ao litoral.

No que diz respeito ao consumo de energia pode-se destacar a substituição de lâmpadas comuns por Lâmpadas LED que são mais econômicas, o empreendimento utiliza-as desde 2015, mas ainda se encontra em fase de observação, pois ainda não se sabe se compensa, tendo em vista que são feitas de fluído de metal e apresentam alto teor de corrosão na presença da maresia o que diminui a vida útil da lâmpada. Ainda sobre a questão de energia pode-se destacar o fato do empreendimento ter adquirido subestação própria da COELCE, no entanto, vale destacar que essa subestação cobra-se outra tarifa, fazendo com que o empreendimento economize gastos, mas o consumo de energia permanece o mesmo em especial em períodos de alta estação. A economia se existir se dá apenas em decorrências das lâmpadas instaladas que são mais econômicas e também por se respeitar os períodos de picos, onde o empreendimento tenta consumir menor quantidade de energia.

No que diz respeito à geração de efluentes, encontra-se sério agravante, tendo em vista que a CAGECE prometeu realizar algumas ações de melhoria, mas não as concretizou, que são a criação e implantação de redes de esgoto, confirma-se aqui a problemática já mencionada pela Associação Porto das Dunas, que diz respeito a questão de saneamento básico no espaço. Segundo o supervisor operacional do Aquaville iniciaram-se alguns projetos, materiais foram trazidos, mas muitos foram roubados, pois ficaram expostos na rua sem proteção, outros foram danificados. Algumas ações foram feitas, ressaltou ele, mas de forma incompleta e insuficiente, “ficou pelo meio do caminho, nada concluído”. De acordo com ele,

Hoje em todo Porto das Dunas não existe rede de esgoto interligado, iniciou-se o processo por algumas ruas que passam algumas tubulações, mais ainda faltam concretizar, construir subestações de tratamento; isso foi o que a CAGECE prometeu e até hoje não fez, então essa questão do esgoto continua em estaca zero.

Nota-se que o empreendimento espera do poder público ações que solucionem o problema de descarte de efluentes percebe-se que em nenhum momento tem-se a iniciativa por meio de capital próprio para se construir uma estação de tratamento de efluentes, e cabe mencionar que além disso retira-se constantemente água do lençol freático, por meio de poços artesianos de 5 ou 6 metros de profundidade. Esses poços estão inseridos no empreendimento, sendo uma das fonte de abastecimento de água, impacta-se dessa forma o lençol freático, pois não há reaproveitamento da água, aumentando-se assim, gradativamente, o consumo e retirada desta.

Nesse contexto, o que se percebe é que o Aquaville enquanto empreendimento é relapso na construção e consolidação de ações e ideias sustentáveis, aqui acredita-se que esse fato deve-se a dois fatores: não tem capital para desenvolver, ou se tem não quer se comprometer com o volume de gastos na construção e manutenção de ações de sustentabilidade. No campo dos resíduos sólidos destaca-se é feita a separação, mas não se tem o mesmo cuidado e responsabilidade observados no Beach Park, o material é reciclado por empresa responsável, mas o empreendimento não possui auditorias ambientais que cobrem e fiscalizam se esse material está sendo separado de forma adequada e se tem não foi mensurado, o que faz com que a única preocupação seja de não se descartar o material em aterros sanitários, também não se sabe de que forma o material está sendo reaproveitado. Os materiais orgânicos são coletados por empresas comuns de coleta de lixo, ou seja, estão sendo descartados em aterros sanitários.

Apesar da problemática, pode-se perceber um teor de sustentabilidade na fala do supervisor, mas são apenas desejos que não se concretizam. Segundo ele hoje qualquer tipo de empresa seja de cunho privado ou pública deve pensar em ações de sustentabilidade, para ele precisa-se estar atento para se desenvolver melhorias dentro das empresas; deve-se fazer constantemente reaproveitamento e corte de perdas de materiais, para que se diminua os custos, toda empresa deve ter essa visão e estar focada, enfatiza. Entretanto, percebe-se que no Aquaville a preocupação é em preservar e manter as benesses do empreendimento para visitantes e turistas, deixando o meio ambiente em segundo plano, pois não se agride o litoral, pois o Aquaville não tem projetos para ampliação, mas reflete-se, e os impactos ocasionados

no processo de construção e consolidação do empreendimento? Só existe impactos se houver ampliações nos empreendimentos? Denota-se que uma parte do lixo gerado por eles é reciclada, mas outra é descartada em aterros sanitários, contribuindo assim para a poluição do meio ambiente, do solo, lençol freático em outros espaços para além do Porto das Dunas. Nesse contexto, põe-se a refletir o Aquaville é um empreendimento sustentável ou insustentável do ponto de vista ambiental?

A responsabilidade e cobrança lhe cai, pois ele se encontra como um dos membros fundadores da associação, e dessa forma deveria ter posicionamentos firmes e ação no que tange a sustentabilidade e respeito ao meio ambiente. O que pode destacar é que o Aquaville dá apoio às ações mensais de limpeza da praia, fornecendo desde funcionários para limpeza, como materiais e apoio financeiro. O empreendimento toma posicionamento diferente do Beach Park, que participa do ação praia limpa apenas no mês de setembro que condiz ao dia nacional de limpeza do litoral, o Aquaville dá apoio sistemático na limpeza litorânea do Porto das Dunas junto à associação que encabeça o projeto. Observa-se dessa forma alguns pontos positivos e negativos que divergem no que diz respeito a sustentabilidade do empreendimento a seguir observa-se nas figuras 43, 44 e 45 as instalações do Aquaville Resort.

#### **FIGURAS – AQUAVILLE RESORT**





Fonte: RODRIGUES, F.N – Em trabalho de campo, 2016.

Observa-se que o empreendimento busca implantar ações de cunho sustentável, mas quando essas não se apresentam de forma rentável e com provas concretas de economia para o empreendedor não são adotadas, o que consolida a tese de que essas ações podem ser denominadas de eco-sustentáveis, tendo em vista que se percebe que tanto no Beach Park como no Aquaville em pensa-se primeiramente na parte econômica, ou seja na redução de gastos, em segundo plano vislumbra-se a sustentabilidade ambiental.

Nesse contexto, observa-se que a água também é um dos problemas, pois o empreendimento não possui estação de tratamento e fica a mercê da CAGECE. No campo da energia realizaram-se três estudos voltados para instalação de energia eólica, entretanto, segundo eles as empresas não conseguiram apresentar resultado satisfatório no que diz respeito a produtividade de energia e rentabilidade para adotar esse tipo de energia renovável, fazendo com que os custos fossem elevados; eles enfatizam que não houve bom atendimento, fazendo com que o Aquaville recuasse, pois não se viu segurança no investimento como destacou o supervisor geral,

[...] não sentimos segurança, é um investimento alto, não tínhamos a confiança da produtividade; confiança nem de instalação, porque eles ficaram de apresentar um parque já instalado, mostrar o serviço feito e isso eles não conseguiram fazer, então os três estudos que já foram feitos pararam exatamente por falta de um estudo mais

concreto, o estudo não chegou a ser concreto por conta desses elementos que eles ficaram de mostrar, não mostraram; segurança na produtividade deles eles ficaram de mostrar e não o fizeram, então não tivemos aquela garantia e parou por aí; é um investimento alto, é, mas o investimento alto pode até compensar, desde que a gente faça um investimento com uma certa segurança, com uma certa garantia, como é que você vai fazer um investimento alto se você não tem essa garantia nem essa segurança? Principalmente nós aqui, que utilizamos o dinheiro dos acionistas, então parou aí.

Percebe-se na fala a preocupação em se investir em algo que proporcione economia e rentabilidade para os empreendedores. Nota-se que há interesse em se adotar medidas de sustentabilidade, mas em contrapartida é um investimento alto que os empreendedores do Aquaville não querem realizar, pois a maior preocupação é fazer um investimento sem garantia, tendo em vista que segundo eles as empresas não passaram essa segurança à eles, por isso há apenas estudos nesse sentido e nada concretizado. Nesse contexto, confirma-se a reflexão de Layrargues (1998, p.133) quando menciona que,

Os investimentos, em qualquer hipótese, sempre são dirigidos para maximizar os lucros, isto é, todo investimento é feito onde o retorno seja garantido e sempre o maior possível. Consequentemente, quanto maior a possibilidade de lucro mais facilmente existirá investimentos.

Outros estudos que foram realizados, diz respeito à limpeza das piscinas, observa-se novos mecanismo que não são à base de cloro, produto químico que lançado a meio ambiente ocasiona poluição, apresentou-se ao empreendimento tratamento à base de sais de limpeza específicos, produto menos agressivo que o cloro, mas não convenceu o empreendimento a adotar tal medida, assim como o tratamento à base de gases como o ozônio, onde se disponibilizou uma piscina para testes, mas a empresa não convenceu da rentabilidade do produto, o que nos leva a refletir, o que está em questão é apenas a economia, rentabilidade? E os impactos ao meio ambiente? Supõe-se que por não existir estação de tratamento essa água com cloro é devolvida ao meio ambiente com grandes quantidades de cloro nela inseridas, produto químico nocivo a biodiversidade existente no espaço litorâneo.

O que se pode perceber é que no Aquaville existem inúmeros projetos que poderiam ser adotados para amenizar os impactos ao meio ambiente, mas o que se nota é uma preocupação apenas em se economizar gastos, busca-se rentabilidade na adoção de produtos e tecnologias (energia eólica, materiais biodegradáveis), ou seja, pensa-se em último lugar na sustentabilidade ambiental, o que deixa no ar a incógnita: o empreendimento não adota esses projetos por falta de recursos? Por medo em não obter resultados satisfatórios? No correr da pesquisa percebe-se nos empreendimentos em análise, a existência de um discurso

empresarial que volta-se para preservação do verde, criando-se dessa forma a ideia de uma sensibilidade e racionalidade econômica e ambiental, assunto abordado no próximo tópico.

### 4.3 Resorts e o discurso empresarial verde: racionalidade econômica ou sensibilidade ambiental?

Aqui busca-se entender a transmutação que passam as empresas (resorts), saindo da condição de vilões do meio ambiente à amigos do verde. Nota-se que o discurso empresarial verde aponta mudanças e um rumo diferente do modo convencional onde as empresas inseriam-se anteriormente, agora tenta-se obscurecer um passado extremamente poluidor. As empresas sinalizam que passam por um processo de transmutação ideológica, apresentando uma sensibilidade ambiental. Observa-se nas empresas estudadas, a implantação de Sistemas de Gerenciamento Ambiental (SGA), tal sistema apresenta-se como divisor de águas, pois une interesses empresariais e manutenção da qualidade ambiental; dessa forma, permite-se avanços no que tange a relação entre meio ambiente e empresa, unindo-se lucratividade e proteção ambiental.

Nesse contexto, percebe-se que a partir da Comissão Brundtland, deu-se importância à nível nacional e internacional para que desenvolvimento e meio ambiente não fossem mais realidades antagônicas. Dessa forma, propõe-se que desenvolver não necessariamente implica em ocasionar impactos ambientais, pois por meio deles diminui-se a qualidade ambiental; então, a proposta é adotar novas posturas que amenizem os problemas ambientais até então registrados. Albuquerque *et al* (2009, p.71) destaca que,

Devido a esse cenário, de novos olhares sobre os impactos ambientais causados pelos processos produtivos de toda natureza, que se desenhou nas últimas décadas de forma mais pujante, surgem alertas para os seres humanos quanto à necessidade de repensar o modelo de crescimento econômico. Essa nova perspectiva caminha ao lado da preocupação com a qualidade de vida e preservação do ambiente, que passa a ser uma necessidade social, originando novos conceitos como ecodesenvolvimento, que após alguns anos de evolução resulta no conceito de desenvolvimento sustentável.

Na década de 1990 no Brasil, a Eco-92 citada no capítulo inicial dessa dissertação, também lançou propostas para a vertente ambiental. Questionou-se os padrões produtivos e consumistas de países do primeiro mundo até então não criticados. Abordou-se que a poluição poderia ser considerada um bem com valor de troca e não um inimigo em potencial. Para Callado e Fensterseifer (2009, p. 213), ao se remeter a Conferência Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, deve-se lembrar que um dos principais resultados foi

A elaboração de um documento chamado Agenda 21. A Agenda 21 é um plano de ação para ser adotado global, nacional e localmente, por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente. A Agenda 21 é considerada a mais abrangente tentativa já realizada de orientar para um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI, cujo alicerce é a sinergia da sustentabilidade ambiental, social e econômica, perpassando todas as suas ações propostas.

Para Layrargues (1998, p.28), o discurso empresarial na década de 1980 apresenta algumas semelhanças com o discurso ambientalista tradicional e no início dos anos 1990, motivados pela Eco-92 completa-se essa aproximação, pois as empresas ganham um adjetivo e passam a serem chamadas de verde, nesse momento ocorre a transmutação de vilões à amigos do verde. Firma-se a ideia de que a questão ambiental é algo que deve ser tratado com seriedade, mas não pelos utópicos ambientalistas e sim pelos empresários; parte dos empresários assume postura proativa e infiltra-se na comunidade ambientalista em meados dos anos 1980 tornando-se membros expressivos, que emergem com força nos anos 1990.

Dessa forma, observa-se que a década de 1990 é marcada pela mudança de mentalidade do setor empresarial, pois registra-se marco inicial de atitudes positivas para com o meio ambiente, mas como destaca Layrargues (2000, p.84), isso não se deu por conta da rigidez da legislação ambiental, e sim porque vislumbrou-se oportunidades de lucro ao fundir a dimensão ambiental aos assuntos de lucratividade da empresa, visualizou-se a vantagem competitiva no mercado, notou-se que poderia economizar recursos naturais, energéticos e conseqüentemente diminuir o desperdício e a poluição. Observa-se que em primeiro lugar busca-se reduzir os custos para se aumentar a competitividade; controla-se a poluição e reduz-se a utilização de recursos naturais e dessa forma vai-se construindo uma imagem positiva para o público o que se apresenta como ferramenta valiosa para o marketing das empresas, resorts e empreendimentos turísticos, incorpora-se a variável ambiental nas empresas motivados por uma sensibilidade econômica e ambiental.

É nesse contexto que as indústrias veem a necessidade de mudança de postura em relação ao meio ambiente, outrora a preocupação era com os impactos do crescimento econômico sobre o meio ambiente, mas hoje percebe-se o inverso, as conseqüências dos impactos ambientais no crescimento econômico das empresas. Por isso observa-se cada vez mais nas empresas, uma gestão ambiental que se volta para o desenvolvimento sustentável, e isso torna-se vital para os empreendimentos turísticos, pois no século XXI essa é a forma de realizarem seus percursos de forma satisfatória, para se alcançar o objetivo principal que é se manter diante de um mercado competitivo e exigente. Seja por pressão política ou pela



sensibilidade ambiental nota-se que as empresas investem cada vez mais em projetos ambientais e tecnologias limpas.

Segundo Câmara (2009, p.252), observa-se que “cada vez mais as portas do mercado e do lucro se abrem para as empresas que não poluem, poluem menos ou deixam de poluir”, as empresas que continuam poluindo e desprezando os condicionantes ambientais passam por sérias restrições, elas observam que é melhor investir num sistema de gestão ambiental, que amenize os impactos do que sofrer sanções, penalidades, infrações por infringir a legislação ambiental, pois observa-se que além da economia de recursos materiais e energéticos, desponta inúmeras vantagens ao vincular-se a imagem da empresa com o verde. Pensa-se agora em como realizar descartes de materiais sem prejudicar o meio ambiente, entra em cena o reaproveitamento; aquilo que outrora era descartado, tornou-se material reaproveitável para produção de novos produtos que serão fornecidos para outras empresas e com isso inicia-se metas para diminuição de resíduos, de impactos ao meio ambiente, medidas corretivas que podem amenizar danos ambientais. Como sugere Leite (2009, 292), “as empresas precisam ver-se como parte da solução dos problemas que afetam a sociedade, e não somente como parte do problema”.

Observa-se que muitos executivos já têm em mente que para se pensar no desenvolvimento sustentável a longo prazo tem-se que concentrar as energias em ações de cunho social e ambiental, buscando-se dessa forma melhoria na qualidade de vida no entorno do resort, construção de imagem positiva entre turistas e visitantes, maior competitividade perante empreendimentos que não possuem essa sensibilidade ambiental e maior lucratividade. Dessa forma, desenvolvendo-se a cultura do reaproveitamento e da reciclagem, economiza-se e aumenta-se os lucros, mas deve-se observar que os impactos ambientais também são amenizados. Nesse contexto é que se observa a transmutação das empresas, que anteriormente pensavam a sustentabilidade empresarial como um conceito de risco para os negócios e não de oportunidades. No passado acreditava-se que adotar medidas para amenizar os impactos, a poluição e de proteção ao meio ambiente ocasionar-se-ia redução e não aumento na competitividade da empresa diante do mercado.

Nesse cenário é que o século XX emerge, marcando a história da humanidade, pois foi o século das catástrofes ambientais. No século XXI surge a “solução” para os problemas ambientais. Emerge na década de 1990 o ambientalismo empresarial, como o principal promotor do desenvolvimento sustentável e a solução é apresentada por meio da ISO

14000<sup>45</sup> que se mostra como grande avanço na produção industrial limpa e amenização dos impactos ao meio ambiente proporcionado por elas. Percebe-se que as empresas infiltram-se no ambientalismo motivados pela nova realidade, observam que deve haver uma mudança de postura, pois do contrário perder-se-á espaço para outras empresas, refletindo-se diante dessa possibilidade definiu-se alguns critérios para se pensar na sustentabilidade ambiental (LAYRARGUES, 2000).

Observa-se que historicamente os interesses das empresas sempre se apresentaram contrários aos assuntos que envolvem o meio ambiente. Dessa forma, levou-se essa realidade para o objeto de estudo dessa pesquisa, pode-se observar que os resorts podem estar passando por uma fase de transição com a qual se começa a adotar o discurso verde como prerrogativa de vital importância para o desenvolvimento do empreendimento, no entanto, causa aflição e ao mesmo tempo instigação para que ao fim desse trabalho entenda-se melhor essa postura observada nos resorts.

Nesse contexto, observa-se que o binômio empresa/ambientalista mudou e torna-se empresa/governo, ou seja, o resort trabalha por meio de parcerias apesar de não receber, segundo os empreendedores, investimentos para o desenvolvimento da gestão ambiental e da sustentabilidade do espaço onde se insere. Os resorts e os empreendedores sabem que o governo é responsável pelo meio ambiente, no entanto, este não possui condições ou age de má vontade no cumprimento de suas obrigações, aqui cabe lembrar novamente o caso da APA do Rio Pacoti, onde o plano de manejo não foi realizado e foi cobrado pela Associação Porto das Dunas e pelo Beach Park, ou seja, nota-se claramente que os governos não cumprem com algumas de suas obrigações que envolvem a proteção ao meio ambiente. O Estado mostra-se incapaz de programar um eficiente sistema de controle, fiscalização, gerenciamento da poluição e manejo de resíduos sólidos. Dessa forma, constrói-se uma situação delicada, o governo não cumprindo com seus objetivos e agindo de má vontade cede espaço para sugestões e ações das empresas que se apresentam motivadas, dispostas, possuem capital, mão de obra e aparato tecnológico para traçarem metas de sustentabilidade, tendo em vista que um dos seus interesses é manter a qualidade ambiental, pois esta apresenta-se como produto a ser ofertado aos visitantes e turista.

---

<sup>45</sup> A ISO 14000 é um conjunto de normas voluntárias, definidas pela ISO, para padronizar a Gestão Ambiental nas empresas. A série ISO 14000 engloba seis grupos de normas, cada uma delas atendendo a um assunto específico da questão ambiental: Sistema de Gestão Ambiental (ISO 14001), Auditorias Ambientais (14010, 14011 e 14012), Avaliação do Desempenho Ambiental (ISO 14031), Rotulagem Ambiental (14020, 14021 e 14024), Aspectos Ambientais em Normas de Produtos (15060) e Análise do Ciclo de Vida do Produto (14040).

O objetivo não é condenar as empresas, mas observa-se que a sustentabilidade pode ser traçada de acordo com os interesses dos resorts e não por meio de uma real necessidade que se apresenta ao meio ambiente local. Abriu-se muito espaço para que as empresas decidam e encontrem respostas para a poluição e os impactos ambientais, por isso é delicado afirmar que elas passam por mudança de paradigmas, ou que estão em direção à sustentabilidade de fato, porque observa-se que as mudanças empresariais são transformações mais de cunho político-econômicas do que uma real conscientização ambiental. As tecnologias limpas, apresentam-se na contemporaneidade ainda de forma insipiente, pois dependem da demanda de um mercado verde em fase de consolidação.

Dessa forma pergunta-se, quem fiscaliza o trabalho realizado pelos resorts se está sendo feito de forma correta, se o governo apresenta-se omissivo? Somente auditorias internas são suficientes? E aqui chama-se atenção para isso, para que por meio dessa investigação científica atraia olhares do meio acadêmico, em especial da Geografia, para que se inicie outras investigações, tendo como objetivo entender melhor esse processo pelo qual vem passando não só os resorts, mas as empresas de um modo geral. O que se pode dizer até aqui com certeza é que os resorts em sua totalidade não podem ser crucificados, mas também não podem ser libertados de suas responsabilidades diante dos impactos ocasionados à natureza e sociedade.

O resort apresenta-se como importante ferramenta hoteleira no século XXI, sendo um dos principais vetores para o desenvolvimento do turismo, mas também apresenta-se como vilão dada toda a problemática que ocorre diante de sua construção e consolidação, fato mencionado em tópicos anteriores. E é nesse cenário extremamente competitivo que para o resort ser ambientalmente sustentável significa estar em sintonia com o meio ambiente e as pessoas, e assim tentar quebrar a imagem de vilão da natureza, construindo-se dessa forma uma sensibilidade ambiental nas empresas, por isso Layrargues (1998, p.66) afirma que,

[...] todo esse processo discursivo omite o simples fato de que se trata mais de inovações tecnológicas e discursivas para que se mantenha o padrão competitivo no mercado, diante da introdução da nova variável no jogo, do que propriamente uma conscientização dos problemas ambientais.

Não se corrobora com Layrargues (1998, p.16), quando o autor aponta que a mudança pela qual as empresas no Brasil vem passando, diz respeito apenas “a uma apropriação ideológica do discurso ambientalista tradicional, para fins de manipulação e controle da opinião pública, no qual se produz a ilusão de que o comportamento predatório terminou [...]”. O autor pontua que os empresários abraçaram a causa ambientalista, e

perguntam-se a si mesmo se o que move as empresas é a racionalidade econômica ou ambiental? Considera-se que as ações eco-sustentáveis não têm como objetivo a manipulação e o controle da opinião pública. Se o fosse por que os empreendimento não fazem propagandas massivas dessas ações? Só se toma conhecimento delas por meio de consultas ao site do empreendimento, análise da revista do resort, contato com a associação ou pesquisa com fins científico-acadêmico. O que o autor pontua não é válido para todas as empresas, ao se analisar os resorts do Porto das Dunas observa-se outras possibilidades que necessitam maior tempo de pesquisa e amadurecimento intelectual para entendê-las, pois apresentam realidades dinâmicas e antagônicas.

Acredita-se que em primeiro lugar está a racionalidade econômica e depois a ambiental, mas é necessário analisar por outro prisma e reconhecer que as empresas hoje preocupam-se com o meio ambiente, e isso é benéfico e positivo, mesmo que inicialmente apresentem-se as motivações econômicas dos resorts. Aparentemente, essa mudança de comportamento nas empresas não é motivada por uma conscientização ambiental, mas pela racionalidade ou sensibilidade econômica e ambiental, como destaca Layrargues (1998, p.212), ao dizer que ao “contrário do que se afirma o senso comum, não se pode afirmar que ocorreu uma tomada de consciência das empresas para com o meio ambiente, o direito à vida e aos seres vivos”.

Entretanto, necessita-se cuidado ao fazer afirmações, pois é preciso entender que em primeiro lugar vem a economia que o empreendimento terá ao desenvolver um projeto de gestão ambiental, manejo de resíduos que propiciará uma racionalidade econômica para a empresa, e em segundo plano vêm as questões que envolvem o meio ambiente, mas isso não significa dizer que não há sensibilidade, responsabilidade ao direito à vida, ao meio ambiente e aos seres vivos. O que se coloca em questão é que as empresas do século XXI não se preocupam única e exclusivamente com o lucro, mas com a qualidade do meio ambiente e a sustentabilidade, mas se a motivação é em decorrência de que se abre um mercado para o discurso verde, não se deve observar isso apenas com olhar pessimista, pior seria se elas continuassem impactando como se fazia no passado. As tecnologias limpas cumprem importante papel, apesar de não terem surgido por pressões diretas de movimentos ambientalistas e sim como “fruto de restrições legais” e da “visibilidade da abertura de novos mercados”, que impulsionou dessa forma as empresas por meio do consumidor verde (LAYRARGUES, 1998).

Esse contexto, remete às décadas de 1960 até meados de 1980 do cenário do “Milagre Econômico” brasileiro quando se desenvolveu amplo parque industrial no país, o

meio ambiente começa a sentir os primeiros impactos oriundos do desenvolvimento industrial, poluição do ar, do solo, da água, degradação de qualidade de vida de comunidades próximas. Sabe-se que ainda existem inúmeras empresas ocasionando impactos, mas nota-se que houve sensível avanço nas mudanças de postura de algumas delas e deve-se pontuar que isso é benéfico, não se deve criticar essa mudança e sim dar sugestões para que se dê continuidade a essas ações, percebe-se que mudanças ocorreram.

No século XXI, observa-se que as empresas que no passado foram consideradas como vilãs do meio ambiente, apresentam-se com postura renovada passando por uma fase de transição, assumindo para si a responsabilidade pela qualidade ambiental. Entretanto resta saber se isso parte de uma profunda reestruturação nas empresas e das pessoas que a compõe. Cria-se a ideia de que o comportamento predatório ruiu e agora o setor empresarial ganha outra conotação a de amigos do verde que se convertem as causas ambientais.

As empresas percebem o surgimento de novas oportunidades que se abrem para o mercado verde, por isso cada vez mais envolvem-se com questões ambientais, mostrando-se cada vez mais preocupadas com a relação sociedade/natureza. Dessa forma cria-se nova vertente, o ambientalismo empresarial como o mais recente movimento ecológico. Resta saber se esse novo componente na dimensão ambiental chegou para ficar, tendo em vista que na contemporaneidade as empresas independente do porte precisam modernizar-se, adaptar-se, apropriar-se da ideia de gerenciamento ambiental, para se manterem diante de um mercado extremamente competitivo e avassalador, não se pode ficar fora do processo ou corre-se o risco de diminuir a competitividade e a lucratividade. Mas será que sempre se irá denominar essas ações de eco-sustentáveis? Tendo em vista que sempre incidem em primeiro lugar as questões econômicas e depois pensa-se na sustentabilidade do meio ambiente, ou as empresas sofreram nova fase de transmutação e colocar-se-á o meio ambiente como pauta principal à frente dos condicionantes econômicos de lucratividade? Essa pergunta só terá resposta se em num futuro próximo for dada continuidade a essa investigação científica que muito provavelmente será construída em forma de tese.

## 5. CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve por objetivo principal analisar o processo de inserção dos resorts no Porto das Dunas e as ações de sustentabilidade desenvolvidas por eles junto à Associação Porto Dunas. Os investimentos do PRODETUR/NE proporcionaram maior visibilidade, crescimento do mercado imobiliário e melhoria na infraestrutura urbana, o que proporcionou ampliação das possibilidades para o desenvolvimento do turismo no Nordeste. Observou-se que o ano 2000 apresentou-se como pedra angular no processo de inserção e proliferação de empreendimentos do tipo resort no Nordeste do país, antes disso a região sudeste era onde se concentrava maior número dessa tipologia hoteleira.

Apropriando-se da pesquisa hemerográfica constatou-se que os resorts ao se instalarem no litoral cearense ocasionaram sérios impactos à zona costeira, parte desses impactos ocorreram em decorrência das construções e instalações dos principais empreendimentos serem anteriores a criação de legislação ambiental e de órgãos responsáveis que fizessem cumprir as leis. Notou-se que nos locais onde existem comunidades tradicionais estas foram retiradas e fragmentadas, cedendo espaço para os empreendimentos turísticos que têm à frente empresários de cunho nacional e internacional, que estão em busca de oportunidades, aumento nos negócios, benefícios fiscais e financeiros propiciados pelo Estado. Percebeu-se também que em dado momento a mentalidade empresarial passou por uma transmutação, fazendo emergir o discurso empresarial verde, não se pensa mais apenas no lucro, mas também na qualidade ambiental do espaço onde estão inseridos esses empreendimentos, pois a paisagem litorânea apresenta-se como componente primordial para o marketing turístico.

Os resorts se fixam no Porto das Dunas ao longo da década de 1990 com apoio do Governo Estadual. A pesquisa debruçou-se em dois empreendimentos específicos o Beach Park e Aquaville Resort empreendimentos construídos nesse espaço temporal e que se apresentam como sócio-fundadores da Associação Porto das Dunas. A Associação emerge no ano de 2010 trazendo à tona o discurso de proteção e sustentabilidade da praia. Observou-se que é nesse momento quando ocorrem mudanças substanciais na mentalidade e maneira de se portar dos empreendedores filiados à associação. Inicia-se o desenvolvimento de ações denominadas de eco-sustentáveis, mudando-se dessa forma o modo de pensar e agir e algumas empresas em relação ao meio ambiente.

No desenrolar da pesquisa denominou-se um que foi conceito utilizado para se nomear as ações de sustentabilidade desenvolvidas pelos resorts e empreendimentos turísticos vinculados à associação Porto das Dunas. O conceito de ações eco-sustentáveis, pois se percebeu em campo que os empreendimentos desenvolvem Sistema de Gestão Ambiental motivados inicialmente pela economia que será gerada, que impacta de maneira positiva a empresa. É importante ressaltar que os empreendedores pensaram em primeiro lugar na economia energética, de materiais e de recursos que os resorts poderiam vir a ter, depois em segundo plano na sustentabilidade do meio ambiente, ou seja, constata-se que não foi uma tomada de consciência ambiental, mas de uma sensibilidade econômica e ambiental que levam os resorts a pensarem em primeiro lugar em formas de amenizar os gastos do empreendimento. Dessa forma, observa-se que a partir daí pensa-se na sustentabilidade do local onde estão inseridos, essa postura gera imagem positiva do empreendimento para os visitantes, pois relaciona a empresa ao discurso verde, a preocupação em proteger e amenizar os impactos, o que também se considera aqui como moderno marketing turístico do século XXI.

As principais ações eco-sustentáveis foram constatadas de maneira empírica foram o projeto praia limpa, gerenciamento de resíduos sólidos pelos resorts, reaproveitamento de água e ações para se economizar energia. Todas essas ações geram benefícios para o meio ambiente litorâneo, ao passo que também ocasionam economia para as empresas. Observou-se que à Associação Porto das Dunas, apresenta-se com papel fundamental na construção de um projeto de sustentabilidade para a praia, observou-se que desenvolveu projetos que buscam a melhoria da qualidade ambiental da praia e em diversos momentos desde sua efetivação, atuou na solução de problemas de grande envergadura, mostrando-se muitas vezes mais atuante do que a Prefeitura de Aquiraz.

Dessa forma, buscou-se preencher algumas lacunas e questionamentos: o que move de fato a associação e os empreendimentos para desenvolverem essas ações? É a busca pela melhoria na qualidade ambiental e de vida no espaço Porto das Dunas? Mostrar a praia como exemplo de espaço sustentável e assim expandir a ideia para outros lugares? O que se pode afirmar é que os resorts não são movidos apenas pela racionalidade econômica, mas também pela sensibilidade ambiental que se constatou caminham de mãos dadas. Essas são perguntas que para serem respondidas necessitam mais investigações, reflexões e amadurecimento teórico e científico.

Nesse contexto, conclui-se que todas as ações estão ligadas a economia de gastos do empreendimento, entretanto, percebe-se que também se beneficia o meio ambiente

litorâneo, pois se ameniza os impactos; os resorts e colocam em outro patamar, o de “amigos do meio ambiente”. Não se quer obscurecer a responsabilidade que esses empreendimentos têm por ocasionarem sérios impactos ao litoral, mas mostrar que se desenvolvem também ações positivas para melhoria da qualidade ambiental. Acredita-se que essa foi a contribuição científica dessa pesquisa, permitindo, dessa forma, instigar outras análises para que se desenvolvam por meio de um olhar geográfico mais sensível e que se possa vislumbrar não somente os impactos e pontos negativos, mas ações que estão sendo realizadas para amenizá-los.



## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Enos Feitosa de. As políticas públicas do turismo e os espaços litorâneos na Região Metropolitana de Fortaleza. 2012. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Geografia, Universidade Federal do Ceará - Ufc, Fortaleza, 2012.

ABREU, Cristiane Buhamra. **Turismo além do "sol e praia"**: Uma análise na Cidade de Fortaleza. Fortaleza: Senac Nacional, 2002. 120 p.

AULICINO, Madalena Pedroso. Algumas Implicações da Exploração Turística dos Recursos Naturais. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo e Ambiente**: Reflexões e propostas. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 27-36.

ALMEIDA, Isabel Duarte de; ABRANJA, Nuno Alexandre. Turismo e Sustentabilidade. **Congitur**, São Paulo, v. 2, n. 4, p.15-31, maio 2006.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Turismo e os Novos Territórios no Litoral Cearense. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo e Geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 184-190.

ALBUQUERQUE, José de Lima (Org.). **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social**. São Paulo: Atlas, 2009. 326 p.

BARBOSA, Luciana Maciel; CORIOLANO, Luzia Neide. Políticas Territoriais de Turismo no Nordeste: o PRODETUR como estratégia acadêmica. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 6, n. 3, p.255-277, fev. 2016.

BORN, Rubens Harry. Turismo e a "Eco 92". **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 3, n. 1, p.7-11, fev. 1992.

BECKER, Bertha K. Políticas e Planejamento do Turismo no Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.1-7, fev. 2011.

BEACH PARK (Ceará), **Hotéis e Resorts**. 2016. Disponível em: <<http://www.beachpark.com.br/>>. Acesso em: 23 maio 2016.

BEACH PARK, **Revista Beach Park**: Férias com Estilo. Aquiraz: Beach Park Magazine, 2014. 41 p.

\_\_\_\_\_, **Celebridades visitam Fortaleza para conferir o lançamento da mais nova atração do Beach Park**. Aquiraz: Beach Park Magazine, 2013. 64 p.

\_\_\_\_\_, **Sustentável**: produção em equilíbrio com o meio ambiente. Aquiraz: Beach Park Magazine, 2015. 41 p.

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar**: ética do humano - compaixão pela terra. 12. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. 199 p.

BERNAL, Maria Cleide Carlos. **A Metrópole Emergente: A ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza.** Fortaleza: Edições Ufc, 2004. 221 p.

BRUSEKE, Franz Josef. O problema do Desenvolvimento Sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998. p. 29-40.

CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antônio José Teixeira (Org.). **A questão ambiental: diferentes abordagens.** 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 248 p.

CORBIN, Alain. **O território do vazio: A praia e o imaginário ocidental.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 385 p.

CÂMARA, Renata Paes de Barros. Desenvolvimento Sustentável. In: ALBUQUERQUE, José de Lima. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social.** São Paulo: Atlas, 2009. p. 70-92.

CORIOLANO, Luzia Neide M. T. e BANDEIRA, Sylvio **Turismo e Geografia: Abordagens Críticas.** Fortaleza: Ed. UECE 2005 p. 11 – 162.

\_\_\_\_\_, Luzia Neide M. T.. **Do local ao global.** 3. ed. Campinas: Papirus, 2002. 160 p.

\_\_\_\_\_, Luzia Neide. Ecoturismo e a Contribuição ao Turismo de Comunidades no Ceará. In: RAMOS, Silvana Pirillo (Org.). **Planejamento de Roteiros Turísticos.** Porto Alegre: Asterisco, 2012. p. 147-165.

\_\_\_\_\_, Luzia Neide. Turismo e degradação ambiental no litoral do Ceará. In: LEMOS, Amália Inês G. de. **Turismo: impactos socioambientais.** São Paulo: Hucitec, 1996. p. 93-103.

\_\_\_\_\_, Luzia Neide M. T.. O turismo na construção das identidades contemporâneas: cearensidade. In: SILVA, José Borzacchiello da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise (Org.). **Panorama da Geografia Brasileira.** Fortaleza: Annablume, 2006. p. 137-150.

\_\_\_\_\_, Luzia Neide M. T. et al. **ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DO TURISMO COMUNITÁRIO: atores e cenários em mudança.** Fortaleza: Ed.uece, 2009. 307 p.

\_\_\_\_\_, Luzia Neide M. T.. O turismo na construção das identidades contemporâneas: cearensidade. In: SILVA, José Borzacchiello da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise (Org.). **Panorama da Geografia Brasileira.** Fortaleza: Annablume, 2006. p. 137-150.

\_\_\_\_\_, Luzia Neide M. T.. Litoral do Ceará: espaço de poder, conflito e lazer. **Gestão Costeira Integrada**, Santa Catarina, n. , p.277-287, 22 jul. 2008.

COSTA, Maria Clélia Lustosa; AMORA, Zenilde Baima. Fortaleza na rede urbana brasileira: de cidade à metrópole. In: COSTA, Maria Clélia Lustosa; PEQUENO, Renato. **Metrópoles: território, coesão social e governança democrática:** Fortaleza: transformações na ordem urbana. Fortaleza: Letra Capital, 2015. p. 31-76.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011. 157 p.

CORDEIRO, Itamar; BENTO, Eloíza; BRITTO, Carlos. Turismo e desenvolvimento sustentável: considerações sobre o modelo de resorts no litoral nordeste do Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.355-369, dez. 2011.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Políticas de turismo e construção do espaço turístico litorâneo no Nordeste do Brasil. In: LEMOS, Amália Inês G. de. **Turismo: impactos socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 263-272.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Intridução à Geografia do Turismo**. São Paulo: Roca, 2001. 105 p.

CALLADO, Aldo Leonardo Cunha; FENSTERSEIFER, Jaime Evaldo. Indicadores de Sustentabilidade. In: ALBUQUERQUE, José de Lima. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 213-234.

CARVALHO, Alan Francisco de. Políticas Públicas em Turismo no Brasil. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 3, n. 1, p.97-109, dez. 2000.

CARTAXO, Joaquim. A força do Turismo. **O Povo**. Fortaleza, p. 2-3. 17 maio 2016. Disponível em: <<http://mobile.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/2016/05/17/noticiasjornalopiniao,3614260/a-forca-do-turismo.shtml>>. Acesso em: 19/05/16.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. De ressignificação das cidades litorâneas à metropolização turística. In: COSTA, Maria Clélia Lustosa; PEQUENO, Renato. **Metrópoles: território, coesão social e governança democrática**: Fortaleza: transformações na ordem urbana. Fortaleza: Letra Capital, 2015. p. 111-141.

\_\_\_\_\_, Eustógio W C. METROPOLIZAÇÃO TURÍSTICA EM REGIÃO MONOCULTORA INDUSTRIALIZADA. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 2, p.65-84, 30 set. 2013. Mercator - Revista de Geografia da UFC.

\_\_\_\_\_, Eustógio Wanderley Correia et al. Nordeste Brasileiro Fragmentado: de uma região com bases naturais a uma de fundamentação econômica. In: SILVA, José Borzacchiello da et al (Org.). **Litoral e Sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. p. 45-55.

\_\_\_\_\_, Eustógio Wanderley Correia. "Litoralização" do Ceará: Fortaleza, da "Capital do Sertão" à "Cidade do Sol". In: SILVA, José Borzacchiello da et al (Org.). **Litoral e Sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. p. 269-277.

\_\_\_\_\_, Eustógio Wanderley Correia. A construção da imagem turística de Fortaleza/Ceará. **Mercator**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p.53-60, jun. 2002.

\_\_\_\_\_, Eustógio; COSTA, Maria Clélia Lustosa; SILVA, José Borzacchiello da. **De cidade a Metrópole: (Trans)formações urbanas em Fortaleza**. Fortaleza: Edições Ufc, 2009. 238 p.

\_\_\_\_\_, Eustógio W C. METROPOLIZAÇÃO TURÍSTICA EM REGIÃO MONOCULTORA INDUSTRIALIZADA. *Mercator*, Fortaleza, v. 12, n. 2, p.65-84, 30 set. 2013. *Mercator - Revista de Geografia da UFC*.

\_\_\_\_\_, Eustógio Wanderley Correia. **MAR À VISTA: Estudo da Maritimidade em Fortaleza**. 2. ed. Fortaleza: Edições Ufc, 2011. 103 p.

ESTADÃO, **Comissão do Senado aprova PEC que derruba licenciamento ambiental para obras**. 2016. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,comissao-do-senado-aprova-pec-que-derruba-licenciamento-ambiental-para-obras,10000028489>>. Acesso em: 29 abr. 16.

FOLADORI, Guillermo; TOMMASINO, Humberto. El concepto de desarrollo sustentable treinta años después. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Paraná, v. 3, n. 1, p.41-56, 20 jun. 2000.

GUERRA, Lemuel Dourado et al. Ecología política de la construcción de la crise ambiental y el modelo de desarrollo sostenibel. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Paraíba, v. 8, n. 1, p.1-17, mar. 2007.

GORINI, Ana Paula Fontenelle; MENDES, Eduardo da Fonseca. **Setor de turismo no Brasil: segmento de hotelaria**. Rio de Janeiro: Bndes, 2005. 41 p.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2006. 148 p.

G1 CEARÁ (Brasil). **Ceará deve receber cerca de 90 mil turistas no Carnaval, diz Setur**. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/02/ceara-deve-receber-cerca-de-90-mil-turistas-no-carnaval-diz-setur.html>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

GUIMARÃES, Roberto P.. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo. **O desafio da sustentabilidade: Um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 43-71.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: Do fim dos territórios à multiterritorialidades**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrandbrasil, 2009. 395 p.

\_\_\_\_\_, Rogério. **Territórios Alternativos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. 186 p.

\_\_\_\_\_, Rogério. DESTERRITORIALIZAÇÃO: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 165-205.

HOGAN, Daniel Josep (Prefácio). In: SERRANO, Célia M. Toledo; BRUHNS, Heloisa T. (Org.). **Viagens à Natureza: Turismo, Cultura e Ambiente**. 6. ed. São Paulo: Papirus, 2003. p. 85-102.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. 251 p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. . **Perfil Básico Regional 2014**: Região Metropolitana de Fortaleza. Fortaleza: Secretaria de Planejamento e Gestão, 2014. 13 p.

IPPUR, Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia - IPPUR (Brasil). **Observatório das Metrôpoles**: Regiões Metropolitanas do Brasil. Rio de Janeiro: Ufrj, 2010. 8 p.

INTERNATIONAL, Travel Research - Division Of Bsh. **Investimentos no Brasil**: Hotéis e Resorts 2008. São Paulo: Bsh Internacional, 2008. 36 p.

INTERNATIONAL, Travel Research - DIVISION OF BSH INTERNATIONAL (Brasil). **Guia de oportunidades de investimentos hoteleiros no Ceará**. São Paulo: Bsh Internacional, 2009. 72 p.

\_\_\_\_\_, Travel Research - DIVISION OF BSH INTERNATIONAL (Brasil). **Investimentos no Brasil**: Hotéis e Resorts 2011. São Paulo: Bsh Internacional, 2011. 26 p.

\_\_\_\_\_, Travel Research - DIVISION OF BSH INTERNATIONAL (Brasil). **Investimentos no Brasil**: Hotéis e Resorts 2013. São Paulo: Bsh Internacional, 2013. 41 p.

\_\_\_\_\_, Travel Research - DIVISION OF BSH INTERNATIONAL (Brasil). **Resorts no Brasil**. São Paulo: Bsh Internacional, 2014. 36 p.

KNAFOU, Remy. Turismo e Território: por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo e Geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 62-74.

LINHARES, Paulo. **Cidade de água e sal**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 1992. 364 p.

LEHN, Silvana; CASTRO, Norida Teotônio. **A fruição do lazer em resorts**: aspectos simbólicos-imaginários que possibilitam e mantêm a modalidade de prestação de serviços. 2005. Disponível em: <<https://www.uces.br/site/midia/arquivos/93-a-fruicao-do-lazer.pdf>>. Acesso em: 02 de Fevereiro de 2016.

LEITE, Emanuel Ferreira. Ecoempreendedorismo e Gestão Ambiental. In: ALBUQUERQUE, José de Lima. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 274-299.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. 343 p.

LENCIONI, Sandra. Da cidade e sua região à cidade-região. In: SILVA, José Borzacchiello da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise (Org.). **Panorama da Geografia Brasileira**. Fortaleza: Annablume, 2006. p. 65-76.

LUCHIARI, Maria Tereza D. P. 1999, Manaus. **Turismo e Meio Ambiente na Mitificação dos Lugares**. Manaus, 1999. 9 p.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica**. São Paulo: Annablume, 1998. 234 p.

\_\_\_\_\_, Philippe Pomier. Sistema de gerenciamento ambiental, tecnologia limpa e consumidor verde: a delicada relação empresa-meio ambiente no ecocapitalismo. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 40, n. 2, p.80-88, abr. 2000.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. O desafio empresarial para a sustentabilidade e as oportunidades da educação ambiental. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; FRANCA, Nahyda; LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Cidadania e Meio Ambiente**. Salvador: Governo da Bahia, 2003. p. 1-176.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Notas Metodológicas sobre Metropolização e a Metrópole Paulistana. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). **Geografia das Metrôpoles**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 23-27.

\_\_\_\_\_, Antônio Carlos Robert. **Meio Ambiente e Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 100 p.

\_\_\_\_\_, Antônio Carlos Robert. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: Elementos para uma Geografia do Litoral Brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2007. 232 p.

MONTENEGRO JÚNIOR, Ignácio Ribeiro Pessoa. **Uma metrópole em transição: Reestruturação produtiva e a emergência do turismo na RM de Fortaleza - CE**. 2012. 343 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura, Arquitetura, Universidade de São Paulo - Usp/universidade Federal do Ceará - Ufc, São Paulo, 2012.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21**. 2015. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>>. Acesso em: 15 set. 2015.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**. 2016. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/glossario>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

MTUR, Ministério do Turismo. **Matrizes de Classificação de Meios de Hospedagem**. Brasília: Mtur, 2011. 22 p.

\_\_\_\_\_, Ministério do Turismo. **Mais de 6,4 milhões de turistas estrangeiros visitaram o Brasil em 2014**. Disponível em: <[http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/geral\\_interna/noticias/detalhe/20150807.html](http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/geral_interna/noticias/detalhe/20150807.html)>. Acesso em: 06 out. 2015.

\_\_\_\_\_, Ministério do Turismo. **Panorama do Turismo no Mundo**. 2013. Disponível em: <[http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/estatisticas\\_indicadores/downloads\\_estatisticas/Estatistica\\_e\\_indicadores\\_Turismo\\_no\\_mundo\\_2013.pdf](http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/estatisticas_indicadores/downloads_estatisticas/Estatistica_e_indicadores_Turismo_no_mundo_2013.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2015.

\_\_\_\_\_, Ministério do Turismo. **Estatísticas Básica de Turismo**. 2014. Disponível em: <[http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/estatisticas\\_indicadores/estatisticas\\_basicas\\_turismo/](http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/estatisticas_indicadores/estatisticas_basicas_turismo/)>. Acesso em: 20 out. 2015.

\_\_\_\_\_, Ministério do Turismo. **Turismo no Brasil 2011 - 2014**. Brasília: Mtur, 2014. 160 p.

NOVAES, Lucila Naiza Soares. **Turismo de Sol e Mar: empreendimentos turísticos imobiliários e o desenvolvimento urbano e socioeconômico no litoral do Ceará - O caso de Beberibe**. 2012. 210 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura, Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo - Usp, São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. Da Eco-92 à Rio +20: uma breve avaliação de duas décadas. **Boletim Campineiro de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.479-499, 11 mar. 2012.

OLIVEIRA, Fernando Meloni de. As políticas de Turismo no Brasil nos anos noventa. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 19, n. 2, p.177-200, out. 2008.

O POVO (Fortaleza). **Duplicação de rodovias terá custo de R\$242 milhões**. 2012. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/economia/2012/02/16/noticiasjornaleconomia,2785198/duplicacao-de-rodovias-tera-custo-de-r-242-milhoes.shtml>>. Acesso em: 16 fev. 2012.

O POVO (Fortaleza). **Beach park quer faturar US\$ 3 mi em 91**. Fortaleza, 12 de maio 1991.

O POVO (Fortaleza). **Empresários do sol**. Fortaleza, 02 fev. 1992.

O POVO (Fortaleza). **Colmeia inova em projeto hoteleiro**. Fortaleza, 15 jun. 1997.

ONU, Organização das Nações Unidas no Brasil. Organização das Nações Unidas. **Programas das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA**. 2014. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/agencia/pnuma/>>. Acesso em: 15 set. 2015.

OMT, ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. **Panorama OMT del turismo internacional**. 2014.

PMA, Prefeitura Municipal de Aquiraz. **Uso e ocupação do solo no município de Aquiraz**. Aquiraz: Prefeitura de Aquiraz, 2011. 82 p.

\_\_\_\_\_, Prefeitura Municipal de Aquiraz. **Lei Orgânica do Município de Aquiraz**. Aquiraz: Prefeitura de Aquiraz, 2011. 61 p.

\_\_\_\_\_, Prefeitura Municipal de Aquiraz. . **Obras e edificações no município de Aquiraz**. Aquiraz: Prefeitura de Aquiraz, 2011. 105 p.

\_\_\_\_\_, Prefeitura Municipal de Aquiraz. . **Política Ambiental do Município de Aquiraz**. Aquiraz: Prefeitura de Aquiraz, 2011. 54 p.

PAIVA, Ricardo Alexandre. **A Metrópole Híbrida: o papel do turismo no processo de urbanização da Região Metropolitana de Fortaleza**. 2011. 321 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura, Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo - Usp, São Paulo, 2011.

PAIVA, Ricardo Alexandre; VARGAS, Heliana Comim. O lugar dos resorts no processo de "urbanização turística" da Região Metropolitana de Fortaleza. **Iv Colóquio Internacional Sobre O Comércio e A Cidade: Uma Relação de Origem**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p.1-17, mar. 2013.

PORTAL BRASIL. **Turismo de negócios movimentou setor no País**. 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/turismo/2013/11/turismo-de-negocios-movimentou-setor-no-pais>>. Acesso em: 20 out. 2015.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. **A urbanização vai à praia: vilegiatura marítima e metrópole no nordeste do Brasil**. Fortaleza: Edições Ufc, 2014. 202 p.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. **Veraneio Marítima e Expansão Metropolitana no Ceará: Fortaleza em Aquiraz**. 2006. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Geografia, Universidade Federal do Ceará - Ufc, Fortaleza, 2006.

ROCHA, Adriana Marques; CORIOLANO, Luzia Neide M. T. Território do espetáculo para o turismo em fortaleza. In: CORIOLANO, Luzia Neide M. T.; VASCONCELOS, Fábio Perdigão. **O TURISMO E A RELAÇÃO SOCIEDADE - NATUREZA: realidades, conflitos e resistências**. Fortaleza: Ed.uece, 2007. p. 72-93

RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996. 274 p.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Percalços do Planejamento Turístico: o Prodetur-NE. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 147-162.

RUSCHMANN, Doris V. D. M. **Impactos Ambientais do Turismo Ecológico no Brasil**. Texto original, em alemão, publicado com o título "Umweltbelastung durch oekotourismus in Brasilien", em PILLMANN, W. & PREDL, S. (ed.). Strategies for reducing the environmental impact of tourism. Proceedings of ENVIROTOUR. VIENNA. International Society for Environmental Protection, Viena, nov. 1992 p. 553-565.

RIOS, Roberta de Lavôr. **Aspectos socioambientais do turismo na praia do Porto das Dunas, no município de Aquiraz - CE**. 2006. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Prodepa, Universidade Federal do Ceará - Ufc, Fortaleza, 2006.



ROSA, Sérgio Eduardo Silveira da; TAVARES, Marina Mendes. **A recente expansão dos resorts no Brasil**. Rio de Janeiro: Bndes Editorial, 2005. 20 p.

ROIM, Talita Prado Barbosa; GONÇALVES, Alessandra. A nova classificação hoteleira - resorts. **Revista Científica Eletrônica de Turismo**, São Paulo, v. 17, n. 9, p.1-11, jun. 2012.

SILVA, Danilo José da. **Entendendo a ISO 14000**. Viçosa/mg: Ufv, 2011. 12 p.

SILVA, Diego de Oliveira e; CARVALHO, Antônio R. P.. **Etapas de um tratamento de efluente**. São Paulo: Kurita, 2011. 5 p.

SOUZA, Eudes André Leopoldo de. **Metropolização litorânea: produção do espaço do lazer e mercado imobiliário**. 2013. 262 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Geografia, Universidade Estadual do Ceará - Uece, Fortaleza, 2013.

SOUZA, Michele de. **Análise do Turismo em Aquiraz - Ceará: política, desenvolvimento e sustentabilidade**. 2005. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Prodema, Universidade Federal do Ceará - Ufc, Fortaleza, 2005.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. 156 p.

\_\_\_\_\_, Milton. **Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. 127 p.

SANSOLO, Davis Gruber; CRUZ, Rita de Cássia Ariza. Plano Nacional do Turismo: uma análise crítica. **Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro**, v. 3, n. 4, p.1-6, maio 2003.

SETUR, Secretaria de Turismo do Ceará. **Fluxo de turistas estrangeiros é 21% maior que em 2014**. 2015. Disponível em: <<http://www.setur.ce.gov.br/noticias/fluxo-de-turistas-estrangeiros-e-21-maior-que-em>>. Acesso em: 22 out. 2015.

SETUR, Secretaria de Turismo do Ceará. **Indicadores Turísticos 1995/2014**. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2014. 36 p.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **A MURALHA QUE CERCA O MAR: Uma Modalidade de Uso do Solo Urbano**. 1979. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Departamento de Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Usp, São Paulo, 1979.

SILVA, José Borzacchiello da. Fortaleza, a Metrópole Sertaneja do Litoral. In: SILVA, José Borzacchiello da et al (Org.). **Litoral e Sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. p. 45-55.

SILVEIRA, Bruno Rodrigues da. **O morar permanente na praia: moradia e vilegiatura na localidade praiana do Icarai - CE**. 2011. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Geografia, Universidade Federal do Ceará - Ufc, Fortaleza, 2011.

SAMPAIO, Camila Freire. **O Turismo e a Territorialização dos Resorts: a Praia do Porto das Dunas como "enclave" em Aquiraz - Ce**. 2009. 185 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de

Geografia, Departamento de Geografia, Universidade Estadual do Ceará - Uece, Fortaleza, 2009.

SAMPAIO, Camila Freire. Produção territorial dos resorts no litoral do Ceará-Brasil: cenários e fantasias. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 6, n. 3, p.575-584, fev. 2016.

SILVA, Marília Natacha de Freitas. Os resorts residenciais na Região Metropolitana de Fortaleza (Ceará, Brasil). **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 6, n. 1, p.42-57, 20 jan. 2013.

SILVA, Marília Natacha de Freitas. **O imobiliário-turístico no Nordeste brasileiro: o turismo residencial e a macroubanização turística a partir da expansão e expressão dos resorts residenciais no litoral**. 2013. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Geografia, Universidade Federal do Ceará - Ufc, Fortaleza, 2013.

TULIK, Olga. Turismo e Repercussões no Espaço Geográfico. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 1, n. 2, p.63-76, jan. 1990.

ZHOURI, Adréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. **A insustentável leveza da política ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais**. São Paulo: Autêntica, 2005. 287 p.

ZAP IMOVÉIS (Brasil). **Fipe Zap**. 2015. Disponível em: <<http://www.zapimoveis.com.br/?gclid=CJDuiKrvlckCFVAIkQodLDEH3g>>. Acesso em: 10 out. 2015.

## 7. ANEXOS



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**  
**LABORATÓRIO DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL**

**Questionário:** Beach Park

**Pesquisador:** \_\_\_\_\_ **Data:** \_\_\_\_\_

**Entrevistado:** \_\_\_\_\_

1) Quando surgiu o interesse do Beach Park em desenvolver um projeto de sustentabilidade dentro do empreendimento?

---

---

2) Em que momento o Beach Park começa a se relacionar com a Associação Porto das Dunas?

---

---

3) Quais as ações internas e externas de sustentabilidade o empreendimento vem realizando e quem são os beneficiados?

---

---

4) Por quê pensar na sustentabilidade da Praia Porto das Dunas?

---

---

5) Quais certificações o empreendimento possui?

---

---

6) O empreendimento recebe investimento de capital privado ou público para realizar essas ações de sustentabilidade?

---

---

7) Como está o relacionamento do empreendimento com a Associação Porto das Dunas?

---

---

8) Como surgiu o projeto praia limpa?

---

---

9) Qual a visão do empreendimento para o plano de manejo da APA do Rio Pacoti?

---

---

10) No que o empreendimento se inspirou para traçar o projeto de sustentabilidade?

---

---

11) Qual o perfil do turista que visita hoje o Beach Park?

---

---

**Questionário: SEMA**

**Pesquisador:** \_\_\_\_\_ **Data:** \_\_\_\_\_

**Entrevistado:** \_\_\_\_\_

1) Você poderia falar como se deu o processo de construção do plano de manejo da APA? E quais foram os entraves?

---

---

2) Quem se envolveu no processo?

---

---

3) Houve empreendimentos que se envolveram? Qual foi o papel da AP Dunas nesse processo?

---

---

4) O que a Apa representa para o município de Aquiraz?

---

---

5) O que muda com a efetivação do plano de manejo da Apa?

---

---

6) Quais as perspectivas e projetos para o futuro?

---

---

7) Semace e Sema atuam em conjunto, então quais os pontos positivos efetivados na região que podem ser destacados?

---

---

8) Qual o papel da secretaria de meio ambiente de Aquiraz nesse processo e o Beach Park?

---

---

**Questionário:** SEMACE

**Pesquisador:** \_\_\_\_\_ **Data:** \_\_\_\_\_

**Entrevistado:** \_\_\_\_\_

1) Em que situação encontra-se o plano de manejo da APA do Rio Pacoti?

---

---

2) Qual a importância do EIA-RIMA e do licenciamento ambiental, como ferramentas legais para mitigar os impactos ambientais nas construções de empreendimentos?

---

---

3) Quais são as etapas do EIA-RIMA?

---

---

4) Quais as etapas para se realizar um licenciamento ambiental? Quais profissionais são necessários?

---

---

5) Que tipos de punições existem para um empreendimento que infringe uma lei ambiental?

---

---

6) No Porto das Dunas existe impactos ambientais, devido o adensamento de empreendimentos?

---

---

7) Como posso conseguir dados referente aos resorts aqui na SEMACE? E quais posso conseguir?

---

---

8) Nos últimos 10 anos tem-se uma ideia de quantos empreendimentos foram licenciados no Porto das Dunas? Algum foi vetado?

---

---

9) Quem são os beneficiados com a saída do plano de manejo da APA e de sua efetivação para uso?

---

---

10) Como está a relação da SEMACE com a associação Porto das Dunas?

---

---

**Questionário:** Kalamari Hotel

**Pesquisador:** Frederico do Nascimento Rodrigues **Data:** 05/05/2016

**Entrevistado:** Waldy Sombra

1) Como surge a ideia de construção da Associação Porto das Dunas?

---

---

2) Quais as motivações para construção da associação?

---

---

3) Quem foi os responsáveis pelo projeto de criação da associação?

---

---

4) Qual o papel do Aquaville e do Beach Park no momento de criação e consolidação da associação?

---

---

5) Quais os principais entraves enfrentados pela associação na época e hoje dentro do espaço Porto das Dunas?

---

---

6) Porque pensar num projeto de sustentabilidade para o Porto das Dunas?

---

---